UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

TARCISIO ANTONIO DIAS

As construções de cópula da língua karitiana

Versão corrigida

Brasil

2019

TARCISIO ANTONIO DIAS

As construções de cópula da língua karitiana

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de
Semiótica e Linguística Geral da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Linguística

Orientador: Prof.^a Dr.^a Luciana Raccanello
Storto

Brasil
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Dc Dias, Tarcísio Antonio
 As construções de cópula da língua karitiana /
Tarcísio Antonio Dias ; orientadora Luciana
Raccanello Storto. - São Paulo, 2019.
 126 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Linguística. Área de
concentração: Semiótica e Linguística Geral.

 1. Caso. 2. Concordância. 3. Cópula. 4. Predicação.
5. Elipse. I. Storto, Luciana Raccanello, orient.
II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Tarcisio Antonio Dias

Data da defesa: 05/04/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Luciana Raccanello Storto

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 24/05/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

TARCISIO ANTONIO DIAS

As construções de cópula da língua karitiana

Dissertação apresentada ao Programa de Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Linguística
Área de Concentração: Linguística

Brasil, 15 de fevereiro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Luciana Raccanello Storto
Orientador

**Prof.^a Dr.^a. Maria Filomena Spatti
Sandaló**
Universidade Estadual de Campinas

**Prof.^a Dr.^a. Ruth Elisabeth
Vasconcellos Lopes**
Universidade Estadual de Campinas

Prof.^a Dr.^a. Ana Paula Scher
Universidade de São Paulo

Brasil
2019

Agradecimentos

Primeiramente, registro o agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão de bolsa regular de Mestrado que possibilitou a execução deste projeto, processo nº 2016/25531-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Agradeço também à comunidade karitiana, em especial aos colaboradores com os quais trabalhei: Edilene karitiana, Luiz Carlos karitiana, Julenilza karitiana, Maria de Fátima karitiana, Marilena karitiana, Marlúcia karitiana, Milena karitiana e Vivaldo karitiana. Agradeço também ao chefe da Associação do Povo Indígena karitiana Cledson karitiana. Obrigado a todos pela gentileza, paciência e respeito pelo meu trabalho.

Agradeço à minha orientadora Luciana Raccanello Storto. Serei sempre grato pela amizade, pela confiança, pelos incentivos, pelas conversas, e por ter despertado em mim, quando minha professora durante a graduação, o gosto pelo estudo das línguas indígenas. A paixão que você demonstra pelo seu trabalho é inspiradora. Obrigado.

Agradeço fortemente a todos os professores que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o meu desenvolvimento como pesquisador: Ana Müller, Cristina Altman, Elaine Grolla, Esmeralda Negrão, Evani Viotti, Juanito Avelar, Luciana Sanchez-Mendes, Marcos Lopes, Marcelo Ferreira, Maria Aparecida Torres, Norma Discini, Olga Coelho, Paulo Chagas, Raquel Santos e Ruth Lopes. Em particular, agradeço aos professores Ana Scher e Jairo Nunes pela participação em minha banca de qualificação. Os comentários acerca da versão anterior desta dissertação foram fundamentais para a realização do trabalho aqui apresentado. Obrigado.

Não posso deixar de agradecer aos secretários do DL, Érica Flávia e Robson Dantas Vieira, por toda a ajuda com trâmites burocráticos. Obrigado.

Agradeço também aos colegas de Linguística da USP por terem, em algum momento, compartilhado esta experiência comigo de alguma maneira: Camila Silvestre, Cláudia Souza, Iolanda Dias, Ivan Rocha, Janayna Carvalho, Joana Autuori, Juliana Vignado, Karin Vivanco, Karolin Trebo, Letícia Evelyn, Luiz Fernando, Thiago Alexandre e Valéria Nassif. Agradeço também aos queridos colegas da UNICAMP: Aline Pires, Anderson Almeida, Francisco Matos, Letícia Kolberg, Maurício Resende, Paulo Ângelo, Willi Corôa e Yuri Poti.

Em especial, agradeço pela amizade, desabafos, risadas, bebidas, crises, e por todos os mais diversos momentos compartilhados com duas grandes amigas, Jéssica Viana e Raíssa Santana. A dedicação e o foco de vocês duas é uma grande motivação para que eu busque entregar sempre o melhor de mim. Obrigado.

Agradeço aos colegas de outras áreas (não só acadêmicas, mas de outras áreas da vida): Ana Julia, Belisa Caramori, Bruna Cacique, Mariana Cardoso, Mariana Zóboli, Renato Razzino, Vanessa Rocha e Vitor Kenzo. Vocês fazem com que eu me lembre que a vida não é só Linguística.

Agradeço especialmente à minha família: à minha mãe Maria Lúcia Neta Dias e à minha irmã Tamiris Dias, por todo o amor e apoio incondicional.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao Renan Oliveira. Obrigado por ter tornado esta experiência mais humana.

Se esqueci de alguém, peço desculpas, já é tarde da noite...

“Everything should be made as simple as possible, but not simpler.”

Atribuído a Albert Einstein

Resumo

DIAS, T.A. **As construções de cópula da língua karitiana**. 2019. 126f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Em vista do sistema de Caso/concordância de Chomsky (2000; 2001) baseado em *Agree*, bem como na proposta minimalista para a ergatividade de Aldridge (2004; 2008; 2012), apresentamos no capítulo 1 uma análise para as relações de Caso e concordância em karitiana à luz do seu padrão de concordância ergativo-absolutivo e das ordens de constituinte que a língua exhibe. Propomos que T valora Caso absoluto no objeto e no sujeito intransitivo em orações matriz, ao passo em que o núcleo *n* valora genitivo nestes argumentos em orações subordinadas. O núcleo *v*, por sua vez, atribui Caso ergativo inerente ao sujeito transitivo. Propomos, também, que o *v* transitivo possua um traço EPP responsável por alçar o objeto para uma posição de especificador extra de *v*P acima do sujeito, o que explicaria a ordenação atestada em sentenças assertivas VOS e subordinadas OSV. A disposição SVO em declarativas, em que o sujeito sobe mesmo estando abaixo do objeto em Spec,*v*P, é explicada em termos de uma restrição imposta sobre o objeto pela Condição de Atividade (CHOMSKY, 2001). No capítulo 2 discutimos de que maneira as relações predicativas são sintaticamente capturadas nas construções de cópula do karitiana. Adotamos a teoria da Sintaxe da Predicação de den Dikken (2006), em que sujeito e predicado estabelecem uma relação de predicação no domínio da projeção de um núcleo RELATOR em uma configuração assimétrica e não direcional. Também lançamos mão da proposta em Hale & Keyser (2002) de que a projeção de um especificador depende de um núcleo verbal selecionar um elemento predador como um complemento. Apresentamos, assim, uma análise para as construções de cópula de predicação verbal e adjetival (i.e. [NP cóp *i*-Pred-*t*/∅]). Em nossa proposta o pronome *i*- cliticizado ao adjetivo e verbo corresponde a um *pro*-predicate (MORO, 1997), um *place holder* do predicado lexical. Tal *pro*-predicate é o “verdadeiro” predador da construção de cópula em que ele aparece, de modo que o adjetivo e o verbo entram como um adjunto na estrutura. Apresentamos, também, uma derivação para as construções de inversão de predicado, nas quais o *i*- está ausente. O morfema -*t*/∅ sufixado ao predicado corresponde a um bloqueador de projeção, sendo uma maneira que a língua possui de contornar o problema de rotulação que emerge em certas estruturas de adjunção. Por fim, explicamos o comportamento distinto das construções de predicação nominal (i.e. [NP cóp NP-*t*/∅]) argumentando que elas não se submetem às restrições da sintaxe da predicação. Finalmente, no capítulo 3 argumentamos que o apagamento da cópula em karitiana nas sentenças declarativas de tempo não futuro é um caso de elipse do tipo *sluicing* (MERCHANT, 2001) que não precisa satisfazer condições de identidade para ser licenciada, propondo que o efeito *copula drop* decorre de uma restrição baseada em fases (CHOMSKY, 2001; BOŠKOVIĆ, 2014).

Palavras-chaves: Caso, Concordância, Cópula, Elipse, karitiana, Predicação, Rotulação

Abstract

DIAS, T.A. **Copular constructions in karitiana**. 2019. 125f. Thesis (Master) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

In light of the chomskyan Case/agreement system (2000; 2001), and also Aldridge's (2004; 2008; 2012) minimalist approach to ergativity, in chapter 1 we present an account for Case and agreement relations in karitiana in view of its ergative-absolutive agreement pattern and the constituent order the language exhibits. We propose T values absolutive Case on both the object and the intransitive subject within matrix clauses, and *n* head values genitive on these arguments within subordinate clauses. We also propose *v* assigns ergative as an inherent Case to the transitive subject. In addition, transitive *v* bears an EPP feature responsible for dragging the object to an outer Spec,*v*P position above the subject, which accounts for the VOS assertives and OSV subordinates word order. SVO declaratives, in which the subject is raised even though the object is arguably higher up in the tree, is derived due to a restriction the Activity Condition (CHOMSKY, 2001) imposes on the object. In chapter 2 we discuss how predication relations are syntactically captured in karitiana copular constructions. We adopt den Dikken's (2006) Predication theory, in which the subject and the predicate establish a relation in the minimal domain of the projection headed by a RELATOR in a asymmetrical and nondirectional configuration. We also adopt Hale & Keyser's (2002) proposal in which the specifier position is projected only when a verbal head selects for a predicate element as its complement. Then, we present an analysis for verbal and adjectival predication in karitiana copular constructions (i.e. [NP cop *i*-A/V-*t*/ø]). In our approach the pronoun *i*- attached to the adjective and the verb is a pro-predicate (MORO, 1997), a place holder for the lexical predicate. Such element is the "real" predicate in the copula constructions it appears, and the adjective and the verb are adjoined to the structure. We present, as well, a derivation for predicate inversion constructions, which lack *i*-. The morpheme *-t*/ø suffixed to the predicate corresponds to a projection blocker, and it is a way the language alleviates a projection problem caused by certain adjunction structures. To conclude, we explain the distinctive behaviour of nominal predicate constructions (i.e. [NP cop NP-*t*/ø]) arguing they are not submitted to restrictions of the Syntax of Predication. Finally, in chapter 3 we propose a phase-based (CHOMSKY, 2001; BOŠKOVIĆ, 2014) account of the copula drop phenomenon in karitiana declarative sentences (nonfuture tense), arguing it to be an instance of sluicing (MERCHANT, 2001), a type of ellipsis, and that it does not need to satisfy identity conditions to be licensed.

Key-words: Case, Agreement, Copula, Ellipsis, karitiana, Labeling, Predication

Lista de abreviaturas e siglas

1	concordância de 1 ^a pessoa do singular
2	concordância de 2 ^a pessoa do singular
3	concordância de 3 ^a pessoa
ABS	absolutivo
ACC	acusativo
ADVZR	adverbializador
ASSERT	assertivo
ASP	aspecto
AUG	elemento pronominal
CAUS	causativizador
CFO	construção de foco do objeto
CONC.ABS.	concordância absoluta
COP	cópula
COP.INT.	cópula interrogativa
DAT	dativo
DECL	declarativo
DEIT	dêitico
EPEN	epêntese
ERG	ergativo
FUT	futuro
GEN	genitivo
IMPERF.MOV.	imperfectivo (em movimento)
IMPERF.POST.	imperfectivo (posterior)
INF	infinitivo (propositivo)
INTR	intransitivizador
MASC	masculino
NEG	negação
NFUT	não futuro

NMZ	nominalizador
OBL	oblíquo
PART	particípio
PASV	passivizador
PL	plural
POSP	posposição
PRES	presente
PRON	pronome
QU	pronome interrogativo
SG	singular
VT	vogal temática

Sumário

Forma de apresentação dos dados	14
Introdução	15
1 Caso e concordância	17
1.1 Introdução	17
1.2 Os dados	17
1.2.1 Caso e concordância	18
1.2.2 Ordem de palavras	20
1.3 Pano de fundo teórico	22
1.3.1 <i>Agree</i>	22
1.3.2 Uma proposta minimalista para a ergatividade	24
1.4 Relações de Caso em karitiana sob uma perspectiva minimalista	28
1.4.1 Uma abordagem anterior	28
1.4.2 <i>Agree</i> em karitiana	30
1.4.3 Relações de Caso em orações subordinadas	37
1.4.4 (Outras) Derivações possíveis	40
1.5 Conclusão do capítulo	41
2 As construções de cópula	43
2.1 Construções de cópula e predicação em karitiana – os dados	43
2.2 O estatuto morfológico de <i>i-</i> e de <i>-t/∅</i>	46
2.2.1 O pronome <i>i-</i>	46
2.2.2 O adverbializador <i>-t/∅</i>	51
2.3 A cópula <i>aka</i>	55
2.4 Ingredientes teóricos	59
2.4.1 Estrutura argumental	59
2.4.2 A sintaxe da predicação: <i>small clauses</i> e sua estrutura interna	63
2.5 Predicação nas construções de cópula do karitiana	70
2.5.1 Predicando na ordem canônica	72
2.5.2 Predicando na ordem invertida	85
2.5.3 Construções de cópula de “predicação” nominal	92
2.6 Considerações finais	102
3 Copula drop como uma instância de <i>sluicing</i>	105
3.1 Construções de cópula em karitiana – os dados	105
3.2 Pano de fundo teórico	106

3.2.1	<i>Sluicing</i>	106
3.2.2	A noção de fases	108
3.2.2.1	Sítios de elisão como domínios de fase	109
3.2.3	<i>Copula drop</i> no português brasileiro e <i>sluicing</i>	109
3.3	<i>Copula drop</i> em karitiana: uma instância de <i>sluicing</i>	111
3.3.1	Condições de licenciamento	111
3.3.1.1	Elemento pré-copular	111
3.3.1.2	Domínios de fase como restrição a elipses	111
3.3.1.3	V2 em karitiana e movimento de núcleo	112
3.3.2	Condições de identidade	113
3.3.3	Conciliando derivações cíclicas com casos clássicos de <i>sluicing</i> . . .	115
3.4	Considerações finais	116
	Resumo da dissertação e considerações finais	117
	Bibliografia	120

Forma de apresentação dos dados

Os dados com suas respectivas glosas serão apresentados conforme 1.

(1) *Descrição do dado (quando houver)*

Segmentação morfêmica

Glosa

‘Tradução em português.’

Referência (página)

No corpo do texto, os dados serão apresentados em sua forma ortográfica e em itálico. Quando o dado tiver sido coletado por mim, ele não virá acompanhado de referência. Quando conveniente, tomamos a liberdade de uniformizar as glosas provenientes de outros trabalhos, sempre referendados, conforme a discussão arrolada nesta dissertação.

O asterisco (*) indica que o dado em questão é agramatical, isto é, foi rejeitado como uma possibilidade de enunciado. O símbolo de jogo-da-velha (#) corresponde a um dado gramatical impossível semanticamente em um dado contexto. O uso do ponto de interrogação (?), por sua vez, refere-se a casos em que o julgamento de gramaticalidade é incerto.

Introdução

Este trabalho tem como foco as construções de cópula da língua indígena brasileira karitiana (Tupi), e está dividido em três capítulos. Embora o primeiro capítulo não trate especificamente de tais construções, alguns aspectos nele discutidos servirão como base para a análise desenvolvida nos capítulos 2 e 3.

No capítulo 1 será proposta uma abordagem minimalista para as relações de Caso e concordância em karitiana tendo-se em vista a operação *Agree* (2000; 2001), bem como a proposta para a ergatividade de Aldridge (2004; 2008; 2012). Com base em dados de concordância e de ordem de palavras, argumentaremos que a língua seja melhor caracterizada como tendo o argumento absolutivo (i.e. objeto direto e sujeito intransitivo) valorado por T em orações matriz. Em orações subordinadas, as quais não possuem T e são nominalizadas (VIVANCO, 2018), propomos que ele seja valorado como genitivo pelo núcleo *n*. O argumento ergativo, por sua vez, será tratado como possuindo um Caso inerente, o que explica o fato de que tal elemento não desencadeia concordância na língua. Ainda, iremos propor que o movimento responsável pelo efeito V2 em sentenças declarativas transitivas (STORTO, 1999) ocorra na sintaxe, sendo consequência de um traço EPP no núcleo dedicado de modo sentencial que força um movimento formal para checá-lo.

No capítulo 2 discutiremos de que maneira a sintaxe da língua captura as relações de predicação em suas construções de cópula, argumentando que relações predicativas sejam estritamente configuracionais, submetendo-se às restrições da Sintaxe da predicação conforme den Dikken (2006). Também tomaremos como base a proposta de Hale & Keyser (2002) de que predicados estabelecem a relação de predicação com o seu sujeito ao servirem de complemento a um núcleo verbal que projeta a posição de especificador que irá abrigar o argumento responsável por saturar o predicado, derivando uma estrutura que os autores denominam de *diádica composta*. No que se refere às construções de cópula, proporemos uma derivação para dois tipos dela, isto é, as construções de cópula de ordem canônica (i.e. NP_i cóp [_{SC} t_i PRON-Pred-ADVZR]) e de ordem invertida (i.e. Pred-ADVZR_i cóp [_{SC} NP t_i]). Argumentaremos que o pronome cliticizado ao predicado corresponde ao argumento selecionado pela cópula, e atribuiremos a ele o estatuto de *pro-predicate* (MORO, 1997). O predicado lexical, por sua vez, é um adjunto na estrutura, o que é sinalizado pelo morfema adverbializador a ele sufixado. Ainda, proporemos que construções de predicado invertido derivam de uma numeração na qual o *pro-predicate* está ausente. O adverbializador será tratado como um bloqueador de projeção, sendo a forma que a língua utiliza de resolver o problema de projeção causado pela estrutura de adjunção. Por fim, derivaremos as construções de cópula de predicação nominal em vista do comportamento morfossintático diferente que elas exibem com relação às de predicação adjetival e verbal.

Por fim, o capítulo 3 será dedicado ao fenômeno *copula drop* em karitiana, que permite o apagamento de verbos copulares em sentenças declarativas de tempo não futuro. Argumentaremos que este apagamento seja uma instância de *sluicing* (ROSS, 1969; MERCHANT, 2001), e que não precisa satisfazer condições de identidade para ser licenciado. Por fim, discutiremos uma consequência da proposta de que elipses sejam licenciadas na sintaxe, como aqui assumido, para os casos mais clássicos de *sluicing*.

1 Caso e concordância

1.1 Introdução

Em vista da operação *Agree* (CHOMSKY, 2000; 2001) e da proposta de Aldridge (2004; 2008; 2012) para a ergatividade, neste capítulo propomos uma abordagem minimalista para as relações de Caso e concordância em karitiana à luz de fatos referentes à ordem de constituintes (i.e. declarativas SVO, assertivas VOS, subordinadas OSV) e ao padrão de concordância ergativo-absolutivo.

Para isso, propomos que 2 abaixo seja a estrutura de vP em karitiana, e buscamos explicar por que o sujeito se move para a “primeira posição” das sentenças declarativas transitivas (i.e. $\underline{SVO}$) mesmo o objeto ocupando uma posição mais alta na estrutura da projeção verbal.

Os dados relevantes e os ingredientes principais da análise serão apresentados nas seções 1.2 e 1.3, respectivamente. Na seção 1.4 propomos uma análise para os fenômenos observados, argumentando que o karitiana é melhor caracterizado como uma língua sintaticamente ergativa em que Caso absolutivo é valorado por T. Na seção 1.5 concluímos.

1.2 Os dados

O karitiana é a última língua remanescente do ramo Arikém da família Tupi, sendo hoje falada por uma comunidade de aproximadamente 400 falantes que habitam a Área Indígena karitiana localizada a 95Km ao sul da cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia (Brasil) (STORTO; ROCHA, 2015). O karitiana é descrito como uma língua de núcleo final¹, e exibe um sistema de Caso ergativo-absolutivo (LANDIN, 1984; STORTO,

¹ Segundo Storto (2014), a língua apresenta (i) posposições, (ii) ordem possuidor–possuído em NPs, (iii) ordem OV no interior de VPs nominalizados e (iv) ordem ‘oração subordinada’–subordinador (p.164), o que a caracteriza como de tipo núcleo-final.

1999) haja vista o seu padrão de concordância, bem como a formação de perguntas Qu- (STORTO, 2008).

1.2.1 Caso e concordância

O karitiana é descrito como uma língua ergativo-absolutiva por Storto (1999), principalmente por conta de seu padrão ergativo de concordância,² no qual o verbo concorda com o objeto em sentenças transitivas (3a) e com o sujeito em intransitivas (3b).³ Conforme podemos ver em 3a, o sujeito transitivo (i.e. argumento ergativo) não dispara concordância.

(3) Concordância absoluta

- a. yn **a**-ta-oky-j **an**
 eu 2-DECL-matar-FUT você
 ‘Eu matarei você.’
- b. **a**-ta-opiso-t **an**
 2-DECL-escutar-NFUT você
 ‘Você escutou.’

(STORTO, 2014) (p.165)

Já com relação a Caso os sintagmas nominais do karitiana não possuem marcas morfológicas que indiquem a função gramatical do elemento, à exceção do oblíquo. Casos absolutivo, ergativo e genitivo são zero.

(4) Casos ergativo e absolutivo

taso ø-na-oky-t ombaky
 homem.ERG 3-DECL-matar-NFUT onça.ABS
 ‘O homem matou a onça.’

² Landin (1984), que também descreve a língua como exibindo um sistema de Caso ergativo-absolutivo, diz que as marcas de pessoa presentes no verbo são pronomes cliticizados. Assumiremos junto a Storto (1999) que tais prefixos são marcas de concordância, visto que eles co-ocorrem com o pronome livre (cf. 3a, 3b).

³ O morfema de modo declarativo exibe uma alomorfia condicionada pela marca de concordância de pessoa que o precede (obs: a ordem dos morfemas no verbo em karitiana é CONC-MODO-RAIZ-TEMPO): para prefixos de 1^a e de 2^a pessoa (*y-* e *a-*, respectivamente), o alomorfe de modo declarativo é *ta(ka)-* e para a 3^a pessoa (*ø-*) o alomorfe é *na(ka)-*. Os morfemas *taka-* e *naka-* são usados quando a sílaba que os segue é acentuada, sendo *ta-* e *na-* usados nos demais ambientes. Em ambientes não declarativos o prefixo de 3^a pessoa é realizado como *i-*.

(5) *Caso genitivo* ⁴

Ana $\emptyset$ -na-aka-t i-amy-t [Luciana
 Ana 3-DECL-COP-NFUT NMZ-comprar-CONC.ABS. Luciana.**GEN**
 ambi]-ty
 casa -OBL
 ‘Ana comprou a casa da Luciana.’

(VIVANCO, 2018) (p.35)

(6) *Caso oblíquo*

taso $\emptyset$ -na-oigng-a-t ãwã boet-e-ty
 homem 3-DECL-presentear-VT-NFUT criança colar-VT-**OBL**
 ‘O homem presenteou a criança com o colar.’

(VIVANCO, 2018) (p.35)

Para além da concordância, a língua exibe um padrão ergativo na formação de perguntas Qu-, em que perguntas de constituinte absolutivo são obrigatoriamente clivadas (7) (STORTO, 2008). Perguntas Qu- ergativas, por sua vez, não podem ser construídas com a cópula interrogativa *mon* (8).

(7) *Perguntas Qu- absolutivas (clivagem obrigatória)*

- a. mora-mon an ti-opĩ-t?
 QU-COP.INT você CFO-cortar-CONC.ABS.
 ‘O que é que você cortou?’
- b. mora-mon i-oty-t?
 QU-COP.INT PART-banhar-CONC.ABS.
 ‘Quem é que banhou?’

(8) *Pergunta Qu- ergativa (clivagem proibida)*

morã(*-mon) i-kyno-j karamatomo?
 QU(*-COP.INT.) 3-fechar-FUT porta
 ‘Quem fechará a porta?’

(STORTO, 2008) (p.12-3)

Que o morfema *-mon* corresponde a uma cópula interrogativa restrita ao tempo não futuro devido à sua distribuição com relação à cópula *default aka*, usada no tempo futuro, pode ser observado em 9 e 10 abaixo.⁵

⁴ O sufixo oblíquo *-ty* marca o constituinte que funciona como objeto indireto do verbo *amy* (‘comprar’), que não seleciona um objeto direto em karitiana.

⁵ A estrutura das construções copulares será discutida em detalhe no capítulo 2 desta dissertação.

- (9) a. morã i-aka-j i-oty?
QU- 3-COP-FUT PART-tomar.banho
‘Quem é que vai tomar banho?’
- b. mora-mon i-oty-t?
QU-COP.INT. PART-tomar.banho-CONC.ABS.
‘Quem é que tomou banho?’
- (10) a. morã i-aka-j an ti-pisok
Qu- 3-COP-FUT você CFO-esfaquear
‘Quem é que você vai esfaquear?’
- b. mora-mon an ti-opĩ-t?
Qu-COP.INT. você CFO-cortar-CONC.ABS.
‘O que é que você cortou?’

(VIVANCO, 2018) (p.46)

Tomamos o comportamento das construções Qu- como um indício de que a ergatividade possui um papel na sintaxe da língua karitiana, assumindo que o padrão de concordância observado acima reflete uma sintaxe ergativo-absolutiva, não sendo somente um fenômeno morfológico ou de PF (i.e. do inglês *Phonological Form*). A este respeito, Woolford (2015) aponta que línguas nas quais a única marca de ergatividade é o padrão de concordância, isto é, sem Caso morfológico nos argumentos, são geralmente tratadas como possuindo Caso ergativo coberto. Ela argumenta que tal tratamento é indesejável, na medida em que tais línguas normalmente não se comportam sintaticamente como as que possuem Caso ergativo morfológicamente marcado. Visto que o karitiana, além de exibir um padrão de concordância absolutivo, também possui evidência de ergatividade na formação de suas sentenças Qu-, assumiremos que o padrão de concordância apresentado neste capítulo não pode ser, meramente, um *output* de PF, sendo gerado no curso da derivação sintática.

1.2.2 Ordem de palavras

Há uma grande variedade de ordem de palavras em karitiana no que diz respeito ao verbo e aos seus argumentos. Todavia, foi observado que o verbo em sentenças matriz aparece ou na primeira ou na segunda posições, sendo obrigatoriamente final em sentenças subordinadas (STORTO, 1999).

- orações principais nunca são verbo-finais:

VOS, VSO, SVO, OVS,⁶ VS, *OSV, *SOV, *SV;

⁶ Deve ser dito que declarativas OSV simples são agramaticais em karitiana. O fronteamento do objeto só é permitido nas chamadas ‘construções de foco do objeto’ (CFO) em que um morfema (i.e. *a-* para declarativas, *ti-* para não declarativas) prefixa-se ao verbo indicando que o objeto se moveu.

- orações subordinadas são sempre verbo-finais:

OSV, SOV, SV, *VOS, *VSO, *SVO, *OVS, *VS.

Esta não é a única maneira de dividir ambos os tipos de construções. Verbos em orações matriz são **sempre** flexionados para concordância de pessoa, modo (sentencial) e tempo, enquanto verbos em contextos subordinados não exibem tais marcas flexionais. Assumiremos com Storto (1999) que (i) o verbo se move para o núcleo mais alto na sentença e que (ii) orações subordinadas não possuem tempo, projetando no máximo um sintagma aspectual acima de *v*P, sendo elas versões truncadas de orações matriz. Vivanco (2018) argumenta que orações subordinadas sejam nominalizadas. Discutiremos a estrutura das subordinadas quando analisarmos a atribuição de Caso neste ambiente. Por ora, o importante é que contextos encaixados não possuem T.

A ordem de palavras em sentenças matriz varia conforme o modo sentencial (e.g. declarativo, assertivo),⁷ expresso na morfologia verbal. Storto (2014) mostra que a ordem de constituintes não marcada para sentenças declarativas é SVO para transitivas (11a) e VS para intransitivas (11b). Com relação às assertivas, a ordem não marcada para as transitivas é VOS (12a) e para as intransitivas é VS (12b).⁸

(11) *Sentenças declarativas*

- a. yn a-ta-oky-j an
 eu 2-DECL-matar-FUT você (SVO)
 ‘Eu matarei você.’
- b. y-ta-opiso-t yn
 1-DECL-escutar-NFUT eu (VS)
 ‘Eu escutei.’

(12) *Sentenças assertivas*

- a. y-pyr-ahoj-on yn òwã
 1-ASSERT-rir-FUT eu criança (VOS)
 ‘A criança rirá de mim.’
- b. a-pyr-ahy-dn an
 2-ASSERT-beber-NFUT você (VS)
 ‘Você bebeu.’

(STORTO, 2014) (p.165-6)

⁷ A língua também exibe prefixos de modo para o citativo (*iri-*), deônico (*pyn-*), condicional (*ǰy-*), e um sufixo de imperativo (*-a/zero*) (STORTO, 2012) (p.152). Neste trabalho não discutiremos a derivação das sentenças flexionadas para estes modos, focando somente nas declarativas e nas assertivas.

⁸ O modo assertivo ocorre em respostas afirmativas a questões polares (LANDIN, 1984), sendo usado também para expressar opiniões contundentes (STORTO, 2002).

Já com relação às construções subordinadas, orações OSV são analisadas como coloquiais (13a) e as SOV como arcaicas (13b), sendo aquelas a ordem *default* para subordinadas (STORTO, 1999; 2014).

(13) *Sentenças subordinadas*

- a. [boroja taso oky tykiri] $\emptyset$ -naka-hyryp- $\emptyset$ òwã
 cobra homem matar quando 3-DECL-chorar-NFUT criança [OSV]VS
 ‘Quando o homem matou a cobra, a criança chorou.’
- b. [taso boroja oky tykiri] $\emptyset$ -naka-hyryp- $\emptyset$ òwã
 homem cobra matar quando 3-DECL-chorar-NFUT criança [SOV]VS
 ‘Quando o homem matou a cobra, a criança chorou.’

(STORTO, 2014) (p.168)

Na próxima seção apresentaremos os quadros teóricos norteadores de nossa análise.

1.3 Pano de fundo teórico

1.3.1 Agree

Assumiremos o sistema de Caso/concordância baseado em *Agree* (CHOMSKY, 2000; 2001), uma operação que deleta traços não interpretáveis (uFs) na sintaxe estrita (i.e. do inglês *narrow syntax*) via compatibilidade de traços- ϕ entre sonda e alvo. Explicamos. Uma sonda, como T, busca o alvo mais próximo em seu domínio de C-comando, como por exemplo um XP de categoria N. Quando os traços- ϕ não interpretáveis (u ϕ Fs) de T são compatíveis com os traços- ϕ interpretáveis de N, concordância verbal (a rigor, de T com o nome) é desencadeada. A partir desta relação os u ϕ Fs da sonda são removidos da sintaxe estrita. O alvo também deve possuir um traço não interpretável de modo a satisfazer a Condição de Atividade (CdA), delineada na passagem a seguir:

Para os sistemas de Caso/concordância, os traços não interpretáveis são traços- ϕ da sonda e Caso estrutural do alvo N. Os traços- ϕ de N são interpretáveis; então, N encontra-se ativo apenas quando possui Caso estrutural. Uma vez que o seu valor de Caso é determinado, N não entra mais em relação de concordância e é “congelado”. [...] Caso estrutural não é um traço da sonda (T,v), mas a ele é atribuído um valor sob concordância, e depois removido via *Spell Out* da sintaxe estrita. O valor atribuído depende da sonda: nominativo para T, acusativo para v (alternativamente ergativo-absolutivo, sob diferentes condições). **Caso, por si só, não é pareado [em uma**

relação sonda-alvo], embora seja deletado sob pareamento de traços- ϕ .

(CHOMSKY, 2001) (p.06; tradução e grifo nossos)⁹

Note que sob esta abordagem Caso não é codificado como um traço na sonda (i.e. o atribuidor de Caso), mas é um valor adicionado ao alvo (i.e. DP), que entra na derivação com um traço de Caso estrutural não especificado (i.e. [uCaso:___]). Sob compatibilidade de traços- ϕ a sonda adiciona um valor ao traço de Caso estrutural do alvo. Deste modo, Caso é visto como um resíduo da relação- ϕ , sendo dependente de concordância.

Também é importante notar que **apenas** Caso estrutural é relevante para CdA, portanto, Caso não estrutural (e.g. inerente) não será capaz de desativar um alvo.¹⁰ Dados de *Quirky Case* no Islandês dão suporte a esta visão. Embora receba Caso dativo no interior da sentença subordinada, o sujeito deve se mover em 14.¹¹

(14) *Quirky Case no Islandês*

Ólafí byrjaði [t_{DAT} að leiðast]
 Olaf.DAT começou a ficar.entediado
 ‘Olaf começou a ficar entediado.’

(ASARINA, 2011) (p.23)

Isto significa que, em princípio, CdA não proíbe que uma sonda detecte um alvo em um XP que ainda não fez parte de uma relação de *Agree*, mesmo que ele possua Caso (não estrutural).¹² Após o Caso estrutural do XP ser valorado sob *Agree*, seu alvo (i.e. ϕ Fs) torna-se invisível para futuras sondas que entrem na derivação.

Haja vista que Caso estrutural é valorado *in situ* via *Agree*, sua checagem/valoração em si não é mais uma motivação para movimento. Com relação ao inglês, Chomsky (2001) propõe que um traço EPP em T seja responsável pela configuração especificador-núcleo em uma sentença como *Ele chegou*: após valorar o Caso estrutural de “ele” como nomina-

⁹ “For the Case/agreement systems, the uninterpretable features are ϕ -features of the probe and structural Case of the goal N. ϕ -features of N are interpretable; hence, N is active only when it has structural Case. Once the Case value is determined, N no longer enters into agreement relations and is “frozen in place”. [...] Structural Case is not a feature of the probes (T, *v*), but it is assigned a value under agreement, then removed by Spell Out from the narrow syntax. The value assigned depends on the probe: nominative for T, accusative for *v* (alternatively ergative-absolutive, with different conditions). Case itself is not matched, but deletes under matching of ϕ -features.” (CHOMSKY, 2001) (p.06)

¹⁰ Caso estrutural para N é apenas valorado/deletado quando T é ϕ -completo. (CHOMSKY, 2001) (p.08).

¹¹ Boeckx, Hornstein & Nunes (2010) propuseram que tal argumento também possui um traço de Caso abstrato responsável pelo movimento observado em 14. De qualquer modo, parece-nos seguro assumir que Caso não estrutural seja irrelevante para a Condição de Atividade.

¹² Estamos adiando a discussão referente à necessidade de um XP possuir um traço não interpretável para ser validado como um alvo.

tivo, o EPP em T atrai tal DP para o seu especificador (Spec).¹³ Apesar de independente de traços- ϕ no sistema chomskyano, o EPP ainda libera o movimento do argumento em 15 como um resíduo da relação- ϕ :

$$(15) \quad [_{TP} \text{ Ele}_i \text{ T}_{[u\phi, EPP]} [_{vP} \text{ t}_i \text{ chegou}]]$$

As representações abaixo ilustram a operação *Agree* para os sistemas nominativo-acusativos:

(16) *Antes de Agree* (17) *Depois de Agree*

O próximo passo diz respeito à checagem de EPP, o que está representado em 18. O traço EPP licencia o movimento de N como um resíduo da relação- ϕ : N checa o EPP do núcleo com o qual estabelece concordância, tornando-se inativo para movimento(-A) além de Spec,TP ou para deletar uFs de futuras sondas compatíveis que entrem na derivação, tendo-se em vista CdA.

(18) *Checagem de EPP*

1.3.2 Uma proposta minimalista para a ergatividade

*Línguas ergativas são sintaticamente estruturadas de uma maneira diferente das línguas acusativas, levando em conta as suas diferenças morfológicas?*¹⁴

¹³ O traço EPP diz respeito à propriedade de se permitir um Spec extra para além da s-seleção (CHOMSKY, 2000) (p.102). Ele determina uma posição para Merge não exigida pelo Princípio de Projeção (e.g. posição de sujeito em Spec,TP; *object shift* em Spec,vP e sintagma Qu- movido em Spec,CP). O autor propõe que tal traço esteja associado a núcleos de fase (i.e. *v*, C), sendo que T herda o EPP de C (CHOMSKY, 2008).

¹⁴ “Are ergative languages syntactically structured in a way different from accusative languages, in keeping with the differences in their morphology?” (DEAL, 2016) (p.166).

argumenta que a ergatividade sintática pode ser compreendida observando-se como as propriedades de sujeito estão distribuídas entre papéis ergativos e absolutivos (p.04), propondo que o tagalo (Filipino) e o seediq (Atayalic) são representantes dos dois tipos de línguas sintaticamente ergativas que ela propõe existir translinguisticamente (i.e. Tipo-*v* e Tipo-T).

Os tipos *v* e T diferem-se com relação ao licenciamento de argumentos absolutivos em contextos não finitos. Para o Tipo-*v* (e.g. tagalo, línguas esquimó-aleúte) Aldridge (2004) propõe que o *v* transitivo atribui Caso estrutural absolutivo para o objeto e T atribui absolutivo somente em construções intransitivas. De acordo com ela esta “divisão de trabalho” entre *v* e T tem como função dar conta do fato de que absolutivos ocorrendo em sentenças transitivas nestas línguas comportam-se principalmente como objetos diretos, e DPs ergativos como sujeitos (p.06). Apenas em construções intransitivas o argumento comporta-se como sujeito. Em línguas de Tipo-T (e.g. seediq, línguas maias) Caso absolutivo é licenciado somente por T, e argumentos absolutivos nestas línguas possuem mais propriedades de sujeito que nas de Tipo-*v*.

Em ambos os tipos o núcleo *v* forte é responsável pela atribuição de ergativo como um Caso inerente para o sujeito transitivo. Conforme Deal (2016) (p.169) salienta, uma das principais características da Teoria Padrão é tratar ergativo como um Caso inerente, atribuído em Spec,*v*P juntamente com a atribuição de papel temático para o argumento externo. Aldridge (2004; 2008), por sua vez, limita a disponibilidade de ergativo inerente para o ***v* transitivo**, o que explica o motivo pelo qual sujeitos inergativos e inacusativos possuem o mesmo Caso, absolutivo, nestas línguas.¹⁸

Vamos ilustrar a proposta da autora levando primeiramente sistemas nominativo-acusativos em consideração. Aldridge (2007) assume uma abordagem minimalista para a variação paramétrica baseada em agrupamentos de traços em núcleo funcionais (p.09). Para línguas acusativas, temos o seguinte cenário:

¹⁸ Citando Baker (1997), um sistema de Caso ergativo pode ser definido assim: “the patient of a transitive verb appears in the same Case and/or triggers the same kind of agreement as the sole argument of an intransitive verb (called absolutive Case), while agents of transitive verbs have a distinct Case and/or agreement (called ergative Case)” (p.06). O ponto é que argumentos absolutivos devem ser tratados de maneira uniforme independentemente da posição em que foram gerados (i.e. posição temática, interna ou externa ao VP). Considerando o sistema chomskyano de Caso/concordância aqui assumido parece não haver razão para supor que a argumentos externos intransitivos seja atribuído Caso ergativo, por exemplo, visto que eles se comportam como objetos no concernente à concordância verbo-nominal. Caso ergativo, portanto, é uma propriedade restrita ao *v* transitivo.

(19) *Línguas nominativo-acusativas* ¹⁹ v_{TR} : [uCaso:ACC], EPP opcional²⁰ v_{INTR} : sem traço de Caso, EPP opcional T_{FIN} : [uCaso:NOM], [EPP]

(ALDRIDGE, 2007) (p.10)

Para línguas ergativas de tipos v e T , os traços associados aos núcleos funcionais envolvidos estão especificados em 20 e 21, respectivamente. As estruturas estão dadas em 22 e 23.

(20) *Línguas de Tipo- v* v_{TR} : Caso ergativo inerente, [uCaso:ABS], [EPP] v_{INTR} : sem traço de Caso, sem traço EPP T_{FIN} : [uCaso:ABS] opcional

(ALDRIDGE, 2007) (p.11)

(21) *Línguas de Tipo- T* v_{TR} : Caso ergativo inerente, [EPP] v_{INTR} : sem traço de Caso, sem traço EPP T_{FIN} : [uCaso:ABS]

Baseado em Aldridge (2007) (p.11)

(22) Tipo- v (23) Tipo- T

¹⁹ Lembre-se que estamos considerando Caso estrutural (e.g. ACC,NOM,GEN) como um **valor** atribuído via compatibilidade de traços- ϕ , não estando ele codificado no núcleo atribuidor como um traço independente.

²⁰ Sobre o traço EPP opcional em v , ver Chomsky (2001).

Baseado em Deal (2016) (p.172)

Em 22 *v* valor absoluto no objeto no interior de VP e na sequência tal argumento sobe para a borda de *v*P a fim de checar o traço EPP em *v*. Em 23 o objeto primeiramente sobe acima do sujeito para um Spec,*v*P extra para checar o EPP de *v* e, desta posição, é valorado absoluto por T.

Uma importante consequência desta abordagem é predizer se a língua permite argumentos absolutivos em orações não finitas. Em línguas de Tipo-*v* espera-se encontrá-los em tais ambientes, visto que Caso absoluto é valorado por *v* forte (i.e. transitivo), um núcleo disponível em contextos não finitos. Em línguas de Tipo-T, entretanto, uma vez que T é a única fonte de absoluto, não se espera encontrar absolutivos em contextos não finitos ou sem T.

1.4 Relações de Caso em karitiana sob uma perspectiva minimalista

1.4.1 Uma abordagem anterior

Antes de apresentar a nossa análise, iremos brevemente expor a proposta de Storto (1999) baseada na teoria de Caso e Ligação (do inglês *Case Binding Theory*) desenvolvida por Bittner & Hale (1996).

De acordo com as premissas de B&H,²¹ Caso corresponde à categoria funcional K núcleo da projeção mais alta (KP) na projeção estendida da categoria lexical N, assim como C na projeção estendida de V. Sintagmas nominais morfologicamente marcados para Caso são KPs (i.e. ergativo, acusativo, oblíquo), enquanto sintagmas nominais de “Caso” nominativo não projetam K – a rigor, não têm Caso. A tabela a seguir resume as principais características da teoria em questão.

(24) Teoria de Caso e Ligação

	<i>Caso não marcado</i>	<i>Caso estrutural marcado</i>	<i>Caso inerente</i>
Tem K?	não	sim	sim
Tem K na estrutura-D?	—	vazio	preenchido
Condições de licenciamento	Filtro K	ECP	Princípio de Projeção

De acordo com os autores, sistemas ergativos são definidos com relação à transparência. Em línguas morfologicamente ergativas a oração toda é transparente à regência

²¹ Esta teoria foi desenvolvida dentro do quadro teórico de Regência e Ligação da Linguística Gerativa; ver Chomsky (1981).

por conta de movimentos de núcleo. Isto permite que ambos os argumentos de um verbo transitivo sejam licenciados *in situ*. Línguas sintaticamente ergativas, por sua vez, possuem um VP opaco para regência. O argumento nominativo deve, portanto, ser alçado para Spec,IP de modo a satisfazer o filtro que requer que ele seja regido por C ou K (i.e. Filtro K).²²

Storto (1999) argumenta que o karitiana seja instância de uma língua morfologicamente ergativa uma vez que V sempre move-se para C (i.e. movimento V-I-C) tornando a oração transparente para regência por C. Daí, ao sujeito é atribuído ergativo via regência por I (i.e. ECP) e ao objeto (um DP) é atribuído nominativo *in situ* sob regência por C (i.e. Filtro K). A autora salienta que “não há evidência para ergatividade sintática na língua, porque *topic chaining* e relativização possuem pivôs acusativos” (p.182; tradução nossa)^{23, 24} propondo a seguinte estrutura para as sentenças transitivas do karitiana:

(25) *Estrutura das sentenças transitivas*

(STORTO, 1999)

Acreditamos, no entanto, haver alguns problemas nesta análise em vista de propostas mais recentes no âmbito das Teorias Sintáticas. Para derivar a ordem de constituintes básica da língua (e.g. OSV para subordinadas, VOS para assertivas), a autora postula um sujeito gerado (adjungido) à direita de VP.²⁵ Ainda, C parece estar muito distante do objeto de modo a poder marcá-lo para Caso *in situ* em VP sem violar restrições de localidade comumente assumidas em visões minimalistas em que uma sentença é derivada

²² Na teoria de B&H absolutivos e nominativos correspondem ao mesmo Caso.

²³ “[T]here is no evidence for syntactic ergativity in the language, because topic chaining and relativization have accusative pivots”.

²⁴ Mas ver nota 16.

²⁵ Ver teoria de linearização de Kayne (1994), em que o autor argumenta que a posição de especificador universalmente precede o núcleo e o seu complemento, derivando a ordem Spec-núcleo-compl, e propõe também uma indiferenciação entre especificadores e adjuntos.

ciclicamente fase por fase.²⁶ Iremos, assim, propor uma análise diferente para os mesmos fatos com a intenção de derivar as sentenças básicas do karitiana, buscando driblar os problemas levantados acima.

Na seção seguinte argumentaremos que o *vP* do karitiana tenha a estrutura em 2, repetida abaixo como 26, propondo que esta é a melhor forma de lidar com os fatos vistos na seção 1.2. A nossa proposta difere-se da análise de Storto (1999) na medida em que diremos que a língua comporta-se de uma forma mais emparelhada com línguas sintaticamente ergativas.

(26)

1.4.2 Agree em karitiana

De acordo com o sistema chomskyano (2000; 2001), Caso estrutural é valorado em um DP alvo como um reflexo direto de uma relação de *Agree* com uma sonda ϕ -completa (e.g. *v*, T). Embora o karitiana não possua Caso morfológicamente marcado, seria bastante surpreendente, sob esta premissa, se o objeto tivesse o seu Caso licenciado por *v*, uma vez que o verbo exhibe concordância **somente** em construções matriz.²⁷ Em vista do fato de que concordância (aberta) coexiste com tempo na língua, a conclusão mais óbvia parece ser a de que o objeto tem seu Caso valorado por T em sentenças matriz, possuindo uma fonte outra de Caso em contextos subordinados.²⁸ Desta forma, estando os absolutivos ausentes das orações subordinadas do karitiana – não há T que o atribua – assumimos que a língua seja uma instância do Tipo-T tal qual proposto em Aldridge (2004; 2008; 2008). Se o padrão de concordância ergativo em karitiana fosse o reflexo aberto de uma relação de sondagem *v*–N, as marcas de concordância também deveriam aparecer em subordinadas, mas elas são proibidas nestes ambientes.

A caracterização do karitiana como uma língua ergativa de Tipo-T implica que (i) o *v* transitivo carrega um traço EPP, (ii) ao sujeito transitivo é atribuído um Caso ergativo inerente, e (iii) ao objeto e ao sujeito intransitivo é atribuído Caso absoluto por T.

²⁶ Ver Chomsky (2000; 2001).

²⁷ Lembre-se que orações subordinadas são versões truncadas das sentenças matriz e não projetam TP.

²⁸ Aqui temos uma generalização: morfologia de concordância em karitiana é reflexo de uma relação de *Agree* entre T e N.

(27) *Relações de Caso em karitiana – a proposta*

O verbo leve *v* atribui Caso ergativo inerente para o sujeito transitivo e o seu traço EPP atrai o objeto para um especificador extra de *vP*.²⁹ Desta posição o objeto é sondado por T, tendo seu Caso estrutural valorado como absolutivo. Isto dá conta do padrão ergativo de concordância atestado em karitiana, explicando por que o verbo, que se move para T, exibe concordância com o objeto e por que o sujeito transitivo não desencadeia concordância verbal. Agora veremos como a estrutura proposta para o *vP* pode servir de *input* para derivar as ordens de palavra na língua.

Conforme visto, OSV é a ordem *default* das orações subordinadas.³⁰ Visto que a língua é núcleo-final (projetando no máximo um sintagma aspectual (AspP) acima de *vP* para onde o verbo se move), a nossa proposta explica diretamente a ordem OSV, para a qual oferecemos, provisionalmente, a estrutura em 28.³¹

(28) *Estrutura das subordinadas OSV (provisória)*

²⁹ A este respeito, o karitiana assemelharia-se com o que Woolford (2015), baseada em Bittner & Hale (1996), denomina ‘língua ergativa *object shift*’: “ergative case marks external arguments only in clauses where the direct object has moved out of the VP” (p.491), como o inuit, em que se observa uma correlação entre *object shift* e marcação de Caso ergativo.

³⁰ Um contraponto a este respeito será discutido ao final desta seção.

³¹ Discutiremos a atribuição de Caso para o objeto em contextos subordinados na próxima subseção, o que nos fará rever a estrutura aqui apresentada.

É importante termos em mente que, de acordo com Storto (1999), o verbo move-se para o núcleo funcional mais alto disponível na sentença. Com relação às orações matriz, ela argumenta que este núcleo seja C. À luz do fato de que o karitiana exibe morfologia aberta para modo sentencial, assumiremos que uma projeção dedicada (i.e. MoodP) esteja presente, e deixaremos CP para construções Qu- e de foco. Então, propomos a estrutura delineada em 29 para sentenças assertivas VOS^{32, 33}.

(29) *Estrutura das assertivas VOS*

Agora devemos lidar com a ordem SVO das sentenças declarativas matriz. A questão que emerge imediatamente é a seguinte: como pode o sujeito aparecer na primeira posição se o objeto está mais alto na estrutura?³⁴

No que se refere às declarativas SVO, Storto (1999) argumenta que o sujeito e o verbo estão em uma configuração Spec-núcleo. Ela salienta que há uma regra fonológica específica da língua operando nas sentenças declarativas transitivas do karitiana que requer que a primeira posição seja preenchida (i.e. Efeito V2). Ela afirma haver uma tendência na língua para preencher Spec,CP, observando que advérbios ocorrendo em sentenças

³² Uma vez que um morfema dedicado para modo já está presente para expressar o conteúdo assertivo (ver nota 8), não parece haver razão *a priori* para supor que a ordem de palavras em assertivas ela mesma codifique tal conteúdo, via movimento do VP para a periferia esquerda, por exemplo. Sendo o karitiana uma língua que projeta seus núcleos à direita, uma disposição VOS seria, simplesmente, inesperada. No que concerne à ordem de palavras, tomaremos a diferença entre declarativas e assertivas como consequência do movimento do sujeito para a “primeira posição” da sentença em declarativas (i.e. SVO), ficando *in situ* nas assertivas (i.e. _VOS).

³³ Por razões que ainda não compreendemos, o complexo verbal formado em sentenças matriz deve ser linearizado à esquerda. De qualquer forma, parece-nos seguro representar os demais núcleos à direita da estrutura em virtude das propriedades ‘núcleo-final’ da língua (ver nota 1).

³⁴ Storto (2014) chama atenção para o fato de que argumentos absolutivos ocupam, na “superfície”, a mesma posição pós-verbal em declarativas (i.e. S_{ERG}VO_{ABS}, VS_{ABS}), talvez por causa do padrão ergativo da língua, levantando a questão de *por que o sujeito move-se para a posição pré-verbal* (p.178). Esta é a questão que temos a intenção de responder.

verbo-iniciais devem aparecer em posição pré-verbal. De acordo com a autora, esta regra é “puramente fonológica”, mostrando que sintagmas em primeira posição não precisam ser interpretados como focalizados (p.151).³⁵ Aqui, capturamos este efeito V2 em termos de um traço EPP associado com o núcleo mais alto na sentença, isto é, Mood_{DECL}.³⁶

Com referência à periferia esquerda do alemão, Chocano (2009) apresenta dois tipos de estruturas V-2:

Tipo 1: “Estruturas V2 em que o deslocamento para a projeção CP está correlacionado com a checagem de traços semânticos/pragmáticos entre C e o XP preposto” (CHOCANO, 2009) (p.58)³⁷ – **focalização:**

- (30) a. Ein BUCH hat er gelesen
um-ACC livro tem ele-NOM lido
‘Um livro, ele tem lido’
b. CP[XP_{j[+focus]} C’[V_{fin} i IP[t_j...t_i...]]]

(CHOCANO, 2009) (p.58)

Tipo 2: “Estruturas V2 em que o único traço satisfeito é EPP em C” (CHOCANO, 2009) (p.58)³⁸ – **‘Fronteamento estilístico’** ou **‘Movimento formal’:**

- (31) a. Einem Studenten ist ein Fehler aufgefallen
um-DAT estudante COP um-NOM erro atingido
‘Um estudante notou um erro.’
b. CP[XP C’[V_{fin} IP[...]]]³⁹

(CHOCANO, 2009) (p.58)

Uma vez que o fronteamento do sujeito nas declarativas SVO não está associado com foco em karitiana, a língua parece alinhar-se com o segundo tipo de estruturas V2. Postulamos, então, que o DP ergativo sofre Movimento formal por conta de um traço EPP em Mood_{DECL}, que atrai um XP para o seu Spec. Mas qual a natureza deste traço EPP?

Primeiramente, é bom manter claro que o movimento do sujeito em sentenças declarativas SVO não está obrigatoriamente associado a traços do sistema-P (e.g. força,

³⁵ Ver também Storto (2014) (p.167).

³⁶ Se quisermos manter a ideia de que o EPP esteja estritamente associado a núcleos de fase (CHOMSKY, 2000; 2001), podemos assumir que este traço é herdado por Mood (ao invés de T) de C (CHOMSKY, 2008).

³⁷ “V2 structures in which displacement to the CP projection correlates with the checking of a feature of semantic/pragmatic import to both C and the preposed XP”.

³⁸ “V2 structures in which the only feature satisfied is an EPP feature on C”.

³⁹ “[31b] is derived by moving XP as the highest element of IP to SpecCP (Minimal Link) just in order to fulfill the EPP requirement associated with C, i.e., without additional intonational, semantic, or pragmatic effects” (CHOCANO, 2009) (p.58).

(STORTO, 1999) (p.148)

- ii. para o grupo de colaboradores karitiana com o qual trabalhamos, VS foi considerada agramatical ou associada à maneira que as pessoas mais velhas falam. No lugar da intransitiva VS os falantes ofereciam uma construção de cópula (34a), em que o efeito V2 seria observado:⁴³

- (34) a. taso $\emptyset$ -na-aka-t i-kat- $\emptyset$
 homem 3-DECL-COP-NFUT PRON-dormir-ADVZR
 ‘O homem está dormindo.’
 b. */? $\emptyset$ -naka-kat- $\emptyset$ taso
 3-DECL-dormir-NFUT homem

Parece-nos claro que exista “algo” atraindo um XP para a primeira posição, o que foi aqui capturado como uma instância de movimento por razões exclusivas de EPP. O que não está claro é por que a primeira posição pode ser aparentemente deixada vazia em sentenças declarativas VS quando não há advérbios, PPs ou orações subordinadas (ver 32) para os falantes que de fato aceitam 34b. Deixaremos este problema em aberto.

Agora, se o sujeito em sentenças SVO é alçado exclusivamente para satisfazer um traço EPP, por qual motivo o objeto não sobe visto que ele se encontra acima do sujeito na estrutura de acordo com a proposta representada em 26? Iremos, aqui, sugerir que a Condição de Atividade desempenha um papel neste resultado.

O objeto é desativado assim que o seu traço de Caso estrutural é checado/valorado por T via *Agree*. No ponto em que Mood_{DECL} é concatenado o objeto não se encontra mais disponível para o sistema computacional, uma vez que foi desativado por CdA. O sujeito, por sua vez, sendo inerentemente marcado para Caso, não está restringido pela condição. Propomos que o traço EPP presente em Mood_{DECL}, ao sondar, “pula” o XP objeto em respeito ao CdA, atraindo então o sujeito ergativo.⁴⁴ Estando ambos o objeto e o sujeito no especificador do mesmo núcleo (*v*), equidistantes, portanto, de Mood_{DECL},

⁴³ De acordo com Storto (2010) as construções de cópula são estruturas bi-oracionais em que o verbo copular seleciona uma *small clause* nominalizada como complemento. Ela postula que o sujeito desta minioração move-se para a posição pré-copular na sentença matriz. Tais construções serão discutidas em detalhe no capítulo 2.

⁴⁴ Agradeço ao Jairo Nunes (comunicação pessoal) por ter chamado a minha atenção para o fato de que elementos inerentemente marcados não “gostam” muito de se mover. Contudo, Santos & Franchetto (2015) mostram que este não parece ser o caso para os elementos ergativos do Kuikuro: “o sujeito (agente ou causa original) de verbo transitivo é marcado (caso ergativo) por uma posposição e tem autonomia e mobilidade, podendo ocorrer tanto após o verbo como antes dele [...] o caso ergativo realizado por *heke* é inerente.” (p.44,46). De qualquer maneira, o movimento do sujeito ergativo em karitiana não parece ser algo recorrente na língua. Na realidade, esperamos que ele ocorra somente em declarativas transitivas, e propomos que isto ocorre pois, caso contrário, a derivação fracassaria. O que a nossa proposta parece prever é que o elemento que entra em uma relação de *Agree* não seria capaz de se mover posteriormente por razões de **puro** EPP caso haja outro elemento presente no mesmo domínio – e que (ainda) não tenha entrado em uma relação de *Agree* – disponível para checar tal EPP.

tal movimento não acarreta em uma violação de minimalidade.⁴⁵ Ainda, tendo em vista que tal condição não se impõe ao sujeito, que possui um Caso ergativo inerente (não estrutural), a ideia é que ele possa ser alçado mesmo sem possuir um uF (e.g. uCaso), caso contrário a derivação fracassaria em virtude de um traço EPP (não interpretável) em Mood_{DECL}. A estrutura proposta para declarativas SVO em karitiana está delineada em 35.⁴⁶

(35) *Estruturas das declarativas SVO*

A interpretação mais comum da Condição de Atividade é a de que um alvo deve possuir um traço não interpretável de modo a estar ativo para movimento.⁴⁷ Aqui, postulamos que CdA também possa ser interpretada como uma condição de Último Recurso (*Last Resort condition*): ainda que não possua traços não interpretáveis um elemento ainda pode estar disponível para movimento se não tiver se engajado em uma relação de *Agree*, e se esta é a única maneira de salvar a derivação.

CdA não somente restringiria alvos desativados de interagir com sondas mais altas que ainda precisam checar algum traço, mas também restringiria o movimento de elementos desativados que poderiam sofrer Movimento formal para checagem de EPP. A intuição explorada aqui é a de que o sistema computacional de alguma maneira prefere – ao menos para casos de Fronteamento estilístico – deslocar um elemento que não tenha entrado em relação de *Agree* do que deslocar um outro que tenha, talvez por razões de

⁴⁵ Ver Chomsky (1995) (cap.3).

⁴⁶ Movimentos de núcleo não foram representados.

⁴⁷ “The Activity Requirement: each participant in an *Agree* relation must have an unchecked uninterpretable feature.” (CARSTENS, 2011) (p.721).

economia.⁴⁸

1.4.3 Relações de Caso em orações subordinadas

Embora Vivanco (2018) assuma junto à Storto (1999) que orações subordinadas em karitiana compreendam menos estrutura quando comparadas a orações matriz, ela propõe uma estrutura diferente para as subordinadas, argumentando que elas são nominalizadas por um núcleo *n* nulo acima de *vP*.⁴⁹

Como vimos, as sentenças subordinadas do karitiana não possuem T, projetando no máximo um AspP (36).

- (36) y-py-so‘oot-yn yn [Inácio ‘ep opĩ tyka-t]
 1-ASSERT-ver-NFUT eu Inácio árvore cortar IMPERF.MOV-OBL
 ‘Eu vi o Inácio cortando a árvore.’

(VIVANCO, 2018) (p.90)

O que a estrutura apresentada para orações subordinadas em 28, repetida abaixo como 37, não é capaz de capturar são os comportamentos nominais que tais construções exibem.

- (37) *Estrutura das subordinadas OSV (provisória)*

Primeiramente, a autora observa que estas orações podem ser construídas com o nominalizador locativo/instrumental *-pa* (38). Elas também podem funcionar como um objeto indireto, sendo marcadas com o Caso oblíquo *-ty* (39).

⁴⁸ Embora tenha-se argumentado que movimento por razões de EPP seja independente de *Agree* (ASARINA, 2011) (p.65), em que a Condição de Atividade não desempenharia um papel em banir tal tipo de movimento, sugerimos que sob as condições encontradas em karitiana CdA “entra em jogo” como um último recurso do sistema para decidir qual elemento será alçado, evitando uma opcionalidade no sistema visto que ambos sujeito e objeto, equidistantes do núcleo contendo EPP, parecem estar disponíveis para checar tal traço.

⁴⁹ Conforme Vivanco (2018) (p.89) aponta, a nominalização é uma estratégia de subordinação muito comum em línguas indígenas brasileiras.

- (38) a. ambo-**pa**
subir-NMZ
'Escada.'
- b. y-pyr-amyntyn [cama taso kat-a]-**pa-ty**
1-ASSERT-comprar-NFUT cama homem dormir-EPEN-NMZ-OBL
'Eu comprei a cama onde o homem dormiu.'

(VIVANCO, 2018) (p.93)

- (39) a. ø-py-pyting-yn ãjonso opi-**ty**
3-ASSERT-querer-NFUT mulher brinco-OBL
'A mulher quer o brinco.'
- b. yn ø-na-aka-t i-pyting-ø [gijo Luciana
eu 3-DECL-COP-NFUT NMZ-querer-CONC.ABS. milho Luciana
ti-tak-a]-**ty**
CFO-pilar-EPEN-OBL
'Eu quero o milho que a Luciana pilou.'

(VIVANCO, 2018) (p.93-4)

Vivanco (2018) também argumenta que perguntas Qu- de longa distância não são permitidas na línguas pois a extração de um elemento de um domínio subordinado em karitiana é uma violação do *Complex NP Constraint*. Portanto, perguntas Qu- de longa distância requerem *pied-piping* de larga escala em que toda a oração subordinada é fronteada de modo a evitar uma violação de ilha (40).

- (40) *Pied-piping de larga escala com o verbo factivo 'koro'op oky' ('lamentar')*
[morã harahara ko]-ty i-koro'op oky Pedro?
QU espelho quebrar -OBL 3-dentro machucar Pedro
'Quem o Pedro lamentou que quebrou o espelho?'
(lit. '[Quem quebrou o espelho] Pedro lamentou?')

(VIVANCO, 2018) (p.93-4)

A fim de lidar com os fenômenos acima, Vivanco (2018) propõe a estrutura em 41 para as subordinadas do karitiana, a qual iremos assumir.

(41) *Orações subordinadas do karitiana*

Outro aspecto destas construções relevante para a nossa discussão é o fato de que pronomes podem aparecer cliticizados ao verbo (somente) em contextos subordinados (42).⁵⁰

- (42) [y-opiso] a-taka-kãra-t an
 eu-escutar 2-DECL-pensar-NFUT você
 ‘Você pensou que eu escutei.’

(VIVANCO, 2018) (p.109)

Visto que a classe de pronomes que aparecem cliticizados ao verbo em subordinadas é idêntica à classe dos pronomes possessivos, Vivanco (2018) sugere que estes NPs sejam marcados com Caso genitivo em karitiana. Ela chama a atenção para o fato de que muitas línguas marcam os seus argumentos com Caso genitivo quando certas construções são nominalizadas (p.110).

A este respeito, Asarina (2011) propõe, para a língua uyghur, que um sufixo nominalizador N (i.e. *-ish*) selecina uma oração reduzida (i.e. menor que TP/AspP), sendo também responsável por atribuir Caso genitivo ao sujeito (p.33), tal como representado em 43.

(43) *Atribuição de Caso genitivo em uyghur*

Adaptado de Asarina (2011) (p.28)

Considerando que ao sujeito transitivo em karitiana já é atribuído Caso ergativo (inerente) por *v*, propomos que o núcleo nominalizador *n* acima seja o responsável pela

⁵⁰ Lembre-se que os prefixos de pessoa que aparecem no verbo em orações matriz são marcas de concordância, e não clíticos pronominais tal como em subordinadas.

atribuição de Caso genitivo ao objeto em contextos subordinados tal como representado em 44, do contrário, o traço de Caso estrutural do objeto não seria valorado devido à ausência de T nesses ambientes, o que causaria o fracasso da derivação.

Em 44 o objeto move-se para o especificador extra de vP para checar EPP. Desta posição ele tem seu traço de Caso estrutural valorado como genitivo pelo núcleo n . Esta análise cobre as similaridades observadas por Vivanco (2018) entre os pronomes cliticizados das construções subordinadas e das construções possessivas.

1.4.4 (Outras) Derivações possíveis

Deve ser dito que trabalhos bem recentes têm atestado diferentes resultados no que se refere à ordem de palavras *default* em karitiana. Vivanco (2018), por exemplo, diz que SOV seria uma ordem mais básica do que OSV para as orações subordinadas, ao passo em que Storto (No prelo) aponta que VSO seja hoje a ordem básica para sentenças assertivas. De qualquer maneira, OSV e SOV são ambas disposições legítimas para as orações subordinadas da língua, e o mesmo pode ser dito a respeito de VSO e VOS para as assertivas. Uma vez que OSV e VOS ainda são possíveis sem parecer ativar algum tipo de conteúdo semântico/informacional marcado, acreditamos que uma proposta derivacional para estas sentenças se justifica, o que foi o intuito deste capítulo. Aqui, levaremos brevemente a derivação de subordinadas SOV e de assertivas VSO em consideração.

No tocante às subordinadas, assumimos que OSV e SOV diferem-se unicamente com respeito ao traço EPP associado ao verbo leve. Quando v possui um EPP, temos a configuração *object shift* em que o objeto move-se acima do sujeito para um Spec extra de vP e, desta posição, tem seu traço de Caso valorado como genitivo por n , derivando a ordem OSV. Quando v não possui um EPP, o objeto permanece em VP, derivando a ordem SOV. Já com relação às assertivas, o mesmo ocorreria. A ausência de um traço EPP em v não desencadearia o deslocamento do objeto, derivando VSO ao invés de

VOS.⁵¹ A presença ou ausência de um traço EPP em *v* pode ser pensada não como uma opcionalidade prevista no interior de uma só gramática, mas como propriedades de gramáticas karitiana distintas.

No que se refere à atribuição de Caso quando não há traço EPP disponível, Jairo Nunes (comunicação pessoal) chamou-nos a atenção que elementos inerentemente marcados não bloqueiam movimento-A através deles. Ou seja, T/*n* poderiam livremente sondar o objeto “pulando” o sujeito ergativo, um elemento inerentemente marcado com ergativo, sem violar minimalidade.⁵²

Para declarativas, parece-nos que a ordem SVO pode ser derivada independentemente da estrutura assumida para o *vP* (com ou sem *object shift*). No cenário em que *v* não possui um traço EPP e o objeto, portanto, permanece em VP, o sujeito em Spec,*vP* irá subir normalmente para Spec,Mood_{DECL}P sem que o objeto sequer seja considerado para checagem de EPP em Mood_{DECL}. Quando *v* possui EPP, a história já foi contada: ambos sujeito e objeto ocupam o especificador do mesmo núcleo (i.e. *v*) no ponto em que Mood_{DECL} com seu próprio EPP é concatenado. Sendo ambos os candidatos igualmente qualificados para desempenhar Movimento formal, a Condição de Atividade entra em jogo como uma condição de Último Recurso escolhendo o sujeito, visto que o objeto está desativado por ter entrado em uma relação de *Agree* com T.

Estes diferentes resultados com relação à ordem de palavras não são surpreendentes. Por muito tempo a língua karitiana tem estado em intenso contato com o Português Brasileiro, uma língua que “gosta” de sujeitos iniciais, e esta variação observada pode muito bem ser um reflexo disso (Storto, comunicação pessoal). Este assunto é, em si mesmo, um tópico de estudo muito interessante referente a contato linguístico.

1.5 Conclusão do capítulo

Neste capítulo apresentamos uma proposta minimalista para as relações de Caso em karitiana baseada em fatos de concordância e de ordem de constituintes. Propusemos uma estrutura de tipo *object shift* para o *vP*, assumindo que o karitiana seja uma instância

⁵¹ Objetos que escapam VP normalmente desencadeiam leitura de escopo amplo (*wide scope*) e interpretações pressuposicionais (ALDRIDGE, 2008) (p.30); (ver Diesing (1992) para a Hipótese de Mapeamento (*Mapping Hypothesis*) e também Diesing & Jelinek (1995) para a correlação entre movimento de objeto na Sintaxe e (escape de) fechamento existencial em LF). Deixaremos para pesquisas futuras se há diferenças interpretativas neste sentido associadas ao objeto a depender da ordem de constituintes exibida na sentença (OSV/SOV, VOS/VSO). A respeito desta questão, contudo, citamos Woolford (2015): “It is not universal that only definite or specific objects undergo object shift; for example, [...] topicality in some sense is associated with object shift in Nez Perce and Dyirbal” (p.510). Assim, mesmo se efeitos de definitude/especificidade não se mostrem presentes nos objetos karitiana, parece-nos que uma construção *object shift* não deva ser imediatamente descartada.

⁵² Isso parece levantar um problema para teorias baseadas na noção de fases (CHOMSKY, 2000; 2001), visto que o objeto contido no domínio da fase *vP* (i.e. VP) já teria sido transferido para *Spell Out*, ficando inacessível, portanto, no ponto em que um núcleo mais alto como T entra na derivação. Deixaremos esta questão de localidade em aberto.

de uma língua sintaticamente ergativa de Tipo-T em que T é a fonte de Caso absolutivo (estrutural) e *v* a fonte de Caso ergativo (inerente). Com isto, buscamos explicar a ordem OSV em subordinadas e a ordem VOS em assertivas, bem como o padrão absolutivo de concordância. Para derivar as declarativas SVO argumentamos que o sujeito move-se acima do objeto a fim de ocupar uma posição de checagem de EPP de um núcleo mais alto (i.e. Mood_{DECL}). O objeto é desativado pela Condição de Atividade quando entra em relação de *Agree* com T, e por este motivo a sonda EPP em Mood_{DECL} seleciona o sujeito para ocupar a posição de Spec que checará tal traço.

2 As construções de cópula

O modo pelo qual as estruturas sintáticas das línguas naturais capturam relações preditivas figura como um dos temas desencadeadores de grandes debates entre linguistas das mais variadas frentes teóricas. Seja no nível da predicação verbal (i.e. *João saiu*), seja no nível da predicação não verbal (i.e. *João é legal*), verificar se a Sintaxe captura tais relações de maneira uniforme translinguisticamente é tarefa essencial das teorias linguísticas, em especial daquelas preocupadas em investigar as propriedades da Gramática Universal, como é o caso da Teoria Gerativa em seus diversos modelos (i.e. Gramática Gerativa Transformacional (CHOMSKY, 1957), Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981), Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995)).

Neste capítulo discutiremos de que maneira o karitiana – língua ameríndia brasileira pertencente ao ramo Arikém da família Tupi – captura relações de predicação em suas construções de cópula. A nossa discussão será desenvolvida sob o escopo da gramática gerativa, em especial da Teoria de Princípios e Parâmetros em sua versão minimalista (CHOMSKY, 1993).

Na seção 2.1 apresentamos os dados relevantes das construções de cópula para as quais uma derivação sintática será proposta. Na seção 2.2 discutimos acerca do estatuto morfológico de dois morfemas, um pronome de 3^a pessoa (i.e. *i-*), e um sufixo adverbializador (i.e. *-t/ø*), que aparecem nos predicados de tais construções, o que será essencial em nossa análise. Na seção 2.3 trazemos as propriedades principais do verbo copular *aka* em karitiana. Na seção 2.4 expomos os quadros teóricos norteadores da proposta a ser desenvolvida na seção 2.5. Na seção 2.6 concluímos.

2.1 Construções de cópula e predicação em karitiana – os dados

Storto (2010) classifica as construções de cópula do karitiana de acordo com a natureza categorial do predicado. Construções de predicação adjetival ou verbal exibem um elemento pronominal de 3^a pessoa (i.e. *i-*; glosado aqui como PRON) e um sufixo adverbializador (i.e. *-t/ø*)¹ afixados ao predicado (1a, 1b). Construções de “predicação” nominal não exibem o pronome, mas exibem o sufixo adverbializador (1c).

¹ A variação entre *-t* e zero é alomórfica: o morfema adverbializador é realizado como *[-t]* diante de vogais e como zero diante de consoantes.

(1) *Construções de cópula na ordem canônica*a. *Predicação adjetival*

taso ø-na-aka-t i-se'a-t [obs.: *(i-)se'at]
 homem 3-DECL-COP-NFUT PRON-bom/bonito-ADVZR

‘O homem é bom/bonito.’

b. *Predicação verbal*

Tarcisio ø-na-aka-t i-boryt [obs.: *(i-)boryt]
 Tarcisio 3-DECL-COP-NFUT PRON-sair-ADVZR

‘Tarcisio saiu/está saindo.’

c. *“Predicação” nominal* ²

byyty ø-na-aka-t kinda'o-t [obs.: *(i-)kinda'ot]
 mamão 3-DECL-COP-NFUT fruta-ADVZR

‘Mamão é fruta.’

A concordância de 3^a pessoa exibida pelo verbo copular é invariável:³ mesmo quando o sujeito é uma 1^a pessoa, como em 2, o prefixo de concordância exibido é o de 3^a (obs.: * **yn ynaakat iahyt**).⁴

- (2) yn ø-na-aka-t i-ahy-t
 eu 3-DECL-COP-NFUT PRON-beber-ADVZR
 ‘Eu bebi.’

(STORTO, 2010) (p.16)

² Colocamos aspas em “predicação” para destacar o fato de que a relação semântica estabelecida entre os NPs neste tipo de construção não é sempre de natureza predicativa *stricto sensu*. A noção de “predicado nominal” é utilizada, portanto, em um sentido lato, de modo a nos referir, simplesmente, ao elemento que não é o sujeito da sentença. Seremos mais precisos quando necessário.

³ Ao longo deste trabalho iremos mostrar que, na verdade, a concordância dá-se com o pronome cliticizado ao predicado. Por ora apenas buscamos evidenciar que a concordância não é estabelecida com o sujeito (i.e. o NP em posição pré-copular).

⁴ A concordância de 3^a pessoa em karitiana varia morfológicamente de acordo com o modo da sentença: em declarativas a concordância é zero (**iva**), e em não declarativas é *i-* (**ivb**).

- (iv) a. taso ø-na-oky-t boroja (DECL)
 homem 3-DECL-matar-NFUT cobra
 ‘O homem matou a cobra.’

- b. taso i-oky-t boroja (NDECL)
 homem 3-matar-NFUT cobra
 ‘O homem matou a cobra.’

(STORTO, 2002) (p.153)

Embora homófonos, a marca de sufixo adverbializador não deve ser confundida com a marca de tempo não futuro: o dado em 3 mostra que o adverbializador co-ocorre com a marca de tempo futuro, mostrando não haver uma dupla marcação temporal nestas construções.

- (3) kinda osiito $\emptyset$ -na-aka-j kinda'o-t
 flor 3-DECL-COP-FUT fruta-ADVZR
 'A flor será fruta.'

(STORTO, 2010) (p.02)

Neste trabalho buscaremos mostrar qual o papel do pronome e do adverbializador na derivação das construções de cópula. Salientamos, aqui, a existência do efeito V2, discutido no capítulo 1, nas construções copulares. Uma vez que o verbo copular é construído com o morfema de modo sentencial declarativo (i.e. *na-*), o traço EPP associado a este núcleo exige que um XP ocupe o seu especificador, justificando a presença de um elemento em posição pré-verbal em tais sentenças.

Até o momento apresentamos as construções de cópula em sua disposição canônica, isto é, na ordem *sujeito – cópula – predicado*. Há, no entanto, a possibilidade de alçamento do predicado conforme 4, derivando a ordem *predicado – cópula – sujeito*.

(4) *Construções de cópula na ordem invertida*

- a. *Predicação adjetival*
 se'a-t $\emptyset$ -na-aka-t taso [obs.: (*i-)se'at]
 bom/bonito-ADVZR 3-DECL-COP-NFUT homem
 'O homem é bom/bonito.'
- b. *Predicação verbal*
 boryt $\emptyset$ -na-aka-t taso [obs.: (*i-)boryt]
 sair-ADVZR 3-DECL-COP-NFUT homem
 'Tarcisio fica saindo/sai muito.'
- c. *"Predicação" nominal*
 kinda'o $\emptyset$ -na-aka-t byyty-t
 fruta 3-DECL-COP-NFUT mamão-ADVZR
 'Fruta é mamão.'

Há uma diferença morfosintática crucial entre as construções de cópula de predicação não nominal (i.e. adjetival, verbal) na ordem canônica e na ordem invertida. Enquanto naquelas a presença do pronome *i-* é obrigatória (1a,1b), nestas a sua presença

é proibida (4a,4b). Uma das perguntas a ser contemplada neste trabalho é por que o pronome de 3ª pessoa, presente nas construções de cópula de predicação não nominal na ordem canônica, encontra-se ausente quando o predicado é alçado. Ainda, verificamos que, no caso das construções de cópula adjetivais e verbais o sufixo adverbializador sempre ocorre no predicado da construção (i.e. A,V), independentemente da posição que ele ocupa na sentença (posição final em 1a e 1b, e inicial em 4a e 4b). Já nas construções de predicação nominal o adverbializador estará sufixado, invariavelmente, ao NP final (1c, 4c). A tabela abaixo resume as informações morfosintáticas relevantes.

(5)

Predicação	Ordem canônica			Ordem invertida		
<i>adjetival</i>	NP	cópula	i-A-t	A-t	cópula	NP
<i>verbal</i>	NP	cópula	i-V-t	V-t	cópula	NP
<i>nominal</i>	NP ₁	cópula	NP ₂ -t	NP ₂	cópula	NP ₁ -t

Um curioso fato de natureza semântica atestado na ordem invertida das construções de predicação verbal diz respeito à interpretação do predicado quando este é alçado para a primeira posição. Embora não tenham sido identificadas diferenças interpretativas nos casos de predicação adjetival entre a ordem canônica (1a) e a invertida (4a), uma diferença semântica importante foi observada nos casos de predicação verbal. Na ordem canônica (1b) a construção de cópula é normalmente utilizada no lugar de uma sentença intransitiva simples (STORTO, 2010) (e.g. *naboryt Tarcisio*), veiculando ambas o mesmo significado subspecificado para tempo, podendo ele ser presente (*Tarcisio está saindo (agora)*) ou passado (*Tarcisio saiu*), o que consideramos uma leitura *default*. Já no caso da ordem invertida (4a), uma leitura de frequência/iteratividade/intensidade foi observada quando o predicado é alçado para a primeira posição (*Tarcisio fica saindo/sai (muito)*). Esta leitura também foi atestada para os verbos ‘*edna*’ (‘engravidar’), *gery* (‘sangrar’), *kikin* (‘gritar’) e *kar* (‘dormir’). Neste trabalho iremos, tentativamente, levantar uma possível motivação para as diferenças interpretativas correlacionadas com a ordem de palavras na construção de cópula.

2.2 O estatuto morfológico de *i-* e de *-t/ø*

2.2.1 O pronome *i-*

Storto (2010) postula que as sentenças copulares do karitiana são estruturas bioracionais em que o verbo copular *aka* seleciona uma *small clause* nominalizada via *i-* como um complemento de onde ela extrai o seu sujeito. Segundo ela, o prefixo de 3ª pessoa na cópula marca uma concordância com a *small clause* nominalizada. Nesta seção iremos propor que o elemento *i-* corresponde na verdade ao próprio pronome de 3ª pessoa, e não

a um nominalizador, o que será importante na determinação de seu papel na derivação da relação predicativa.

Tal morfema foi descrito como um nominalizador pelo fato de não ocorrer prefixado a elementos nominais (6). De acordo com Rocha & Vivanco (2012) isso explicaria naturalmente o porquê de tal morfema não ocorrer prefixado a nomes já que, sendo um nominalizador, não haveria como ele nominalizar algo que já é um nome.

- (6) * byyty $\emptyset$ -na-aka-t i-kinda'o-t
mamão 3-DECL-COP-NFUT PRON-fruta-ADVZR

(ROCHA; VIVANCO, 2012) (p.03) ⁵

Outra evidencia levantada por eles foi o fato de que o nominalizador *-pa* não co-ocorre com *i-*, conforme 7. Uma vez que o *-pa* já apareceria nominalizando o predicado verbal *kat* ('dormir'), o uso de *i-* seria redundante.

- (7) * cama $\emptyset$ -na-aka-t i-kat-<a>pa-t
cama 3-DECL-COP-NFUT PRON-dormir-ADVZR

(ROCHA; VIVANCO, 2012) (p.04) ⁶

Acreditamos que as motivações levantadas acima não são suficientes para classificar *i-* como um nominalizador. Embora a natureza nominalizadora de *-pa* seja nítida,⁷ não está nada claro qual seria o papel de um nominalizador nas sentenças copulares apresentadas. Qual seria a sua contribuição semântica? Não foram atestadas instâncias de nominalização com *i-* para além das construções de cópula em karitiana, o que tornaria muito estranha a existência de um prefixo que é usado exclusivamente para nominalizar predicados em sentenças copulares. Ainda, assumindo que orações subordinadas na língua sejam nominalizadas através de um morfema nulo (ver capítulo 1), por que a suposta

⁵ Neste sentido, foi feito um paralelo entre *i-* e *-pa*, que também não ocorre junto a nomes, o que corroboraria a análise de *i-* como um nominalizador:

- (v) * byyty $\emptyset$ -na-aka-t kinda'o-pa-t
mamão 3-DECL-COP-NFUT fruta-NMZ-ADVZR

⁶ Significado pretendido: "Cama é para dormir" (lit.: Cama é "dormidor" (objeto usado para dormir)). Ver nota a seguir.

⁷ As derivações lexicais em vi tornam bastante clara a operação de nominalização do sufixo *-pa*, que confere uma interpretação instrumental/locativa ao elemento com o qual se une:

- (vi) i. *bik* ('sentar'), *bik<i>pa* ('banco')
- ii. *hōron* ('lavar'), *hōronpa* ('bacia de lavar')
- iii. *ambo* ('subir'), *ambopa* ('escada')
- iv. *soko'i* ('amarrar'), *soko'ipa* ('corda')

(ROCHA, 2016) (p.205)

nominalização nas construções de cópula não poderia ser feita via marcação zero já que tal morfema está disponível na língua?

Um outro ponto a ser considerado é o fato de que, diferentemente do morfema *-pa*, um sufixo, *i-* seria um morfema nominalizador prefixal, ou seja, teríamos disponíveis em karitiana dois mecanismos afixais distintos para a derivação de um mesmo processo, o que não parece ser tipologicamente comum. Em português, por exemplo, nominalizações envolvendo mudança de categoria são sistematicamente sufixais (e.g. ‘**construção**’, ‘**sofrimento**’, ‘**promiscuidade**’), ao passo em que derivações prefixais são reservadas para processos em que não há mudança de categoria (e.g. ‘**atípico**’, ‘**reprodução**’, ‘**desativar**’), valendo ressaltar que a operação semântica em cada caso de afixação exemplificado é bastante transparente.⁸

O tratamento de *i-* como um nominalizador, portanto, torna essas questões um mistério. Qual o seu estatuto, então?

Usos do morfema *i-*. A marca *i-*, como já foi possível notar, não é uma exclusividade das construções de cópula em karitiana. Além de ela corresponder ao próprio pronome de 3^a pessoa (8c), ela também corresponde a uma marca de concordância de 3^a pessoa (modo não declarativo, ver tabela 9a e dado 9b). O uso mútuo de *i-* tanto como pronome pessoal como concordância está exemplificado na sentença 10.⁹

- (8) a. yn $\emptyset$ -na-ahoj- $\emptyset$ òwã
 eu 3-DECL-rir-NFUT criança
 ‘Eu ri da criança.’
- b. an $\emptyset$ -na-ahoj- $\emptyset$ òwã
 você 3-DECL-rir-NFUT criança
 ‘Você riu da criança.’
- c. **i** $\emptyset$ -na-ahoj- $\emptyset$ òwã
 PRON 3-DECL-rir-NFUT criança
 ‘Ele(s)/Ela(s) riu/riram da criança.’

(STORTO, 2008) (p.03)

⁸ Agradeço à Ana Scher (comunicação pessoal) por ter chamado à minha atenção para processos lexicais que derivam palavras como ‘antirrugas’, em que um adjetivo é formado a partir de uma base nominal via afixação do prefixo *anti-*, de modo que tanto processos de sufixação como de prefixação seriam capazes de alterar a natureza categorial da base, o que enfraquece o argumento aqui apontado.

⁹ Em seu uso pronominal optamos por glosar o pronome de 3^a pessoa simplesmente como PRON para ressaltar o seu caráter subespecificado, na medida em que se trata de uma 3^a pessoa não especificada para número ou gênero. Mais à frente veremos que ele também é atestado com um uso expletivo.

- (9) a.
- Paradigma de concordância pessoal em karitiana*

Flexão	Declarativas	Não declarativas
1 ^a pessoa do singular	<i>y-</i>	<i>y-</i>
2 ^a pessoa do singular	<i>a-</i>	<i>a-</i>
1 ^a pessoa inclusiva	<i>yj-</i>	<i>yj-</i>
1 ^a pessoa exclusiva	<i>yta-</i>	<i>yta-</i>
2 ^a pessoa do plural	<i>aj-</i>	<i>aj-</i>
3^a pessoa	<i>zero</i>	<i>i-</i>

(STORTO, 2002) (p.151-2)

- b. ‘ep **i**-ti-pasagngāt ãjonso
 árvore **3**-CFO-contar mulher
 ‘Árvore, a mulher contou.’

(STORTO, 2002)

- (10) ‘ep **i**-ti-pasagngã-t **i**
 árvore **3**-CFO-contar-NFUT **PRON**
 ‘Árvore, ele/ela/eles/elas contou/contaram.’

(STORTO, 2010) (p.12)

Por fim, tal morfema pode ser utilizado como um pronome possessivo (11).

- (11) ø-pyr-a-m-pasadn<a>-n taso **i**-sooj<o>-ty
 3-ASSERT-PASV-CAUS-amar-NFUT homem **3**POSS-esposa-OBL
 ‘Fizeram o homem amar a sua esposa.’

(ROCHA; VIVANCO, 2012) (p.02)

Conforme vimos em 2, repetido abaixo como 12, o *i-* presente nos predicados das sentenças copulares não corresponde a uma marca de concordância, já que ele co-ocorre com o sujeito de 1^a pessoa *yn*.

- (12) yn ø-na-aka-t i-ahy-t
 eu 3-DECL-COP-NFUT PRON-beber-ADVZR
 ‘Eu bebi.’

(STORTO, 2010) (p.16)

Uma vez que ele também não corresponde nem a um possessivo, nem a um nominalizador, assumimos aqui que tal morfema seja o próprio pronome de 3ª pessoa.¹⁰ O nosso próximo passo será responder **qual o papel de um pronome nas sentenças copulares da língua karitiana**. Antes disso, mostraremos que a presença de elementos pronominais em construções de cópula não é uma característica tipológica inusitada.

Conforme apontado por Citko (2008), línguas como o árabe (EID, 1983), o hebraico (DORON, 1983; RAPOPORT, 1987), o russo (PERELTSVAIG, 2001), o polonês (R. ROTHSTEIN, 1986), e o gaélico escocês (ADGER; RAMCHAND, 2003), permitem tanto elementos copulares verbais como pronominais. O polonês, inclusive, para além de sentenças copulares exclusivamente verbais (13a) e exclusivamente pronominais (13b),¹¹ também permite construções com duas cópulas, uma verbal e outra pronominal, na mesma sentença (13c).

- (13) a. Jan **jest** moim najlepszym przyjacielem
 Jan **é** meu melhor amigo
 ‘Jan é o meu melhor amigo.’
 b. Jan **to** mój najlepszy przyjaciel
 Jan **PRON** meu melhor amigo
 ‘Jan é o meu melhor amigo.’
 c. Jan **to jest** mój najlepszy przyjaciel
 Jan **PRON é** meu melhor amigo
 ‘Jan é o meu melhor amigo.’

(CITKO, 2008) (p.262-2)

Trouxemos os dados das outras línguas acima somente com o intuito de mostrar que a presença de um elemento verbal copular e um elemento pronominal na mesma construção de cópula não é uma excentricidade tipológica do karitiana, porém não temos como

¹⁰ Assumimos que o *i-* das construções de cópula corresponde a um proclítico, tal como o é nas orações subordinadas, em que aparece junto ao verbo, bem como nas construções de posse. Entretanto, agradeço à Filomena Sandalo (comunicação pessoal) por ter chamado a minha atenção para a necessidade de que testes sejam feitos para atestar o estatuto de proclítico do elemento *i-*, comprovando que não se trata de um prefixo – o que traria implicações importantes frente à análise aqui proposta. Se se tratasse de um prefixo, a Sintaxe não seria capaz de “enxergá-lo”, o que minaria a ideia de que ele é um argumento do verbo copular, bem como um elemento desencadeador de concordância.

¹¹ Em **vii** temos línguas em que a cópula também pode ser realizada por um elemento pronominal, *eto* (‘isto’) em russo (**viia**), e *hu* em hebraico (**viib**):

- (vii) a. lev **eto** dikii zver’
 leão.NOM isto feroz animal.NOM
 ‘O leão é um animal feroz’
 b. ani (**hu**) mar yosef
 eu MASC.SG. Sr. Yosef
 ‘Eu sou o Mr. Yosef’

Dado de Dària Serés, comunicação pessoal

(S. ROTHSTEIN, 1995) (p.35)

objetivo assimilar os dados translinguísticos apresentados à análise a ser aqui proposta. Pelo contrário, a proposta a ser delineada neste trabalho para as sentenças copulares do karitiana apresenta divergências com relação ao tratamento dado por Citko (2008) às sentenças copulares do polonês em 13, principalmente pelo fato de nossas construções apresentarem um elemento adverbializado, o que não está previsto na proposta da autora.

Citko (2008) argumenta que as diferenças de comportamento morfosintático e semântico entre as sentenças 13 decorrem do arranjo de traços presente no núcleo funcional da *small clause* (núcleo predicador π) presente na derivação destas construções (p.261). Ela propõe que a cópula verbal *jest* seja o núcleo da projeção predicativa π P (i.e. *small clause*), ao passo em que o pronome *to* é a realização de T nessa língua (ver estrutura 14). Apesar de nossa análise alinhar-se à da autora com relação à proposta de que o núcleo da projeção predicativa seja também realizado pela cópula (*aka*), em nosso caso T é realizado pelo próprio sufixo de tempo (i.e. *-t* (não futuro), *-j* (futuro)), e trataremos o pronome de 3ª pessoa como um argumento da cópula com o qual ela concorda.

(14) *Estrutura da sentença 13c*

(CITKO, 2008) (p.285)

Vimos, até então, qual o estatuto morfológico do morfema *i-* cliticizado ao predicado nas construções de cópula do karitiana: trata-se do pronome de 3ª pessoa da língua. Agora, discutiremos o estatuto do sufixo *-t/ø*.

2.2.2 O adverbializador *-t/ø*

Nesta seção traremos evidências independentes para a caracterização do sufixo *-t/ø* encontrado nas construções copulares como um adverbializador.

Rocha (2016) observou que o uso de tal morfema é obrigatório em orações subordinadas adverbiais (15). Em 15a notamos a presença do sufixo adverbializador na oração adverbial, ao passo em que a sua ausência em 15b torna a mesma sentença agramatical.

- (15) a. [gok ãjonso amangã] -t ø-na-oky-t him taso
 macaxeira mulher plantar -ADVZR 3-DECL-matar-NFUT caça homem
 ‘(Enquanto) A mulher plantava macaxeira, o homem matou a caça.’
b. * [gok ãjonso amangã] ø-na-oky-t him taso
 macaxeira mulher plantar 3-DECL-matar-NFUT caça homem
- (ROCHA, 2016) (p.184)

A sufixação deste morfema em outros tipos de orações encaixadas (i.e. relativas, completivas, infinitivas propositivas) torna a sentença agramatical, o que foi tomado como uma evidência pelo autor de que ele corresponde a um sufixo adverbializador, ocorrendo somente em orações modificadoras adjungidas à oração matriz (ROCHA, 2016) (p.182).

Storto (2012) argumenta que as orações relativas do karitiana são de núcleo interno. Vivanco (2014), corroborando a análise da autora, mostra que há um deslocamento opcional do núcleo da relativa (sujeito ou objeto) para a periferia esquerda da subordinada, obtendo a ordem OSV para relativas de objeto e SOV para relativas de sujeito. Os dados em 16 evidenciam a impossibilidade de o morfema adverbializador ocorrer sufixado à oração.

- (16) *Orações relativas*

- a. yn ø-na-otet-ø ['ip ãwã ti-'y pasagnã
eu 3-DECL-cozinhar-NFUT peixe criança CFO-comer IMPERF.POST
tyka] (* -t)
IMPERF.MOV (* -ADVZR)
'Eu cozinhei o peixe que a criança irá comer.'
- b. [taso Elivar ti-mb-otam tyka] (* -t)
homem Elivar CFO-CAUS-chegar IMPERF.MOV (* -ADVZR)
ø-na-oky-t myndo
3-DECL-matar-NFUT cotia
'O homem que Elivar está fazendo chegar matou a cotia'

(ROCHA, 2016) (p.174-5)

Orações subordinadas completivas apresentam ambiguidade entre uma leitura de evento e uma leitura de argumento (STORTO, 1999).¹² Como podemos observar, o sufixo adverbializador, assim como nas relativas, encontra-se aqui ausente (17).¹³

¹² As completivas de leitura de evento não se distinguem das relativas de sujeito. No entanto, a distinção entre relativas e completivas é feita na literatura do karitiana uma vez que relativas de objeto não são ambíguas, não apresentando uma interpretação de evento (ROCHA, 2016) (p.179-181).

¹³ O verbo *so'oot* ('ver') em karitiana seleciona um argumento interno marcado pelo oblíquo *-ty*.

(17) Orações completivas

- a. yn $\emptyset$ -na-aka-t i-so'oot- $\emptyset$ [taso him oky] -ty
 eu 3-DECL-COP-NFUT PRON-ver-ADVZR homem caça matar -OBL
 'Eu vi o homem que matou a caça.' (leitura de argumento)
 'Eu vi o homem matar/matando a caça.' (leitura de evento)
- b. yn $\emptyset$ -na-aka-t i-so'oot- $\emptyset$ [òwã taso mĩ] -ty
 eu 3-DECL-COP-NFUT PRON-ver-ADVZR criança homem bater -OBL
 'Eu vi a criança que machucou a criança.' (leitura de argumento)
 'Eu vi a criança machucar/machucando o homem.' (leitura de evento)

(ROCHA, 2016) (p.179)

Trazemos, agora, uma oração subordinada infinitiva propositiva marcada pelo sufixo *-p*, que confere uma leitura de finalidade à oração encaixada (18). O que nos interessa aqui é observar que, assim como nas relativas e nas completivas, o sufixo *-t/ø* também não é observado.

- (18) Inacio $\emptyset$ -na-aka-t i-tat- $\emptyset$ akan=pip [irip oky] -p
 Inacio 3-DECL-COP-NFUT PRON-ir-ADVZR aldeia=POSP anta matar -INF
 'Inácio foi para a aldeia matar antas.'

(ROCHA, 2016) (p.199)

Ainda, o sufixo *-t/ø* encontra-se presente em palavras adverbiais. Sanchez-Mendes (2014) argumenta que a marca *-t* presente nos advérbios do karitiana é um adverbializador com base na distribuição observada entre *pita* e *pitat*. Em 19 observamos o uso adjetival de *pita*, que não exibe o sufixo *-t*. Já em 20 observamos a ocorrência de *pita* com o sufixo *-t* em seu uso adverbial. Em 21 vemos o advérbio *kanda* também sufixado com *-t*.

- (19) a. [taso pita] i-otam
 homem pita PRON-chegar
 'O homem verdadeiro chegou.'
- b. [òwã se'a pita] i-otam
 menino bom muito PRON-chegar
 'O menino muito bom chegou.'

- (20) Inácio i-pykyn<a>-t pita-t
 Inácio PRON-correr-ADVZR pita-ADVZR
 'Inácio correu muito.'

- (21) $\tilde{y}$ onso $\emptyset$ -naka-ot- $\emptyset$ kanda-**t** ese
mulher 3-DECL-buscar-NFUT muitas.vezes-**ADVZR** águ
‘Mulher buscou água muitas vezes.’

(SANCHEZ-MENDES, 2014)

Assim, de modo a unificar a análise de $-t/\emptyset$, e tendo em vista o seu uso obrigatório em orações adverbiais (15) e em advérbios (20, 21), bem como a sua proibição em demais contextos (16, 17, 18), iremos assumir neste trabalho, junto a Rocha (2016), que o sufixo $-t/\emptyset$ que aparece sufixado aos predicados das construções de cópula do karitiana também corresponde ao morfema adverbializador. Cabe-nos, agora, entender **por que um sufixo adverbializador estaria presente nestes ambientes**. O objetivo central deste capítulo é propor uma derivação para as construções de cópula da língua karitiana de modo a explicar de que maneira as relações de predicação são sintaticamente capturadas, o que nos leva à seguinte pergunta: **por qual motivo o predicado ocorre adjungido na estrutura das construções de cópula?**¹⁴

A presença de um adverbializador em construções copulares não parece ser uma propriedade atestada somente em karitiana. Conforme observado por Rocha (2016), o dado 22 da língua tiriyó (Karib) exhibe uma adverbialização em suas construções predicativas de cópula. Meira (1999) analisa o predicado das *small clauses* do tiriyó como um participio adverbial.

- (22) apëi=n-ai t-[ee-pahka-e]
3.assento=3S_A-COP ADVZR.PART-S_A.INTR-quebrar-PART
‘Seu assento está quebrado.’

(MEIRA, 1999) (p.334)

Alves (2017) também menciona a existência de instâncias de predicação adverbial na língua arara (Karib), conforme é possível evidenciar em 23.¹⁵

- (23) pylepte ty-e-k
faca ADVZR-dente-ADVZR
‘A faca está amolada’ (lit.: A faca (está) com dente)

(ALVES, 2017) (p.191)

¹⁴ Tratando-se de um predicado adverbializado, da mesma maneira que os advérbios estão adjungidos a uma projeção verbal e as orações adverbializadas estão adjungidas à oração matriz, não temos razão contrária para supor que os predicados das construções de cópula não sejam, também, adjuntos.

¹⁵ A palavra *tyek* corresponde a um *template* ‘*t-N-k(e)*’ (ALVES, 2017) (p.190). Neste sentido, entendemos as marcas *ty-* e *-k(e)* como um morfema adverbializador descontínuo (i.e. circunfixal).

Na seção 2.5, em que apresentaremos em detalhe a derivação sintática das construções de cópula do karitiana, indicaremos qual o estatuto real do sufixo adverbializador aqui descrito, o qual será analisado como um bloqueador de rotulação mais adiante. Como ainda não introduzimos os nossos pressupostos teóricos, manteremos a glosa de ‘adverbializador’ sugerida em Rocha (2016).

2.3 A cópula *aka*

Conforme observado por Rocha (2011), o verbo *aka* do karitiana apresenta a mesma distribuição de um verbo intransitivo inacusativo na língua, de modo que ele seleciona um único argumento interno em sua estrutura argumental. Abaixo, listamos as propriedades deste verbo que o qualificam como de tipo inacusativo.

O autor demonstrou que todos os verbos transitivos da língua karitiana podem ser passivizados via morfema *a-*, ao passo em que todos os verbos intransitivos podem ser causativizados via morfema *m-*.¹⁶ Em contrapartida, nenhum verbo intransitivo pode ser passivizado via morfema *a-*, e nenhum verbo transitivo pode ser causativizado via morfema *m-*. A presença/ausência destes morfemas na composição morfológica dos verbos, inclusive, foi utilizada pelo autor como diagnóstico de valência verbal.

Em 24a vemos o uso pleno da cópula como um verbo intransitivo. Em 24b vemos a impossibilidade de se passivizar o verbo *aka*, no entanto, a sua causativização é possível (24c).¹⁷ A cópula só pode ser passivizada se for “antes” causativizada (24d).

- (24) a. y-pyr-aka-dn yn São Paulo pip
 1-ASSERT-COP-NFUT eu São Paulo POSP
 ‘Eu estou em São Paulo.’
- b. * y-pyr-a-aka-dn yn São Paulo pip
 1-ASSERT-PASV-COP-NFUT eu São Paulo POSP
- c. y-py-mb-aka-dn yn taso São Paulo pip
 1-ASSERT-CAUS-COP-NFUT eu homem São Paulo POSP
 O homem me fez ficar em São Paulo.’
- d. y-pyr-a-mb-aka-dn yn São Paulo pip
 1-ASSERT-PASV-CAUS-COP-NFUT eu São Paulo POSP

(ROCHA, 2016) (p.190)

¹⁶ A conclusão à qual o autor chega é a de que não há evidência para a existência de duas classes de verbos intransitivos (i.e. inacusativo, inergativo) em karitiana. Storto & Rocha (2015) argumentam, baseados na proposta teórica de estrutura argumental de Hale & Keyser (2002), que todos os verbos intransitivos da língua sejam de tipo inacusativo, ou seja, selecionadores de um único argumento interno em sua estrutura argumental.

¹⁷ O morfema *m-* é realizado como [mb] devido a um processo de (pós-)oralização da consoante por conta da vogal oral que o segue (STORTO, 1999).

Todas as propriedades da cópula *aka* exemplificadas acima (i.e. *i.* ocorrer em sentenças intransitivas, *ii.* ser agramatical com o morfema de passiva, *iii.* participar da alternância causativo-incoativa, e *iv.* poder ter sua versão causativizada passivizada) estão presentes em todos os verbos intransitivos (inacusativos) da língua. Ainda, a cópula distribui-se como um predicado em construções de cópula tal como um verbo intransitivo inacusativo ou um adjetivo (25).

- (25) yn $\emptyset$ -na-aka-t i-**aka**-t São Paulo pip
 eu 3-DECL-COP-NFUT PRON-COP-ADVZR São Paulo POSP
 ‘Eu estou em São Paulo.’

(ROCHA, 2016) (p.191)

Assumiremos, portanto, junto a Rocha (2011; 2016), que a cópula *aka* corresponda a um verbo intransitivo de tipo inacusativo. O que nos interessa aqui reside na própria definição da inacusatividade, ou seja, a propriedade de o verbo selecionar um argumento interno na posição de complemento. Cabe-nos, agora, indagar **qual é a natureza do complemento selecionado pela cópula**.

C-seleção. Talvez a análise mais comum para construções de cópula seja a que o verbo copular seleciona uma *small clause*¹⁸ como complemento de onde o sujeito sentencial é extraído, conforme o esquema em 26, exemplificado em 27.¹⁹

- (26) Sujeito_i cópula [_{SC} t_i Predicado]

- (27) a. João_i é [_{SC} t_i legal]
 b. João_i está [_{SC} t_i dormindo]

Storto (2010), a fim de dar conta da concordância invariável de 3^a pessoa exibida pela cópula (ver nota 3), propõe que a cópula *aka* selecione uma *small clause* nominalizada como complemento de onde ela extrai o seu sujeito (28). Um problema desta proposta é o de que teríamos movimento argumental (ver 1) ou de predicado (4) do interior de um constituinte nominalizado, e uma violação de *Complex NP Constraint* seria observada. A este respeito, já vimos que a língua não permite extração de constituintes do interior de subordinadas, justamente devido ao fato de elas serem nominalizações (VIVANCO, 2018).

- (28) Sujeito_i cópula i_{NMZ}-[_{SC} t_i Predicado]

¹⁸ Citko (2008) usa o termo *small clause* de uma maneira descritiva de modo a se referir a qualquer construção que consiste de um sujeito e de um predicado não verbal (p.261-2). Neste trabalho iremos nos referir a *small clause* também para construções de predicação verbal, dado que o seu comportamento morfossintático é o mesmo das construções de predicação adjetival.

¹⁹ Estamos ignorando, neste momento, a estrutura interna das *small clauses*.

Assim, de modo a capturar a propriedade de concordância do verbo copular, propomos que a cópula seleciona como um complemento o pronome de 3ª pessoa *i-*, com o qual estabelece concordância, e o predicado é concatenado como um adjunto na estrutura, o que é evidenciado pela presença do adverbializador a ele sufixado. Que a cópula do karitiana não seleciona diretamente uma *small clause* pode ser visto pelo simples fato de que o prefixo pronominal *i-* é obrigatório em construções de predicação não nominal (29).

- (29) a. * taso ø-na-aka-t se'a
 homem 3-DECL-COP-NFUT bom/bonito
 Pretendido: 'O homem é bom/bonito.'
- b. * taso ø-na-aka-t kat
 homem 3-DECL-COP-NFUT dormir
 Pretendido: 'O homem está dormindo/dormiu.'

Se a cópula do karitiana selecionasse diretamente uma *small clause* a agramaticalidade das sentenças em 29 seria inexplicável.²⁰ Por motivos que ficarão mais claros quando apresentarmos a nossa proposta para a derivação destas construções, tanto o pronome como o adverbializador têm um papel na interpretação da relação de predicação.

Com isso em mente, propomos que o item lexical *aka* apresenta a propriedade seletional de subcategorizar nomes, exclusivamente, conforme 30.

- (30) *aka* { [NP/*AP/*VP/*PP _____] }

Embora tal passo pareça estipulativo, veremos que ele será crucial na derivação das construções de cópula tanto de ordem canônica como de ordem invertida. Naturalmente, o leitor deve estar se perguntando por qual motivo o verbo copular de uma língua teria uma restrição de C-seleção tão forte como a proposta em 30.

Primeiramente, queremos mostrar que tal restrição seletional é plenamente compatível com os fatos da língua. Storto (2016) mostra que *aka* também ocorre na formação de construções de quantificação universal (31), bem como na formação de construções demonstrativas como 32, nas quais o verbo copular seleciona um nome dando a tais construções (DPs em línguas como o inglês e o português), um estatuto oracional.

- (31) *Construções de quantificação universal em karitiana*

- a. [taso **aka**-tyym] ø-na-sokõ'ĩ-t eremby
 homem **COP**-ASP 3-DECL-amarrar-NFUT rede
 'Todos os homens amarraram a rede.'
- b. [taso ø-na-sokõ'ĩ-t [eremby **aka**-tyym]
 homem 3-DECL-amarrar-NFUT rede **COP**-ASP
 'O homem amarrou todas as redes.'

²⁰ Na seção 2.5, inclusive, quando discutirmos a estrutura interna do constituinte *small clause*, veremos que sequer há evidência para a existência de *small clauses* do tipo 26 na língua.

(STORTO; THOMAS, 2012) (p.03)

(32) *Construção demonstrativa em karitiana*

dibm $\emptyset$ -naka-tat-i [ony taso **aka**]
 amanhã 3-DECL-ir-FUT DEIT homem **COP**

‘Aquele homem irá amanhã.’ (Lit.: ‘Homem (que) está lá irá amanhã.’)

(STORTO, 2016) (p.03)

Müller, Storto & Coutinho-Silva (2006) e Sanchez-Mendes (2009) mostram que não há determinantes em karitiana, argumentando que nomes nus na língua são neutros para número e definitude. Em 33 vemos que o NP *jonso* (‘mulher’) tem uma interpretação vaga entre definido/indefinido, e entre singular/plural. Sanchez-Mendes (2009) argumenta que a quantificação na língua é adverbial, não havendo quantificação-D. Neste sentido, notamos que o advérbio *kandat* tem escopo sobre o VP, quantificando evento, e não entidade (obs.: # *Mulher pegou muita água*).

- (33) *jonso* $\emptyset$ -naka-ot- $\emptyset$ *kanda-t* *ese*
 mulher 3-DECL-pegar-NFUT muito-ADVZR água
 ‘A/Uma mulher(es) pegou/pegaram água muitas vezes.’

(STORTO; THOMAS, 2012) (p.02)

Com isso em mente, temos que *akatyym* em 31 não é um determinante operando sobre nomes, mas sim um complexo verbal formado pela cópula *aka* e um núcleo aspectual *tyym* que seleciona o nome que quantifica. Deste modo, Storto & Thomas (2012) argumentam que construções de quantificação universal com *akatyym* são orações. O mesmo se estende para construções demonstrativas como em 32 (STORTO, 2016) (p.03), que também são orações.

Deste modo, vemos que a proposta de que a cópula *aka* seleciona nomes, exclusivamente, é compatível com os dados de quantificação universal e de demonstrativos da língua karitiana. Para além de compatível, talvez tal restrição categorial seja, inclusive, necessária.

De acordo com Storto & Thomas (2012) construções com *akatyym* são interpretadas como descrições definidas maximizadoras de indivíduos, e não como quantificadores sobre eventos (p.04). As traduções em 31 deixam claro que a operação quantificadora recai sobre a denotação do nome (i.e. *taso*, *eremby*), e não sobre a denotação do evento. Uma pergunta que emerge é a seguinte: **de onde viria a denotação de definitude, já que a língua não tem determinantes?** A nossa sugestão, tentativa, é a de que, dada a defecividade do sistema nominal do karitiana, que não possui determinantes/quantificação-D,

a língua precisaria recorrer a um elemento de natureza verbal que seja capaz de garantir tal leitura, neste caso, a cópula. Por este motivo o verbo copular da língua é atestado em ambientes onde um determinante seria esperado (i.e. quantificação universal, construção demonstrativa). Desta forma, a restrição de natureza categorial sobre a cópula *aka* ganharia uma motivação de natureza semântica, e não seria uma mera estipulação, já que alguma compatibilidade semântica é esperada entre o verbo copular e o nome que ele seleciona. Uma investigação mais profunda desta hipótese precisa ser feita, contudo. Levantamos esta discussão para tornar menos estipulativa a proposta em 30, a qual será crucial na determinação da derivação das construções de cópula.

Por fim, uma última observação que vai ao encontro de nossa proposta. Em seu estudo sobre construções do inglês com o expletivo *there*, Williams (1984) argumenta que uma sentença como *There are some people sick* possui a estrutura em 34a, e não 34b.

- (34) a. There are [some people sick]_{NP}
 b. * There are [some people sick]_{SC}

(WILLIAMS, 1984) (p.131)

O autor propõe que a cópula *be* selecione não uma *small clause* (34b), mas sim um NP em uma sentença com *there* (34a). Muito embora o autor não estivesse preocupado com as propriedades de subcategorização do verbo copular, mas sim com as propriedades de constituição em 34, a proposta é interessante por se desviar da premissa comum de que cópulas selecionam complexos predicacionais de tipo minioracional. Dada toda a discussão acima, portanto, iremos seguir assumindo que a cópula *aka* em karitiana seleciona somente nomes, e a seleção de um elemento de outro tipo fracassaria a derivação.

2.4 Ingredientes teóricos

2.4.1 Estrutura argumental

Hale & Keyser (H&K) (1993) propõem que a representação apropriada da estrutura argumental de um predicado seja estabelecida com base nos princípios da Sintaxe (p.53). De acordo com os autores, “cada núcleo lexical [N,A,V,P] projeta a sua categoria a um nível sintagmático e determina no interior desta projeção um sistema não ambíguo de relações estruturais entre o núcleo, as suas projeções categoriais, e os seus argumentos (especificador, se presente, e complemento)” (p.53; tradução nossa)²¹. Desta forma, um item lexical teria a ele associada uma representação sintática.

²¹ “[E]ach lexical head [N,A,V,P] projects its category to a phrase level and determines within that projection an unambiguous system of structural relations holding between the head, its categorial projections, and its arguments (specifier, if present, and complement).”

H&K (2002) estabelecem 4 tipos de estrutura argumental, ou seja, 4 possibilidades de projeções a partir de um núcleo lexical, dadas em 35 e exemplificadas em 36.

(35) a. *Estrutura monádica*

b. *Estrutura diádica básica*

c. *Estrutura diádica composta*

d. núcleo

(HALE; KEYSER, 2002) (p.13)

(36) a. *Estrutura monádica*

b. *Estrutura diádica básica*

c. *Estrutura diádica composta*

d. N
|
house

Em 35a temos a chamada ‘estrutura monádica’ na qual o núcleo seleciona somente um argumento na posição de complemento (Compl) e não seleciona um argumento na posição de especificador (Spec).²² Segundo H&K, é a estrutura tipicamente associada a

²² O uso do verbo ‘selecionar’ aqui faz referência a uma seleção estritamente semântica/argumental.

verbos transitivos e a verbos intransitivos inergativos (e.g. verbo denominal *laugh* ('rir'); 36a).²³ Para os autores, verbos inergativos possuem um nome em sua estrutura argumental que serve de complemento a um núcleo verbal vazio (i.e. $[_{\text{V}_{\text{inerg}}} \text{V}_{\emptyset} \text{N}]$).

35b corresponde à 'estrutura diádica básica', na qual o núcleo seleciona dois argumentos, um na posição de complemento, outro na posição de especificador. Trata-se do caso típico dos sintagmas nucleados por adposições lexicais (e.g. *the books on the shelf*; 36b). A mesma estrutura é atribuída a construções do tipo *shelve the books*, só que, neste caso, P é vazio e seleciona um N ao invés de um DP (i.e. $[_P \text{P}_{\emptyset} \text{shelf}_N]$). O complexo P–N será alçado posteriormente, via *conflation* (ver H&K (2002) cap.03), para um núcleo sintático $\text{V}_{\emptyset}$, derivando a ordem correta na sintaxe.

35d representa núcleos "atômicos", ou seja, aqueles que não requerem nenhum argumento para serem plenamente interpretados (e.g. nomes simples; 36d). São eles que poderão servir de complemento a núcleos de tipo V e P nas estruturas monádica e diádica básica, respectivamente.²⁴

Por fim, falemos da 'estrutura diádica composta' representada em 35b. Nela, o núcleo*²⁵ possui a propriedade de abrir uma posição de especificador, mas não seleciona (semanticamente) um argumento na posição de complemento. O núcleo*, no entanto, pode tomar um elemento predicator como complemento. Este predicado, não sendo capaz de, por si só, projetar um especificador, entra como um "parasita" na estrutura a fim de satisfazer o seu próprio requerimento argumental, a ser atendido pelo argumento que ocupa o especificador do núcleo* que o hospeda. Ou seja, o complemento do núcleo* o força a abrir um especificador para que ele próprio satisfaça o seu requerimento argumental.

H&K (1993) propõem que a posição de Spec,VP seja preenchida na estrutura argumental somente quando algum princípio a força a aparecer (p.76). Eles argumentam que o princípio da Interpretação Plena (IntP, do inglês *Full Interpretation*; ver Chomsky (1986)) seja o responsável pelo preenchimento de especificadores. Neste sentido, IntP "entra em jogo" para garantir que a relação de predicação seja estabelecida entre o predicado e o(s) seu(s) argumento(s) em um domínio local.²⁶ É por este motivo que verbos inergativos não possuem especificadores em sua estrutura argumental: não há nada que o requeira. Já preposições lexicais do tipo em 36b, por sua vez, uma vez que requerem dois argumentos, IntP exige que ambos os argumentos estejam presentes na estrutura para que a relação

²³ É importante ressaltar que, na proposta dos autores, o argumento externo, normalmente agente ou causa, não faz parte da estrutura argumental de um item lexical, sendo introduzido somente na Sintaxe sentencial (sintaxe-s) por meio de um núcleo não presente na estrutura argumental (sintaxe-l). Neste trabalho, contudo, iremos considerar que as sentenças são totalmente derivadas no componente sintático a partir de uma numeração, e não faremos uma divisão entre uma sintaxe lexical e uma sintaxe *stricto sensu* como eles fazem.

²⁴ Veremos que, na condição de predicado, um N (não lexical) poderá figurar na posição de complemento de um V da estrutura diádica composta, o que será a nossa proposta na seção 2.5.

²⁵ O asterisco indica, simplesmente, que se trata de um tipo diferente de núcleo, na medida em que ele não seleciona semanticamente o seu complemento, mas apenas sintaticamente.

²⁶ A respeito da localidade da predicação, ver Williams (1980) e Rothstein (1983).

de predicação seja estabelecida.

O aparecimento de um especificador na estrutura argumental de um verbo inacusativo é explicado da mesma maneira. Sendo o complemento “parasita” do núcleo hospedeiro V um predicado (adjetival em 36c), ele requer um argumento na posição de especificador para entrar em uma relação de predicação e satisfazer seu próprio requerimento argumental.²⁷ Assim, na estrutura diádica composta, V serve somente para garantir a estrutura correta para que o predicado estabeleça uma relação de predicação com o seu argumento.²⁸

A cópula *aka* e a estrutura diádica composta. Vimos na seção 2.3 que o verbo copular *aka* comporta-se como um verbo inacusativo em karitiana. Tendo em vista a proposta de Estrutura argumental delineada acima, admitiremos que ele poderá projetar uma estrutura diádica composta, típica de inacusativos segundo os autores. Nesta condição, a cópula será capaz de (i) hospedar um elemento predicador na posição de complemento, (ii) abrigar um constituinte na posição de especificador que sirva de argumento para o predicado parasita.

É importante lembrar que as configurações em 35 são possibilidades estruturais a serem definidas conforme o curso da derivação, e não moldes estruturais nos quais os itens lexicais ocorrem. Os exemplos em 36, por sua vez, evidenciam as construções mais típicas de cada possibilidade. Sendo assim, as estruturas em questão não são especificadas para tipos categoriais, ou seja, os elementos que servem de complemento a um determinado núcleo lexical não são pré-determinados universalmente. Da mesma forma, as categorias que podem ocorrer como núcleo na estrutura *x* ou *y* também não são pré-definidas.

Verbos inacusativos do inglês, segundo H&K (1993; 1993), são tipicamente formados por um núcleo verbal vazio que toma uma raiz adjetival como complemento. Esta restrição categorial observada no inglês para a formação de inacusativos, no entanto, não é uma necessidade da estrutura diádica composta. No caso das construções de cópula do karitiana, por exemplo, embora a cópula *aka* possa projetar uma estrutura do tipo 35c por conta de suas propriedades inacusativas, o elemento que ela toma como complemento é, por uma questão de necessidade de seleção categorial, de natureza estritamente nominal (ver seção 2.3). A depender do tipo de elemento que a cópula tome como complemento, a estrutura derivada a partir daí poderá ser completamente diferente. Se ela seleciona um predicado, um especificador é esperado na estrutura argumental, ou seja, na projeção nucleada pelo verbo copular. Se ela toma um nome como em 35d, deriva-se uma estrutura

²⁷ Que a relação de predicação necessita de uma configuração assimétrica entre sujeito e predicado será discutido na próxima seção.

²⁸ A teoria de Estrutura argumental de H&K (1993) dispensa completamente a noção de papéis temáticos enquanto um primitivo teórico. Relações temáticas são capturadas através de configurações sintáticas que garantem a interpretação adequada dos argumentos, a depender do elemento que os predica e das posições que eles ocupam na estrutura.

monádica, já que de acordo com IntP não há predicado que justifique a abertura de um especificador.

2.4.2 A sintaxe da predicação: *small clauses* e sua estrutura interna

Antes de apresentarmos os pressupostos teóricos que serão assumidos em nossa análise iremos brevemente revisitar dois trabalhos bastante importantes sobre sintaxe da predicação: Williams (1980) e Bowers (1993), uns dos autores pioneiros no concernente às propriedades da estrutura interna das *small clauses*.

Predicação em Williams (1980). Para o autor, as relações de predicação eram capturadas na chamada *estrutura predicacional* (do inglês *predicate structure*), um nível de representação intermediário entre SS e LF no qual a relação entre sujeito e predicado era indicada por coindexação (p.203). O autor apontou para a necessidade de o NP sujeito C-comandar o predicado, observando a relação de C-comando como uma restrição sobre relações de predicação. Os dados em 37 evidenciam que a ausência de C-comando entre sujeito e predicado resulta na agramaticalidade da sentença.²⁹

- (37) a. John loaded [the wagon] [full] with hay.
 b. * John loaded the hay [into the wagon] [full].
 c. * Bill was struck [by John] as [stupid].

(WILLIAMS, 1980) (p.204,207)

É importante salientar aqui que o nosso trabalho tem como orientação geral pressupostos minimalistas da teoria gerativa e assume uma abordagem derivacional, e não representacional, da estrutura sintática. Deste modo, não iremos trabalhar com a noção de ‘nível de representação’ por uma questão de incompatibilidade teórica. Outro problema frente a premissas minimalistas que a proposta de Williams apresenta diz respeito a regras de coindexação do tipo em 38 abaixo que o autor propõe para capturar a relação predicativa entre sujeito e predicado. Regras de coindexação, por inserirem índices no curso geracional da sentença, figuram como uma violação da condição de inclusividade, proposta de Chomsky (1995) em que novos objetos não podem ser inseridos no curso da derivação para além de rearranjos de propriedades lexicais; em particular, o autor busca excluir índices e níveis-barra (da Teoria X-barra), por exemplo (p.209). A condição de inclusividade está definida a seguir: “qualquer estrutura formada pelo sistema computacional [...] é constituída por elementos já presentes nos itens lexicais selecionados para a numeração” (CHOMSKY, 1995) (p.209; tradução nossa).³⁰

²⁹ A questão da direcionalidade da relação de C-comando será revista em den Dikken (2006), assunto nosso para daqui a pouco.

³⁰ “[A]ny structure formed by the computation [...] is constituted of elements already present in the lexical items selected for [the numeration] N”.

(38) ... NP ... AP_i ... → ... NP_i ... AP_i ...

(WILLIAMS, 1980) (p.205)

Predicação em Bowers (1993). A existência de *small clauses*, literalmente “orações pequenas”, coloca um desafio à uniformidade de uma teoria da predicação baseada em estrutura (p.592), visto que tal tipo de constituinte parece ser diferente de um constituinte oracional sentencial, muito embora ambos compreendam uma relação predicacional entre um sujeito e um predicado, seja ele verbal ou não verbal. No intuito de uniformizar as estruturas atribuídas tanto a *small clauses* como a orações, o autor propõe uma categoria funcional Pr (mnemônico para “predicação”) que funciona como núcleo de uma projeção PrP que compreende ambos sujeito e predicado em seu domínio. Segundo ele, (i) argumentos externos seriam (todos) gerados em Spec,PrP, (ii) o núcleo Pr selecionaria uma projeção máxima YP contendo um núcleo lexical Y qualquer, (iii) PrP pode ser subcategorizado tanto como um complemento de V (ver 39a) como de I (ver 39b), e (iv) sua função semântica é a da predicação (p.595).

- (39) a. [IP They consider [PrP John [Pr' Pr_ø [AP crazy]]]]
 b. [IP John_i [I' will [PrP t_i [Pr' Pr_ø [VP laugh]]]]]

(BOWERS, 1993) (p.595)

Para além de uniformizar as estruturas oracionais no que se refere à predicação, Bowers (1993) observa a importância de que tal relação seja assimétrica, o que é prontamente garantido pela estrutura em 40 visto que o NP sujeito C-comanda (assimetricamente) o XP predicado.³¹

³¹ Em contrapartida, Williams (1980) privilegia uma relação de C-comando simétrico (ou mútuo) entre sujeito e predicado sobre uma relação assimétrica: “[A] predicate has to C-command its subject, except where a predicate is contained in and coindexed with another predicate” (p.204, nota 1), de modo que *John* e *became rich* em viii a C-comandam-se mutuamente. Neste caso, o AP *rich* não precisa C-comandar o sujeito por já estar contido em um predicado que o faz. O autor alega que isto explica o fato de *John* e *gold* em viii b não estarem em uma relação de predicação, uma explicação totalmente estrutural para as possibilidades predicativas: o predicado *gold* não C-comanda *John* nem está contido em um predicado que o faça.

- (viii) a. John_i [became rich_i]_i
 b. I gave John_i [gold_i apples]_{NP}

(WILLIAMS, 1980) (p.204, nota 1)

Das vantagens da proposta em 40, o autor também elenca o fato de que ela resolve o problema da atribuição de um nó apropriado para *small clauses*, visto que em muitas das representações o rótulo não capturava a endocentricidade exigida pela teoria X-barra. Ainda, tal proposta é capaz de atribuir um estatuto ao item *as* do inglês (41), que realizaria o núcleo Pr do constituinte complemento de verbos do tipo *regard*.

(41) I regard [_{PrP} John a_{SPr} crazy/an idiot].

Adaptado de Bowers (1993) (p.596)

Predicação em den Dikken (2006). O autor busca responder como a relação semântica da predicação é projetada na árvore sintática (p.07), propondo uma representação para a relação sujeito–predicado. De acordo com ele, todas as relações predicativas são sintaticamente representadas em termos de uma estrutura em que os constituintes predicado e sujeito são ambos dependentes de um conectivo (i.e. RELATOR) responsável por conectá-los sintática e semanticamente (p.11), conforme 42.

(42) A configuração sintática da predicação

(DIKKEN, 2006) (p.11)

Embora a proposta acima requeira que o núcleo RELATOR acomode sujeito e predicado em sua projeção máxima (i.e. RELP), a configuração em 42 não impõe nenhuma exigência sobre a direcionalidade da relação de predicação, de modo que tanto o sujeito pode C-comandar o predicado (43a) como o predicado pode C-comandar o sujeito (43b). A teoria denDikkeneana é, portanto, crucialmente **não direcional**.

(43) a. Configuração predicado-complemento

b. Configuração predicado-especificador

(DIKKEN, 2006) (p.03,13)

Como podemos perceber, o autor mantém tanto a importância da relação de C-comando, já observada por Williams (1980), como a da assimetria estrutural, já presente na proposta de Bowers (1993). No entanto, há duas novidades essenciais. A primeira diz respeito à já comentada não direcionalidade da relação predicativa. A segunda diz respeito à natureza do núcleo RELATOR mediador da relação de predicação. Façamos de tal núcleo.

A opção de den Dikken (2006) por denominar o núcleo responsável pela relação de predicação estabelecida entre sujeito e predicado de RELATOR e não de Pr, como em Bowers (1993), não é uma mera questão de nomenclatura. Como vimos, em Bowers Pr é uma **categoria funcional específica** dedicada a mediar relações de predicação, de modo que todas as construções que contenham tal tipo de relação semântica deverão dispor de um núcleo Pr. Para den Dikken, o RELATOR é um **núcleo funcional**³² **abstrato qualquer**, e não corresponde a uma nova categoria, sendo um *place holder* para qualquer núcleo funcional na estrutura que faça a mediação entre dois constituintes conforme 44.

(44) *A localidade da predicação*

O núcleo RELATOR acomoda o predicado e o sujeito em seu DOMÍNIO MÍNIMO.

(DIKKEN, 2006) (p.12).

Adotar a proposta de Bowers dentro de uma visão em que os objetos sintáticos são derivados a partir de uma numeração Num seria assumir, necessariamente, que um núcleo Pr está presente em Num, sem o qual a interpretação de uma relação predicativa estaria impossibilitada. Em contrapartida, ao adotar den Dikken, não iremos assumir nenhum núcleo adicional que deverá estar presente para dar conta da leitura de predicação: tal leitura será obtida diretamente de uma configuração na qual sujeito e predicado estão em uma relação de C-comando, em qualquer direção, mediada por um núcleo funcional qualquer dentro do domínio que os abriga (i.e. RELP). O núcleo REL, portanto, pode ser realizado pela cópula (45a), por um elemento preposicional (45b), por T/Infl (45c), e até por *v* (45d). Tudo que é necessário para se obter uma relação de predicação é garantir que sujeito e predicado estejam relacionados via C-comando em um domínio mínimo definido pela projeção de um núcleo funcional, seja ele qual for – a interpretação será puramente configuracional.

- (45) a. The earth must be_{REL} round.
 b. They take him for_{REL} a fool / They regard him as_{REL} a strong president.
 c. John walk-s_{REL}. ([John T_{REL} [VP walk]])
 d. Imogen kissed Brian. ([_{VP} Imogen [_{v'} v_{REL}Ø [VP kissed Brian]]])

(DIKKEN, 2006) (p.15-6,44)

³² Ou seja, não atribui papel- θ ; ver den Dikken (2006) (p.22).

Na proposta do autor, cópulas são tipicamente a realização fonológica do núcleo funcional das *small clauses*. Ele argumenta que todas as *small clauses* compreendem uma relação de predicação mediada por um núcleo de tipo RELATOR em uma das configurações em 43.³³ Iremos assumir que a cópula *aka* do karitiana, um núcleo V, seja a realização fonológica do RELATOR. Que o verbo copular não carrega conteúdo lexical, estando habilitado, portanto, para “ocupar o cargo” de RELATOR na condição de núcleo funcional, é facilmente observado pelo fato de que ele não atribui papel- θ e pode, inclusive, ser livremente apagado no tempo não futuro (i.e. sem a necessidade de um antecedente; ver capítulo 3).³⁴

Com relação à não direcionalidade da relação predicativa o leitor pode estar se perguntando em que situações uma configuração predicado-especificador emerge, visto que a configuração predicado-complemento, isto é, com o sujeito C-comandando o predicado, parece ser bem mais comum nas línguas naturais, o que pudemos notar pela discussão acerca de Williams e Bowers. Abaixo, trazemos alguns casos que den Dikken alega instanciarem a estrutura 43b.³⁵

- (46) a. This butterfly is *big for a butterfly*.

[_{REL}P [_{DP} this butterfly] [be_{REL} [_{REL}P [_{AP} big] [_{REL}' for_{REL} [_{DP} a butterfly]]]]]

- b. We have *an idiot for a doctor*.

[_{REL}P [_{DP} an idiot] [_{REL}' for_{REL} [_{DP} a doctor]]]

- c. Brian was kissed by Imogen.

[_{REL}P [_{VP} kissed Brian] [_{REL}' by_{REL} [_{DP} Imogen]]]

(DIKKEN, 2006) (p.35,37,44)

Em 46a temos uma *small clause* encaixada no verbo copular *be* (i.e. *big for a butterfly*) em que o predicado adjetival ocupa o especificador do RELATOR *for*, C-comandando

³³ den Dikken não reconhece a existência de *small clauses* nuas (do inglês *bare small clauses*), em que sujeito e predicado são diretamente concatenados (i.e. [_{SC} XP_{subj} YP_{pred}]). Iremos, mais adiante, mostrar não haver evidências para a existência de *small clauses* nuas em karitiana, argumentando que uma representação assimétrica é a mais apropriada para a língua.

³⁴ Assumir a existência de um item que não carrega por si nenhum traço semântico, como é o caso do verbo copular núcleo de RELP, pode parecer estranho em vista de que estamos nos guiando por pressupostos minimalistas. Isto devido ao princípio da Interpretação Plena, definido a seguir: “Full Interpretation, a principle [...] that requires that all the features of the pair [π (PF), λ (LF)] be legible at the relevant interfaces” (CHOMSKY, 1995) (p.15). No entanto, acreditamos não estar diante de uma violação de IntP. Muito embora a cópula não contenha traços que possam ser lidos por LF, ela garante a configuração sintática ótima para a interpretação da relação semântica da predicação, a ser estabelecida no domínio da projeção da qual o verbo copular é núcleo.

³⁵ O autor reconhece que instâncias da configuração predicado-especificador são bem mais restritas do que as de predicado-complemento, principalmente com relação aos casos de predicação primária em que estruturas do tipo 43b sequer parecem ser atestadas (“The *primary predication* is the main, tensed subject-predicate relationship of the clause.” (DIKKEN, 2006) (p.48)). Entretanto, ele alega que a má formação destas sentenças decorre de fatores extrínsecos à sintaxe da predicação, de modo que, do ponto de vista da relação predicativa, nada bloquearia uma estrutura predicado-especificador (ver seção 2.8.1 em den Dikken (2006) (p.48-50)).

o sujeito DP. Esta *small clause*, por sua vez, funciona como um predicado complexo C-comandado pelo sujeito *this butterfly*. Em 46b temos a mesma situação, no entanto, o predicado é um DP, *an idiot*, C-comandando o sujeito *a doctor*. Por fim, na construção passiva em 46c temos a preposição *by* relacionando o DP sujeito *Imogen* e o predicado VP *kissed Brian* em uma configuração predicado-especificador. Por não haver um núcleo verbal *v* disponível que possa entrar em relação com T para a checagem de traços temporais,³⁶ a cópula *be* é inserida. A checagem de EPP em T, por sua vez, será satisfeita via alçamento do DP *Brian*, derivando a sentença completa em 47.

$$(47) \quad [_{TP} [_{DP} \text{ Brian}]_i [_{T'} \text{ was } [_{REL P} [_{VP} \text{ kissed } t_i] [_{REL'} \text{ by}_{REL} [_{DP} \text{ Imogen}]]]]]$$

(DIKKEN, 2006) (p.44)

Rotulação. Nesta seção iremos introduzir uma discussão bastante presente em propostas mais recentes em teoria sintática, a saber, a questão dos problemas de projeção (POP, do inglês *Problems of projection*) (CHOMSKY, 2013). Embora não esteja diretamente preocupada com a sintaxe da predicação, a resolução de tais problemas é relevante para os que lidam com propostas derivacionais em uma perspectiva de *Bare Phrase Structure* (CHOMSKY, 1994).

Quando a operação *Merge* é aplicada a dois objetos sintáticos (i.e. α , β), um algoritmo de rotulação (aLgO) deve garantir que um rótulo seja dado ao novo objeto (i.e. γ). aLgO pode ser considerado como um dispositivo de busca em que γ escolhe um dos membros, α ou β , em seu domínio local como rótulo (48).

$$(48) \quad \begin{array}{c} \gamma \\ \swarrow \searrow \\ \alpha \quad \beta \end{array}$$

POP emerge quando os membros concatenados são não distintos, isto é, quando ambos são XPs (i.e. $\gamma = \{XP_1, XP_2\}$) ou núcleos (i.e. $\gamma = \{X_1, X_2\}$). A fim de se evitar uma ambiguidade na rotulação de estruturas, Chomsky (2013) propõe que um constituinte movido (i.e. t_{DP} em 49) não conta como possível rótulo, forçando aLgO a selecionar o seu nó irmão (e.g. vP em 49).

³⁶ No caso de 45d o autor propõe que o complexo v -V sobe para T com a finalidade de entrar em uma relação de *Agree* com T. Tratando-se de uma passiva, não há, de acordo com seus pressupostos, v disponível em 46c.

(49)

Outro POP emerge quando o DP movido é concatenado a TP. Neste caso, Chomsky (2013) propõe que a concordância seja responsável por providenciar o rótulo adequado em 50, que corresponde ao par de traços- ϕ encontrado em DP e em T.

(50)

À luz do fato que línguas como o Japonês não possui traços- ϕ de concordância, mas expressa morfologia de Caso, Saito (2016) estende a proposta chomskyana de modo a permitir que aLgO seja também sensível a marcadores casuais, argumentando que eles tornam os DPs ao quais estão afixados invisíveis para rotulação, ou seja, eles são bloqueadores de projeção (BP) (p.02).

Miyagawa, Wu & Koizumi (2018), por sua vez, argumentam que a concordância tem um papel diferente na rotulação com relação à proposta chomskyana. Em paralelo com a proposta de Saito, eles propõem que os traços- ϕ sejam licenciadores de projeção (LP), isto é, eles forçam aLgO a escolher um elemento contendo tais traços como rótulo. Nesta proposta POP é contornado quando DP e TP são concatenados pelo fato de T possuir um LP, conforme representado em 51. A ideia geral é a de que ambos Caso e concordância sejam jeitos diferentes de se resolver POP (MIYAGAWA; WU; KOIZUMI, 2018a) (p.01).

(51)

A relevância desta discussão para a nossa análise será esclarecida quando apresentarmos a nossa proposta para a derivação das construções de cópula na seção seguinte. Por ora, o importante é terem mente que as línguas naturais dispõem de um algoritmo responsável por garantir a rotulação de estruturas sintáticas, e que determinadas mar-

cas morfológicas podem funcionar como bloqueadores (e.g. Caso) ou licenciadores (e.g. concordância) de projeção.

2.5 Predicação nas construções de cópula do karitiana

Nesta seção iremos apresentar a nossa análise para a derivação das construções de cópula da língua karitiana. Assumiremos que toda derivação parte de uma determinada numeração Num, que corresponde ao conjunto de pares (IL, i) disponível para uma dada derivação, sendo IL um item do Léxico e i um índice indicando o número de vezes que o elemento foi selecionado (CHOMSKY, 1995) (p.207).³⁷ Por razões de economia, para cada numeração disponível há somente uma derivação possível.

Vimos em 30, repetido abaixo como 52, que a cópula *aka* subcategoriza nomes, exclusivamente (ver seção 2.3).

$$(52) \text{ aka } \left\{ \left[\text{NP}/*\text{AP}/*\text{VP}/*\text{PP} \text{ ______} \right] \right.$$

Vimos também que ela se comporta como um verbo inacusativo, podendo, portanto, ocorrer na estrutura diádica composta em 35c, repetida abaixo como 53, proposta por Hale & Keyser (2002).

$$(53) \text{ Estrutura diádica composta}$$

A estrutura diádica composta é derivada quando um determinado núcleo toma um predicado como complemento na sintaxe, sem selecioná-lo semanticamente, abrindo uma posição de especificador que irá abrigar o sujeito com o qual o predicado estabelecerá a relação de predicação. Propomos que o núcleo* seja instanciado pelo verbo copular *aka*. Desta forma, **somente** quando a cópula for “parasitada” por um elemento predicativo ela irá projetar um especificador em seu domínio. No entanto, a cópula não é capaz de selecionar diretamente um predicado AP ou VP (ver 29, repetido abaixo como 54) dadas as suas propriedades de C-seleção. As estruturas pretendidas para 54a e 54b estão dadas

³⁷ “Let us take a *numeration* to be a set of pairs (LI, i) , where LI is an item of the lexicon and i is its index, understood to be the number of times that LI is selected.”

em 55^{38, 39}.

- (54) a. * taso $\emptyset$ -na-aka-t se'a
 homem 3-DECL-COP-NFUT bom/bonito
 Pretendido: 'O homem é bom/bonito.'
- b. * taso $\emptyset$ -na-aka-t kat
 homem 3-DECL-COP-NFUT dormir
 Pretendido: 'O homem está dormindo/dormiu.'

- (55) a. * VP
 / \
 taso V
 / \
 aka se'a
- b. * VP
 / \
 taso V
 / \
 aka kat

Propomos que a cópula seleciona o proclítico pronominal de 3^a pessoa *i-* como um argumento interno, o que explica o fato de a cópula exibir, invariavelmente, uma marca de concordância de 3^a pessoa mesmo quando o sujeito é de 1^a pessoa (ver 2, repetido abaixo como 56).

- (56) yn $\emptyset$ -na-aka-t i-ahy-t
 eu 3-DECL-COP-NFUT PRON-beber-ADVZR
 'Eu bebi.'

(STORTO, 2010) (p.16)

Ainda, propomos que o item *i-* corresponda a um predicado, sendo a instância de um *pro-predicate*, o que nos remete ao trabalho de Moro (1997), o qual discutiremos logo a seguir. Ao se concatenar com *i-*, um predicado, a cópula *aka* abre um especificador que irá abrigar o sujeito da construção. O predicado lexical, por sua vez, entrará como um adjunto na estrutura. A estrutura (provisória) que resume nossa análise está dada em 57, tratando-se de uma configuração predicado-complemento (DIKKEN, 2006).

³⁸ A realização da cópula como *naakat* decorre de movimentos de núcleo a partir da cópula (V) para T (i.e. -*t*_{NFUT}) e para Mood (i.e. *na*-_{DECL}).

³⁹ É importante salientarmos que o VP nucleado por *aka* é uma *small clause*, na medida em que a definição de *small clause* que estamos utilizando é a de den Dikken (2006), que corresponde a um constituinte de tipo RELP. Ressaltamos isso porque é comum que *small clauses* sejam definidas como constituintes de predicação não verbal (CITKO, 2008) (p.261-2). No entanto, as construções de cópula de predicação verbal exibem o mesmo comportamento morfossintático das de predicação adjetival em karitiana, e não temos razão para atribuímos estruturas diferentes aos dois tipos.

(57) *Estrutura provisória das small clauses do karitiana*

Na subseção 2.5.1 trataremos das construções de cópula na ordem canônica e na subseção 2.5.2 trataremos das construções de cópula na ordem invertida. Nestas partes do capítulo lidaremos somente com as instâncias de predicação adjetival e verbal, que verdadeiramente exibem inversão.⁴⁰ As construções de “predicação” nominal serão derivadas na subseção 2.5.3.

2.5.1 Predicando na ordem canônica

Nesta subseção iremos derivar as construções de cópula de predicação adjetival e verbal na ordem canônica, apresentadas em 1a e 1b, repetidas a seguir como 58a e 58b.

(58) *Construções de cópula na ordem canônica – predicação não nominal*a. *Predicação adjetival*

tasø ø-na-aka-t i-se’a-t [obs.: *(i-)se’at]
 homem 3-DECL-COP-NFUT PRON-bom/bonito-ADVZR

‘O homem é bom/bonito.’

b. *Predicação verbal*

Tarcisio ø-na-aka-t i-boryt [obs.: *(i-)boryt]
 Tarcisio 3-DECL-COP-NFUT PRON-sair-ADVZR

‘Tarcisio saiu/está saindo.’

⁴⁰ Comparando 1 e 4 vemos que as construções de cópula do tipo “NP₁ cópula NP₂” não exibem, de fato, uma inversão, o que pode ser observado pelo fato de o sufixo adverbializador sempre recair sobre o NP₂, independentemente da disposição dos NPs (ver 1xa; a seta indica a mudança de disposição dos NPs). Em casos de predicação verbal e adjetival o sufixo “acompanha” o predicado quando este é invertido, o que tomamos como evidência de alçamento (ver 1xb). Por ora, o mais importante é ter em mente que as propriedades morfosintáticas exibidas entre as construções de predicação V/A e “predicação” N são diferentes, e por este motivo serão tratadas separadamente.

- (ix) a. NP₁ cópula NP₂-t → NP₂ cópula NP₁-t
 b. NP cópula i-VP/AP-t → VP/AP-t cópula NP

Primeiramente, vamos estabelecer o estatuto sintático do pronome *i*-, buscando entender qual o seu papel no curso da derivação e na interpretação da relação de predicação.

Pro-predicate. Talvez a análise mais comum para sentenças com expletivos do tipo em 59 seja a que se refira a tais elementos como presentes com a finalidade de simplesmente ocupar a posição inicial da sentença devido a um requisito estrutural (i.e. EPP).

- (59) a. *There* are many copies of the book in the studio.
b. *It* seems that John left.

Moro (1997), no entanto, argumenta que tais elementos expletivos sejam *place holders* de predicados alçados do interior de uma *small clause* conforme 60.⁴¹

(MORO, 1997) (p.11,13)

Ainda, o autor também analisa as construções inacusativas do italiano (e.g. *arriva un uomo* ('um homem chega')) como estruturas de predicado invertido em que o verbo seleciona uma *small clause* cujo predicado é um elemento *pro* nulo (61) – daí a expressão *pro-predicate*.⁴²

⁴¹ A proposta do autor tem como objetivo resolver problemas empíricos como explicar as diferenças entre inglês e italiano com relação a Efeito de Definitude, presente no inglês e ausente no italiano (ver x), bem como a obrigatoriedade de *it* quando a 'quasi-cópula' *seem* aparece seguida de uma sentença (S) (ver xi).

(x) a. *There is a guy in the room.*/* *There is Peter in the room.*
b. *C'è Gianni nella stanza.*

(xi) a. *It seems that Peter left.*/* *[That Peter left]_i seems t_i.*

⁴² Este tratamento permite ao autor colocar construções inacusativas e sentenças com o expletivo *ci* do Italiano em paralelo, explicando semelhanças que elas exibem (p.13).

(MORO, 1997) (p.14)

A estrutura que Moro (1997) assume para o constituinte *small clause* é chamada de ‘*small clause* nua’ (do inglês *bare small clause*). Trata-se de construções nas quais um XP é diretamente concatenado com um outro XP (i.e. [_{SC} DP DP]). A criação de um ponto de simetria na derivação da *small clause* nua obrigaria um dos constituintes a se mover a fim de que uma assimetria estrutural (i.e. C-comando) seja estabelecida para que a estrutura possa ser linearizada conforme o Axioma de Correspondência Linear (do inglês *Linear Correspondence Axiom (LCA)*) de Kayne (1994) (ver Moro (2000)). Como já foi possível observar, não estamos assumindo este tipo de estrutura para o karitiana, mas sim uma configuração assimétrica, alinhando-nos a Bowers (1993), Bailyn (2013), Contreras (1995), Chomsky (1995), Guéron & Hoekstra (2004), Adger & Ramchand (2003), Harves (2002) e, claro, den Dikken (2006) (ver Citko (2008) (p.262)). De qualquer forma, não parece haver evidências para a existência de *small clauses* nuas em karitiana.

Primeiramente, a riqueza morfológica de tais construções impõe grandes dificuldades para capturarmos as sentenças copulares do karitiana através de uma análise em que o verbo *aka* seleciona uma *small clause* nua como em 62. O que fazer com o morfema pronominal *i*-? E com o sufixo adverbializador *-t/ø*? Mesmo que eles sejam tomados como uma instância do núcleo RELATOR, teríamos dificuldade em encontrar uma posição de base para a cópula. Em muitas propostas a cópula é inserida diretamente em um núcleo funcional como T. Esta possibilidade não está disponível para o karitiana, visto que a cópula é uma raiz independente de T e de Agr, ambos realizados por morfemas independentes.

Por fim, ainda buscamos atestar *small clauses* na posição de complemento de verbos do tipo ‘considerar’ e ‘achar’ (e.g. ‘Eu considero/acho o João legal’), sentenças que normalmente são usadas como evidência para a análise de que a cópula seleciona um constituinte *small clause* (63).

(63) Eu considero/acho [_{SC} o João legal]

Curiosamente, este tipo de sentença é agramatical em karitiana (3). Meus colaboradores, por sua vez, ao serem solicitados para traduzir a sentença do português *Eu acho o João legal*, produziram a sentença em 4, que pode ser assimilada às construções de cópula de predicado invertido: o constituinte *se’a pybyrat* corresponde a um predicado complexo

invertido cujo sujeito é *João*, e o papel de “achador/considerador” é introduzido via posição. Tomamos isso como uma evidência de que *small clauses* nuas são impossíveis na língua, e iremos assumir a estrutura denDikeneana na qual as *small clauses* compreendem uma configuração assimétrica em que um núcleo funcional RELATOR realizado pela cópula media a relação de predicação entre sujeito e predicado em sua projeção.⁴³

- (64) * yn pybyrat João (i-)se’a(-t)
 eu acho João (PRON-)-legal(-ADVZR)
 Pretendido: ‘Eu acho o João legal.’

- (65) [se’a pybyra]-t ø-na-aka-t yn-ty João
 legal considerado-ADVZR 3-DECL-COP-NFUT eu-POSP João
 ‘O João é considerado legal por mim.’

Um fator interessante da análise de Moro para a sentença 59a diz respeito à posição que o constituinte predicativo preposicional ocupa na estrutura: trata-se de um adjunto de IP (66). A relação de predicação é estabelecida no interior da *small clause* entre o sujeito *many copies of the book* e o predicado expletivo *there*, muito embora o conteúdo predicativo lexical esteja contido no PP *in the studio*. De maneira semelhante, iremos propor que o mesmo ocorre com o predicado lexical da construção de cópula do karitiana, com a diferença que ele se adjunge não à sentença, mas à própria *small clause* (ver 57).

(66)

(MORO, 1997) (p.121)

den Dikken (2006) estende a proposta de Moro (1997) para sentenças clivadas do tipo em 67, propondo que o *it* refere-se a um predicado invertido com o sujeito DP *Imogen*, deixando em aberto a posição do CP.

⁴³ É interessante observar que, sendo falantes de karitiana e de português brasileiro, ao serem solicitados para traduzir a sentença em questão, os colaboradores não adotaram uma estratégia de “tradução literal”, palavra por palavra, para cumprir a tarefa de eliciação.

- (67) It is Imogen that left.

$$be \text{ } [_{\text{REL P}} \text{ Imogen } [_{\text{REL}} \text{ it }]] \text{ } [_{\text{CP}} \text{ that left }]$$

(DIKKEN, 2006) (p.69)

Ainda, den Dikken (2006) adota a ideia de que a Inversão Locativa em 68 corresponde a construções que compreendem um *pro-predicate* nulo em sua derivação.

- (68) On this wall hung a picture of Imogen.

$$[_{\text{TopP}} [_{\text{PP}} \text{ P DP}]_i [_{\text{TP}} [_{\text{PP}} \text{ pro-predicate}]_i [_{\text{T}} [_{\text{VP}} \text{ V } [_{\text{REL P}} \text{ DP } [_{\text{REL}} \text{ t}_i]]]]]]]$$

(DIKKEN, 2006) (p.100,111)

De acordo com a análise do autor, o PP locativo é diretamente gerado na posição de tópico e associado ao PP *pro-predicate* movido da posição de complemento da *small clause* RELP. Tal movimento é exigido a fim de que o *pro-predicate* seja formalmente licenciado por T e semanticamente licenciado pelo tópico via coindexação.⁴⁴

Outra proposta de predicado pronominal está presente em Adger & Ramchand (2003). Os autores analisam o elemento pronominal *e* na sentença 69 do gaélico escocês como um predicado que toma o DP *Calum* como um sujeito, ao passo em que o DP *an tidsear* é um adjunto construído “solto” com o sujeito da maneira representada em 70.⁴⁵ O alçamento da cópula para T ocorre em virtude da checagem de EPP, arrastando o seu complemento pronominal para Spec,TP.⁴⁶

- (69) ‘S e Calum an tidsear
 COP.PRES AUG Calum the teacher
 ‘Calum is the teacher.’

(ADGER; RAMCHAND, 2003)

⁴⁴ “Predicate Inversion involves A-movement to subject position triggered by the need to license an empty predicate head.” (DIKKEN, 2006) (p.102).

⁴⁵ “The way that this identification [between *Calum* and *an tidsear*] takes place is via a purely semantic operation, similar to that proposed in the E-type pronoun analysis of anaphora (Evans 1980). The semantic value of a pronoun is replaced by a definite description.” (ADGER; RAMCHAND, 2003) (p.26). A interpretação da sentença 69 é a seguinte: “[t]he relevant distinguishing property associated with some contextually salient individual *holds of* Calum” (p.26).

⁴⁶ “In order to satisfy the EPP property of T, the copula raises and pied-pipes its complement, ending up in the specifier of TP.” (ADGER; RAMCHAND, 2003) (p.25).

(ADGER; RAMCHAND, 2003) (p.25)

O nosso intuito aqui foi mostrar o emprego da categoria *pro-predicate* em diversas construções, sendo ele um predicado como outro qualquer que entra em uma relação de predicação com um sujeito. Propomos, portanto, que o pronome *i-* do karitiana seja uma instância do *pro-predicate*, sendo ele responsável por garantir a configuração sintática necessária para a interpretação da relação predicativa. As sentenças em 71 evidenciam um uso expletivo de tal elemento na língua karitiana, o que parece fortalecer o seu estatuto como *pro-predicate* em vista do alinhamento ao uso atestado na literatura demonstrado acima.

- (71) ipynhadni padni
there must not be any talk,
 ipynorooroni padni
there must not be any noise

Storto (2018) (da narrativa *Osiip*)

Derivação das construções de predicação adjetival e verbal – ordem canônica.

Tomemos a numeração 72, ponto de partida para a derivação da sentença *taso naakat ise'at* (58a). A análise pode ser estendida para a sentença *Tarcisio naakat iboryt* (58b), com a diferença que ao invés de termos um predicado AP, teríamos um predicado VP.

- (72) Num = { (*taso*_N,1); (*i-*_N,1); (*se'*_{AA},1); (*aka*_V,1); (*Mood*_{DECL},1); (*T*_{NFUT},1) }

Dadas as possibilidades, o verbo *aka* pode tomar como complemento tanto o nome *taso*, como o pronome *i-*. Consideremos a segunda possibilidade, representada em 73.

- (73)
-
- ```

graph TD
 V[V] --- aka[aka]
 V --- i_minus["i-"]

```

Na condição de predicado, o pronome *i-* exige entrar uma relação de predicação com um sujeito na posição de especificador. No entanto, trata-se de um elemento semanticamente defeutivo, de modo que é necessário que um predicado lexical esteja presente na estrutura para providenciar a interpretação correta para o *pro-predicate*, que está presente tanto como uma exigência estrutural da relação predicativa, como uma exigência da cópula por seus requisitos c-selecionais. Temos, portanto, duas possibilidades no que concerne ao próximo passo da derivação: (i) concatenar o sujeito em Spec,V, ou (ii) adjungir o predicado lexical. Consideremos a possibilidade (i), o que deriva 74.

Nesta estrutura sujeito e predicado encontram-se relacionados pela cópula em seu domínio mínimo (i.e. RELP = VP), garantindo a relação predicativa. O próximo passo diz respeito à adjunção do predicado adjetival AP (75).

A princípio, não há nada de errado com esta estrutura. No entanto, ela não pode estar correta, o que nos fará revisar a estrutura provisória em 57. Sabemos, da discussão no capítulo 1, que construções declarativas em karitiana induzem um efeito V2 devido a um traço EPP em Mood<sub>DECL</sub> de modo que, quando ele for concatenado, um constituinte deverá ser alçado para checá-lo. Tratando-se de um movimento de puro EPP, qualquer constituinte que esteja mais facilmente disponível poderá subir para Spec,Mood<sub>DECL</sub>P. Se partirmos da estrutura em 75, a previsão seria que o predicado *se'at* fosse alçado, visto que ele está em uma posição mais alta do que o sujeito na árvore. No entanto, isto não ocorre, sendo o sujeito o elemento movido. Propomos, assim que a estrutura correta para as *small clauses* do karitiana seja 76.

(76) *Estrutura das small clauses do karitiana*

Além de gerar a ordem de constituintes correta para a sentença, a estrutura em 76 ainda atende aos requisitos estruturais necessários para a predicação: sujeito e predicado estão relacionados em uma configuração predicado-complemento via RELATOR *aka* em seu domínio mínimo VP, e a interpretação correta do predicado está garantida pela adjuncção do AP lexical. Mas o que garante que o *pro-predicate* tenha a mesma interpretação do predicado lexical? C-comando. Reparem que o sujeito *taso* C-comanda tanto o predicado lexical como o predicado pronominal, ambos no domínio mínimo de RELP. Temos, portanto, uma situação de dois predicados para o mesmo argumento. Quando o argumento *taso* é concatenado, as relações de predicação entre ele e o *pro-predicate*, bem como entre ele e o predicado lexical, são simultaneamente estabelecidas: o *pro-predicate* satisfaz o seu requerimento argumental ao ser C-comandado pelo sujeito no domínio mínimo de V.<sup>47</sup> O predicado lexical, por sua vez, sendo um adjunto na estrutura, também satisfaz o seu requerimento argumental ao ser C-comandado pelo sujeito no mesmo domínio. Assim, sugerimos que o fato de que o sujeito C-comanda ambos *pro-predicate* e o predicado lexical adjungido no domínio da *small clause* garante que eles sejam interpretados da mesma forma.

Embora possa soar estranha, a ideia de que um adjunto possa predicar já foi proposta na literatura para lidar com casos de predicação secundária em construções de objeto duplo no inglês.

**Adjunto predicado.** Hale & Keyser (2002) propõem que os verbos que ocorrem nas construções de objeto duplo como 77 possuem uma estrutura diádica básica recursiva na qual o argumento tema (i.e. *a book*) ocupa uma posição mais alta do que o argumento alvo (i.e. *her daughter*). Tal estrutura é recursiva por servir de complemento em outra estrutura diádica básica (nucleada por  $V_2$ ) que, por sua vez, é complemento em uma estrutura monádica (nucleada por  $V_1$ ). Os autores apontam que é propriedade típica de tais construções  $V_3$  não ser capaz de atribuir Caso para o seu complemento, justificando, assim, o movimento do  $DP_{ALVO}$  para a posição de especificador de  $V_2$ , posição de onde

<sup>47</sup> Por domínio mínimo, entendemos o constituinte projetado pelo núcleo RELATOR (i.e. RELP.)



receberá caso de  $V_1$ .<sup>48</sup>

(77) She gave her daughter a book.

(78)

(HALE; KEYSER, 2002) (p.163)

Ao apresentar os dados em 79 abaixo, os autores apontam para a impossibilidade de o predicado secundário (i.e. *full*, *crying*) modificar o argumento alvo (i.e. *the baby*, *the mother*), de modo que eles devam ocupar uma posição na estrutura que os tornem capazes de estabelecer uma relação predicativa com o argumento tema (i.e. *its bottle*, *her baby*).

- (79) a. I gave the baby its bottle full.  
 b. I handed the mother her baby crying.  
 c. \* I gave the baby its bottle crying.

Eles propõem que o predicado secundário seja um adjunto na estrutura argumental do verbo *give* em uma posição tal que ele consiga se associar de maneira apropriada ao argumento tema que ele predica. Recorrendo à proposta de Williams (1980), os autores assumem que o sujeito deve c-comandar o seu predicado que, por sua vez, deve ser c-subjacente ao sujeito que predica:<sup>49</sup>

**C-comando:** A C-comanda B sse cada nó ramificado que domina A também domina B.<sup>50</sup>

<sup>48</sup> Avaliar a estrutura proposta por H&K (2002) para as construções de objeto duplo do inglês foge do escopo deste trabalho. O nosso interesse é aproveitar a forma pela qual os autores capturam a predicação secundária via adjunção.

<sup>49</sup> “[...] a predicate must be c-subjacent to its subject [...]” (WILLIAMS, 1980) (p.204, nota 1).

<sup>50</sup> “A c-commands B iff every branching node which dominates A dominates B.” (WILLIAMS, 1980) (p.204, nota 1)

**C-subjacência:** B é C-subjacente a A sse A for dominado por no máximo um nó ramificado que não domina B.<sup>51</sup>

Com isso em mente, a única possibilidade de adjunção para o predicado secundário na estrutura em 78 de modo a respeitar as restrições de C-comando e de C-subjacência impostas sobre a predicação (na visão de Williams) é a de adjunção ao  $V_3$  que domina imediatamente o  $DP_{ALVO}$ .<sup>52</sup> Adjunções a quaisquer outras projeções acima de tal  $V_3$  impediriam que o  $DP_{TEMA}$  C-comandasse o predicado AP, ao passo em que adjunções abaixo do  $V_3$  violariam C-subjacência, visto que o predicado e o  $DP_{TEMA}$  não estabeleceriam a relação local exigida. A estrutura para as sentenças gramaticais em 79 está representada em 80.

(80)

(HALE; KEYSER, 2002) (p.167)

O predicado secundário em 80 (AP) atende a todas as exigências estruturais que permitem o estabelecimento de uma relação de predicação com o  $DP_{TEMA}$ , o seu sujeito.<sup>53</sup>

O importante aqui é observar que, mesmo sendo um adjunto na estrutura, o AP das construções de objeto duplo na análise de H&K (2002) pode predicar pelo fato de a configuração estrutural na qual ele se encontra permitir que ele seja C-comandado pelo elemento com o qual ele estabelece a relação predicativa. **Voltemos, agora, à derivação**

<sup>51</sup> “B is c-subjacent to A iff A is dominated by at most one branching node which does not dominate B.” (WILLIAMS, 1980) (p.204, nota 1)

<sup>52</sup> Adjunções aos DPs disponíveis não estão sendo consideradas, visto que, com relação à predicação secundária, os autores alegam que o sujeito deve excluir o seu predicado (HALE; KEYSER, 2002) (p.166).

<sup>53</sup> A impossibilidade de o predicado secundário em tomar como sujeito o  $DP_{ALVO}$  em 79 decorre dos mesmos princípios, com a seguinte observação no que se refere à noção de sujeito. Uma vez que tal DP se move para a posição de especificador de  $V_2$ , ele cria uma cadeia. Desta forma, nenhum AP poderia se adjungir à estrutura de modo que a cauda da cadeia  $DP_{ALVO}$  c-comandasse o AP (HALE; KEYSER, 2002) (p.168), pois, como vimos, adjunções a DPs foram descartadas (cf. nota anterior).

### das construções de cópula do karitiana.

Não estamos assumindo a estrutura 76 ao invés da estrutura 75 por uma mera questão de conveniência, visto que ela garante a ordem linear correta para os constituintes da construção de cópula ao privilegiar o alçamento do sujeito e não o do predicado. Temos, ainda, o que acreditamos ser um bom motivo para preferir uma e não a outra. Iremos argumentar que a estrutura 75 é impossível por deixar partes da estrutura sem rótulo, o que irá redefinir o estatuto do sufixo *-t/ø*, glosado neste trabalho como um adverbializador.

Conforme vimos na última parte da seção 2.4, um problema de projeção (POP) emerge quando dois objetos sintáticos não distintos são concatenados. O problema que estruturas de adjunção impõem para a rotulação de estruturas foi apontado nos trabalhos de Hornstein & Nunes (2008) e Zeijlstra (No prelo). Em uma estrutura na qual YP adjunge-se a XP, qual seria o rótulo da estrutura (81)?

Hornstein & Nunes (2008) argumentam que a rotulação de estruturas de adjunção não é obrigatória, de modo que 81 poderia ficar, simplesmente, sem rótulo. Com a premissa de que somente constituintes máximos e rotulados podem ser alvos de operações sintáticas, os autores mostram casos de clivagem em que adjuntos podem ser deixados “de fora” (82).

- (82)
- a. It was *kick Fred* that John did in the yard.
  - b. It was *kick Fred in the yard* that John did.
  - c. \* It was *kick* that John did Fred.

(HORNSTEIN; NUNES, 2008) (p.64)

Em 82a temos uma estrutura de adjunção não rotulada, visto que a operação sintática de movimento não se aplica ao constituinte *in the yard*. Já em 82b ela é rotulada, visto que todo o constituinte *kick Fred in the yard* foi movido. 82c mostra que constituintes não máximos não podem ser alvos de operações sintáticas.

Há, portanto, casos de estruturas de adjunção que são, de fato, rotuladas (82b). A pergunta que surge é qual o mecanismo que está “por trás” da rotulação de estruturas de adjunção.

Na proposta de Zeijlstra (No prelo), a operação *merge* requer uma dependência de traços entre os elementos concatenados. A dependência se dá entre traços interpretáveis e não interpretáveis (u) de mesma natureza. O rótulo da projeção resulta dos traços não checados que, portanto, percolam (83).

O autor propõe, para casos de adjunção adverbial, que um item lexical predicativo é um elemento que contém um traço [Pred] concatenado a um elemento (e.g. *-ly*) que possui um traço [uPred] associado a traços contraditórios com relação à sua natureza categorial (e.g. [V],[uV]). Exemplificamos abaixo com a construção do inglês *walk slowly*.

Uma possibilidade seria dizer que o sufixo *-t/ø* do karitiana seja a realização do conjunto de traços [uPred],[V],[uV], tal como *-ly*. No entanto, a distribuição de tal morfema nos fez descartar esta hipótese. Ele ocorre sufixado a palavras adverbiais, a orações adverbiais, a predicados verbais e adjetivais nas construções de cópula e, inclusive, a nomes. A diversidade de ambientes em que tal elemento ocorre torna improvável a sua caracterização como a realização de traços de mesma natureza como [V],[uV], o que restringiria a rotulação das estruturas nas quais este morfema ocorre a projeções de um mesmo tipo. O fato de que ele pode estar sufixado a nomes não predicativos também torna implausível caracterizá-lo como contendo um traço [uPred]. O que fazer, então?

Vimos com Saito (2016) e com Miyagawa, Wu & Koizumi (2018) que marcas morfológicas de Caso e de concordância são, respectivamente, bloqueadoras (BP) e licenciadoras de projeção (LP). Em vista do fato de que em estruturas de adjunção o rótulo a percolar, caso percole (ver 82), é sempre do constituinte que hospeda o adjunto, propomos que o sufixo advverbializador *-t/ø* do karitiana seja um bloqueador de projeção, garantindo a rotulação correta da estrutura.

Voltemos à estrutura 76, repetida abaixo como 85.

(85) *Estrutura das small clauses do karitiana*

Primeiramente, o núcleo verbal *aka* concatena-se com *i-*. O algoritmo de rotulação (aLgO) automaticamente seleciona V como rótulo. No entanto, a adjunção do predicado AP cria um POP, o qual é contornado pela presença do sufixo *-t* que, sendo um BP, garante que V sirva novamente de rótulo para a estrutura. Por fim, o *merge* do sujeito *taso* cria, novamente, um POP, o qual será resolvido mais tarde na derivação quando ele se mover para checar EPP em Mood<sub>DECL</sub>, garantindo que a estrutura seja rotulada como VP.<sup>54</sup>

Agora, analisemos a estrutura 75, repetida abaixo como 86 com as situações de POP representadas.

O primeiro POP emerge quando o sujeito *taso* é concatenado ao constituinte  $[_{VP} \text{ aka } i-]$ . O fato de que o candidato a se mover para checar EPP em Mood<sub>DECL</sub> seja o predicado adjunto (i.e. *se'at*) fará com que o POP<sub>1</sub> fique sem solução, já que *taso* residirá *in situ* até o final da derivação. Por consequência, aLgO simplesmente não terá o que projetar em POP<sub>2</sub>, já que o predicado lexical encontra-se bloqueado, e seu irmão sequer possui um rótulo.

Assumindo, portanto, a estrutura em 76, a derivação completa da sentença está dada em 87.<sup>55</sup>

<sup>54</sup> Estamos usando a sigla VP para designar a última projeção da categoria V por questões puramente notacionais. Enfatizamos que estamos baseando a nossa concepção de estrutura em *bare phrase structure*, e não em esquema X-barra.

<sup>55</sup> Movimentos de núcleo (V-T-Mood) não foram representados.

(87) *taso naakat ise‘at*

Por fim, a numeração em 72 também permite que no primeiro passo derivacional a cópula *aka* selecione *taso* ao invés de *i-* (88).

Esta derivação está condenada ao fracasso em vista da numeração em 72. O complemento da cópula, não sendo um predicado, não força a presença de um especificador, encerrando V e *taso* em uma estrutura monádica (35a). Mesmo que a adjunção do predicado lexical permita que a relação de predicação entre ele e o sujeito seja estabelecida, o *pro-predicate* terminaria a derivação órfão de sujeito.

## 2.5.2 Predicando na ordem invertida

Nesta subseção iremos propor uma derivação para as construções de cópula de predicação adjetival e verbal na ordem invertida, apresentadas em 4a e 4b e repetidas a seguir como 89a e 89b.

(89) *Construções de cópula na ordem invertida – predicação adjetival e verbal*a. *Predicação adjetival*

se‘a-t                      ø-na-aka-t                      tasoo    [obs.: (\*i-)se‘at]  
 bom/bonito-ADVZR 3-DECL-COP-NFUT homem  
 ‘O homem é bom/bonito.’

b. *Predicação verbal*

boryt                      ø-na-aka-t                      tasoo    [obs.: (\*i-)boryt]  
 sair-ADVZR 3-DECL-COP-NFUT homem  
 ‘Tarcisio fica saindo/sai muito.’

Temos, aqui, construções com alçamento de predicado, e uma primeira pergunta que surge é se tais sentenças são derivadas a partir da mesma numeração em 72. Se for este o caso, devemos explicar por que o morfema *i-* encontra-se ausente em casos de inversão. Uma possibilidade de derivação está representada em 90.

(90) *se'at naakat taso*

Há dois problemas com esta derivação. Dada esta estrutura, o movimento do predicado para checagem de (puro) EPP em Mood\_DECL parece não motivado, visto que o sujeito *taso* encontra-se mais alto, sendo, portanto, um candidato mais apto a subir. O segundo problema diz respeito à rotulação. Se o NP *taso* não for movido, o constituinte VP ficaria sem rótulo.<sup>56</sup>

O argumento, contudo, que nos fará descartar a presença do morfema *i-* na numeração das construções invertidas tem base em dados de concordância. Observemos as construções de cópula com a negação.

(91) *Construções de cópula com negação – ordem canônica*

- a. yn **i-**aka padni **i-**otam- $\emptyset$   
eu **3-COP** NEG **PRON**-chegar-ADVZR  
'Eu não cheguei.'
- b. taso **i-**aka padni **i-**otam- $\emptyset$   
homem **3-COP** NEG **PRON**-chegar-ADVZR  
'O homem não chegou.'

<sup>56</sup> O fato de que o prefixo *i-* perderia o seu apoio fonológico não parece ser um grande problema, em vista do *Stranded Affix Filter*: "a morphologically realized affix must be a syntactic dependent of a morphologically realized category, at surface structure" (LASNIK, 1990). No entanto, ainda poderíamos nos perguntar por qual motivo a língua não implementaria um *pied-piping* neste caso, algo que está disponível para a formação de perguntas Qu- de longa distância na língua, por exemplo (ver capítulo 1).

- c. yn **i**-aka padni **i**-kat- $\emptyset$   
 eu **3**-COP NEG **PRON**-dormir-ADVZR  
 ‘Eu não dormi.’
- d. taso **i**-aka padni **i**-kat- $\emptyset$   
 homem **3**-COP NEG **PRON**-dormir-ADVZR  
 ‘O homem não dormiu.’
- e. \* yn y-aka padni i-otam-ADVZR  
 eu 1-COP NEG PRON-chegar-ADVZR

Conforme esperado, vemos em 91 que o verbo copular exibe concordância de 3ª pessoa mesmo quando o sujeito é de 1ª, indicando que a cópula concorda com o pronome prefixado ao predicado.

(92) *Construções de cópula com negação – ordem invertida*

- a. kat- $\emptyset$  **i**-aka padni **taso**  
 dormir-ADVZR **3**-COP NEG **homem**  
 ‘O homem nunca dormiu.’
- b. kat- $\emptyset$  **y**-aka padni **yn**  
 dormir-ADVZR **1**-COP NEG **eu**  
 ‘Eu nunca dormi.’
- c. se‘a-t **i**-aka padni **taso**  
 bom/bonito-ADVZR **3**-COP NEG **homem**  
 ‘O homem não é bom/bonito’
- d. se‘a-t **y**-aka padni **yn**  
 bom/bonito-ADVZR **1**-COP NEG **eu**  
 ‘Eu não sou bom/bonito.’
- e. \* kat- $\emptyset$  **i**-aka padni yn  
 dormir-ADVZR **3**-COP NEG eu
- f. \* se‘a-t **i**-aka padni yn  
 bom/bonito-ADVZR **3**-COP NEG eu

Se o prefixo *i*- estivesse presente na derivação sintática e fosse apagado por alguma regra fonológica (ver nota 56), tanto a concordância de 1ª pessoa exibida no verbo copular (92b, 92d), como a agramaticalidade de sentenças de predicado invertido com concordância de 3ª pessoa (92e, 92f) ficariam inexplicados. Desta forma, tomamos o fato de que o verbo concorda com o sujeito *in situ* em construções de predicação invertida como evidência de que o morfema *i*- não está presente na derivação, caso contrário ele desencadearia concordância como o faz em todas as construções de cópula nas quais está presente. O nosso desafio, agora, é propor uma derivação que capture as relações de predicação nas construções de cópula sem a presença de um elemento *pro-predicate* na numeração.

Tomemos a numeração 93 como ponto de partida para a derivação da sentença *se‘at naakat taso*, que se difere de 72 somente por não conter o pronome *i*-.



- (93) Num = { (*taso*<sub>N</sub>,1); (*se'*<sub>A</sub>,1); (*aka*<sub>V</sub>,1); (*Mood*<sub>DECL</sub>,1); (*T*<sub>NFUT</sub>,1) }

Dadas as possibilidades, o verbo *aka* seleciona o item *taso*, tal qual representado em 94.

- (94)
-
- ```

      V
     / \
    aka  taso
  
```

O próximo passo concerne à adjunção do predicado lexical *se'*_{at} em 95.

- (95)
-
- ```

 VP
 / \
 V se'at
 / \
 aka taso

```

Como a predicação entre o sujeito *taso* e o predicado adjetival é capturada? Aqui, retomamos a noção de **não direcionalidade da relação predicativa** de den Dikken (2006), em que o predicado pode C-comandar (**assimetricamente**) o sujeito (ver 43b). A derivação completa da sentença está dada em 96.

- (96) *se'*<sub>at</sub> *naakat tasu*
-
- ```

      Mood_DECLP
     /          \
  se'at_i    Mood_DECL
              /    \
        Mood_DECL  TP
        [EPP]      /  \
                  T_NFUT VP
                  /    \
                   V    t_i
                  /  \
                 aka  taso
  
```

Enfrentamos, aqui, um problema, na medida em que o movimento do predicado para a checagem do EPP nas construções copulares invertidas parece ser uma instância de movimento impróprio (i.e. movimento de uma posição A-barra para uma posição A). Um exemplo desta clássica proibição é dado a seguir.

- (97) a. John seems to be intelligent.
 b. It seems that John is intelligent.
 c. * John seems (that) is intelligent.

(OBATA; EPSTEIN, 2011) (p.122)

Em 97c temos o movimento impróprio de *John* da posição Spec,CP (A') para Spec,IP (A) resultando em agramaticalidade. O alçamento do predicado adverbializado de uma posição de adjunto (A') para Spec,Mood_{DECL}P, a qual assumimos ser de tipo A por não estar associada à estrutura informacional, pode ser entendido como uma instância de movimento impróprio. A fim de contornar este problema, lançaremos mão da noção de adjunto distinto (i.e. *distinguished adjunct*) empregada por H&K (2002). Segundo os autores, o argumento externo (i.e. sujeito transitivo, sujeito intransitivo inergativo) não faz parte da estrutura argumental de um verbo, sendo concatenado somente na sintaxe sentencial e relacionado ao seu predicado (VP) via coindexação⁵⁷:

(HALE; KEYSER, 2002) (p.193)

Não sendo dominado por todos os segmentos de VP, XP em 98 é um adjunto. Entretanto, o fato de um argumento ser adjunto de VP não o impede, nesta concepção, de ser alçado para Spec,IP a fim de checar Caso, por exemplo.⁵⁸ Vemos, assim, que o movimento a partir de uma posição A' para uma posição A é permitido nestas condições em H&K (2002), desde que a posição A' corresponda à de um adjunto distinto que, em 98, é identificado pela sua coindexação com o VP que o predica. Assumiremos, aqui, que os adjuntos da estrutura argumental, ou seja, aqueles que estão envolvidos em uma relação de predicação, são também distintos, e o seu alçamento para a satisfação de requerimentos formais da derivação está, portanto, liberada.

De qualquer modo, parece-nos seguro admitir que o predicado move-se para Spec,Mood_{DECL}P, caso contrário seria um mistério a forma pela qual ele estabeleceria uma relação de predicação com o sujeito *in situ* (i.e. complemento da cópula) caso fosse diretamente adjungido à sentença em uma posição mais alta.

⁵⁷ “The external subject [...] is a ‘distinguished adjunct’ to VP – it is the argument of which VP is predicated in sentential syntax, a relation indicated by coindexing (see Bittner 1994, following Williams 1980).” (HALE; KEYSER, 2002) (p.193)

⁵⁸ “The specifier DP is unable to get Case in its base position and therefore raises to the specifier of IP **stopping first in the distinguished adjunct position**, i.e. the “true subject position”.” (HALE; KEYSER, 2002) (p.196, grifo nosso)

Temos, agora, duas tarefas a cumprir. A primeira é mostrar que o predicado lexical nas construções invertidas ocupa a mesma posição estrutural do sujeito nas construções canônicas. A segunda é discutir por que sentenças de predicado verbal na ordem invertida possuem uma interpretação diferente das de ordem canônica.

Evidências para dizer que o predicado lexical nas construções copulares de ordem invertida ocupa a mesma posição do sujeito nas construções de ordem canônica são oferecidas nos dados seguintes.

(99) *Posição do advérbio na ordem canônica*

- a. gijo $\emptyset$ -na-aka-j i-a-tak- $\emptyset$ **dibm**
milho 3-DECL-COP-FUT PRON-PASV-pilar-ADVZR **amanhã**
“O milho será pilado amanhã”.
- b. gijo naakaj **dibm** iatak
- c. * gijo **dibm** naakaj iatak
- d. **dibm** gijo naakaj iatak

(100) *Posição do advérbio na ordem invertida*

- a. a-tak- $\emptyset$ $\emptyset$ -na-aka-j gijo **dibm**
PASV-pilar-ADVZR 3-DECL-COP-FUT milho **amanhã**
“O milho será pilado amanhã”.
- b. atak naakaj **dibm** gijo
- c. * atak **dibm** naakaj gijo
- d. **dibm** atak naakaj gijo

Vemos que o advérbio *dibm* possui a mesma distribuição em 99 e em 100, sendo impossível realizar um advérbio entre o sujeito e a cópula na sentença 99c, bem como entre o predicado e a cópula em 100c, indicando que tanto o sujeito em 99 como o predicado em 100 ocupam a mesma posição estrutural, no caso, o especificador do núcleo funcional mais alto para qual o verbo se move (i.e. Mood_{DECL}).

É importante ressaltar que ainda não conseguimos sistematizar com muita segurança as reais diferenças semânticas entre uma construção de cópula na ordem canônica e a sua versão invertida, e uma descrição mais aprofundada de tais sentenças deve ser feita de modo a capturarmos o que, de fato, uma inversão de predicado significa em karitiana. Mas algumas descobertas interessantes foram feitas.

Na ordem canônica temos um significado *default* sem nenhum de tipo de leitura temporal/aspectual especial, e a sentença pode ser interpretada tanto no presente como no passado, o que já é próprio do tempo não futuro do karitiana marcado como um sufixo no verbo copular. Já a interpretação na ordem inversa parece ser mais restrita. Quando apresentados aos dados de construções de cópula invertida com predicado verbal, muitas

vezes os colaboradores permitiram somente uma leitura exclusiva de passado. Observemos os dados abaixo.

- (101) a. boroja $\emptyset$ -na-aka-t i-a-oky-t
 cobra 3-DECL-COP-NFUT PRON-PASV-matar-ADVZR
 ‘A cobra está sendo/ foi morta.’
- b. a-oky-t $\emptyset$ -na-aka-t boroja
 PASV-matar-ADVZR 3-DECL-COP-NFUT cobra
 ‘A cobra (já) foi morta.’

Enquanto a sentença 101a permite tanto uma leitura de presente (situação em que o evento de matar a cobra ocorre no momento em que a sentença é enunciada) como de passado (situação em que o evento de matar a cobra já aconteceu no momento em que a sentença foi enunciada), 101b só é verdadeira quando a cobra já tiver sido morta no momento em que a sentença é enunciada. A mesma leitura exclusiva de passado foi atestada para os verbos *aboi* (‘ser jogado fora’), *aohok* (‘ser descascado’), *aote* (‘ser cozinhado’), *atop* (‘se soltar’), *aokop* (‘ser quebrado’), *aoky* (lit. ‘ser matado’), *ating* (‘bater timbó’), *a’y* (‘ser comido’), *ahoj* (lit. ‘ser rido’), *ahey* (lit. ‘ser assoprado’). O que estes verbos têm em comum é que todos foram intransitivizados via morfema de passiva *a-*. Para os verbos intransitivos de base, observamos a recorrência de uma leitura iterativa/habitual/de intensidade, como em 4b, repetido abaixo como 102. Esta leitura também estendeu-se para sentenças com os verbos *edna* (‘engravidar’), *gery* (‘sangrar’), *kikin* (‘gritar’), *kat* (‘dormir’).

- (102) bory-t $\emptyset$ -na-aka-t Tarcisio
 sair-ADVZR 3-DECL-COP-NFUT Tarcisio
 ‘Tarcisio fica saindo/sai muito.’

Embora o procedimento exato que derive tais leituras ainda esteja por ser desvendado, hipotetizamos, naturalmente, que ele esteja atrelado à própria inversão de predicado. A nossa hipótese é a de que uma interação de escopo esteja em jogo entre o núcleo funcional T (ou talvez algum núcleo aspectual) e o predicado. Quando o predicado fica sob o escopo de T, nenhuma interpretação especial emerge. No entanto, ao ser alçado para Spec,Mood_{DECLP} (ver 96), T fica sob o escopo do predicado, de modo que as leituras temporais (ou aspectuais) possíveis seriam restringidas. Um fato curioso é que, embora a cópula no tempo não futuro possa ser livremente apagada na língua,⁵⁹ o único caso atestado em que a cópula não pode ser apagada é justamente quando há inversão de predicado verbal.

⁵⁹ Discutiremos o apagamento da cópula no capítulo 3.

- (103) a. *“Predicação” nominal*
 byyty ($\emptyset$ -na-aka-t) kinda‘o-t / kinda‘o ($\emptyset$ -na-aka-t)
 mamão 3-DECL-COP-NFUT fruta-ADVZR fruta ($\emptyset$ -na-aka-t)
 byyty-t
 mamão-ADVZR
 ‘Mamão é fruta. / Fruta é mamão.’
- b. *Predicação adjetival*
 ombi ($\emptyset$ -na-aka-t) i-pyti-t / pyti-t
 cesto 3-DECL-COP-NFUT PRON-pesado-ADVZR pesado-ADVZR
 ($\emptyset$ -na-aka-t) ombi
 3-DECL-COP-NFUT cesto
 ‘O cesto está pesado’
- c. *Predicação verbal*
 Tarcisio ($\emptyset$ -na-aka-t) i-bory-t / bory-t
 Tarcisio 3-DECL-COP-NFUT PRON-sair-ADVZR sair-ADVZR
 *($\emptyset$ -na-aka-t) Tarcisio
 3-DECL-COP-NFUT Tarcisio
 ‘Tarcisio está saindo/saiu. / Tarcisio sai muito.’

Tanto em 103a como em 103b a cópula pode ser apagada em casos de inversão. No entanto, justamente em 103c, caso em que uma leitura diferente emerge, o apagamento da cópula não pode ser realizado. Neste ponto da discussão creditamos isso ao fato de que, visto haver (hipoteticamente) uma interação entre o predicado movido e o núcleo temporal, é importante que, morfologicamente, o núcleo T seja realizado de modo a sinalizar a interação.⁶⁰

2.5.3 Construções de cópula de “predicação” nominal

Nesta subseção iremos propor uma derivação para as sentenças 1c e 4c, repetidas abaixo como 104a e 104b, respectivamente. O uso das aspas em “predicação” busca evidenciar que a relação semântica codificada em uma construção de cópula do tipo *NP – cópula – NP* nem sempre é de tipo predicativo. Relações de identificação, igualdade, e especificação (HIGGINS, 2015) também foram observadas nestas sentenças. A ideia a ser aqui perseguida é a de que relações que não recaiam no domínio da predicação *stricto sensu* não precisariam ser sintaticamente representadas da mesma maneira que as relações predicativas.

⁶⁰ Veremos que uma razão para que o apagamento da cópula ocorra é justamente porque ela não carrega, em si, nenhum conteúdo lexical. No caso da inversão, contudo, seria importante realizá-la visto que ela interage com o predicado movido e teria sua leitura temporal restrita.

(104) “Predicação” nominal

- a. byyty ø-na-aka-t kinda‘o-t [obs.: (*i-)kinda‘ot]
 mamão 3-DECL-COP-NFUT fruta-ADVZR
 ‘Mamão é fruta.’
- b. kinda‘o ø-na-aka-t byyty-t [obs.: (*i-)byytyt]
 fruta 3-DECL-COP-NFUT mamão-ADVZR
 ‘Mamão é fruta.’

Qualquer análise para a derivação destas construções deve levar em conta as já observadas assimetrias entre construções de predicação verbal/adjetival e construções de cópula nominais, as quais foram esquematizadas na tabela em 5, repetida a seguir como 105.

(105)

Predicação	Ordem canônica			Ordem invertida		
adjetival	NP	cópula	i-A-t	A-t	cópula	NP
verbal	NP	cópula	i-V-t	V-t	cópula	NP
nominal	NP ₁	cópula	NP ₂ -t	NP ₂	cópula	NP ₁ -t

Como é possível perceber, as construções nominais não exibem o *pro-predicate i-*, independentemente da ordem em que os NPs ocorrem, bem como não exibem inversão do elemento adverbializado, o que pode ser observado pelo fato de ele nunca ocorrer no NP inicial (i.e. * *byytyt naakat kinda‘o*, * *kinda‘ot naakat byyty*).

Assimetrias entre construções predicativas e não predicativas não são uma peculiaridade do karitiana. Rothstein (1995), por exemplo, apresenta diferenças entre sentenças predicacionais e identificacionais para línguas como o inglês (106) e o hebraico (107).

- (106) a. I consider the winner (to be) a good runner.
 b. I consider the winner *(to be) Mary.

- (107) a. Dani (hu) nexmad_{AP}
 Dani MASC.SG legal
 ‘Dani é legal.’
- b. Dani *(hu) mar yosef_{NP}
 Dani MASC.SG Sr. Yosef
 ‘Dani é o Sr. Yosef.’

(S. ROTHSTEIN, 1995) (p.28)

Como é possível observar nos dados do inglês em que verbos do tipo *consider* selecionam uma *small clause*, o verbo copular é opcional quando mediador de uma relação predicativa 106a, e obrigatório em uma relação identificacional 106b. O mesmo é observado

para as sentenças copulares matriz do hebraico, em que a ocorrência da cópula pronominal só é obrigatória em uma construção identificacional (107a, 107b).

Rothstein (1995) captura o comportamento assimétrico dos dados acima propondo diferentes configurações sintáticas para relações predicacionais e identificacionais, argumentando que **somente relações verdadeiras de predicação compreendem uma *small clause* em sua derivação**. De acordo com a autora, a *small clause* é um constituinte do tipo [SC NP XP] que instancia a relação prediativa entre um sujeito e um predicado.⁶¹

Desta forma, sujeito e predicado são licenciados no interior da *small clause* via predicação (108a).⁶² Já os elementos de uma relação identificacional, por sua vez, só são licenciados através de um nó funcional de flexão realizado pela cópula em ambas as línguas, e por este motivo o seu uso não pode ser dispensado (108b, 108c).⁶³

- (108) a. [Dani_{NP} nexmad_{AP}]_{SC}
 b. * [Dani_{NP} [mar yosef]_{NP}]
 c. [Dani [hu [mar yosef]_{NP}]_{I'}]_{IP}

O que mais nos interessa em toda essa história é o fato de que foram propostas uma estrutura para construções de cópula que compreendem relações predicativas e outra para aquelas que compreendem relações não predicativas (i.e. equativas, identificacionais). Neste sentido, Rothstein (1995) alinha-se a autores como Carnie (1995), Heycock & Kroch (1999), Pereltsvaig (2001), Rothstein (2012) e Rapoport (1987)⁶⁴, em que diferenças interpretativas estão associadas a diferentes estruturas sintáticas. A análise a ser aqui apresentada segue uma direção semelhante.

Partimos da premissa de que diferentes relações semânticas são capturadas através de diferentes estruturas sintáticas. Considerando a predicação uma relação semântica estrita na qual um predicado atribui uma propriedade a um sujeito, assumimos que relações deste tipo devem, necessariamente, ser capturadas de uma maneira específica, a saber, sujeito e predicado devem estar conectados via um núcleo de tipo RELATOR no domínio da *small clause* (i.e. RELP). Em karitiana, tanto adjetivos como verbos podem ser considerados predicados *stricto sensu*, o que os obriga a satisfazer os seus requerimentos argumentais através das configurações em 43. Os nomes em 104, por sua vez, não sendo

⁶¹ “[T]he predicate is a monadic unsaturated constituent which requires, and finds, a subject, and the NP is an argument which can be, and is, licensed by saturating the open position in a predicate.” (S. ROTHSTEIN, 1995) (p.36)

⁶² “Predication is a relation between two syntactic constituents, one of which is an argument and the other of which is an open predicate[.]” (S. ROTHSTEIN, 1995) (p.45)

⁶³ A ideia da autora é a de que quando a cópula se concatena à estrutura em 108a, sujeito e predicado já se encontram licenciados, o que torna o uso da cópula dispensável. Já em 108c o papel da cópula *hu* é justamente o de licenciar os NPs envolvidos na relação de identidade, e por isso a sua realização é obrigatória.

⁶⁴ Ver Citko (2008) (p.264).

predicados verdadeiros, não necessitam satisfazer as demandas estruturais da predicação, podendo ter as suas relações semânticas resolvidas na Sintaxe de uma outra maneira.⁶⁵

Vamos, agora, à derivação sintática das construções de cópula apresentadas em 104, as quais compreendem uma cópula situada entre dois elementos nominais de natureza não predicativa. Consideremos a numeração em 109.

$$(109) \quad \text{Num} = \{ (byyty_N, 1); (kinda'o_N, 1); (aka_V, 1); (\text{Mood}_{DECL}, 1); (\text{T}_{NFUT}, 1) \}$$

Na possibilidade de a cópula selecionar o item *byyty_N*, temos a formação de uma estrutura do tipo monádica (35a), visto que o complemento da cópula não é um predicado, não exigindo, portanto, um sujeito na posição de especificador (110).

$$(110) \quad \begin{array}{c} \text{VP} \\ \swarrow \quad \searrow \\ \text{aka} \quad byyty \end{array}$$

Na subseção 2.5.1 justificamos a adjunção do predicado adjetival/verbal à estrutura verbal formada pelo verbo copular mais o *pro-predicate* (i.e. [_V aka i-]) com base na defectividade semântica do item pronominal, que requer ser associado a um predicado lexical para ser corretamente interpretado. Já na subseção 2.5.2 justificamos a adjunção do predicado à estrutura verbal formada do verbo copular mais o NP lexical (i.e. [_V aka NP]) com base na necessidade de que uma relação de predicação seja estabelecida entre tal NP e o predicado que, ao se adjungir ao complexo verbal é capaz de C-comandar seu sujeito no domínio da *small clause* RELP. Neste caso, entretanto, não há *pro-predicate* ou relação predicativa que justifique a adjunção do nome ao VP. Além disso, sabemos que é sempre o elemento nominal não adverbializado que ocorre na posição de sujeito sentencial checando EPP em *Mood_{DECL}*, de modo que ele deve estar disponível para ser movido.⁶⁶ Deste modo, a derivação procede conforme 111.

$$(111) \quad \begin{array}{c} \text{Mood}_{DECL}P \\ \swarrow \quad \searrow \\ byyty_i \quad \text{Mood}_{DECL} \\ \quad \swarrow \quad \searrow \\ \quad \text{Mood}_{DECL}[EPP] \quad \text{TP} \\ \quad \quad \swarrow \quad \searrow \\ \quad \quad \text{T}_{NFUT} \quad \text{VP} \\ \quad \quad \quad \swarrow \quad \searrow \\ \quad \quad \quad \text{aka} \quad t_i \end{array}$$

A distribuição dos advérbios nas construções em 112 e 113 serve-nos de evidência de que o elemento nominal pré-copular ocupa a mesma posição dos elementos frontalizados

⁶⁵ A intuição explorada aqui é a de que sentenças como *O mamão é uma fruta* não envolvem uma relação de predicação, visto que ‘fruta’ não seria uma propriedade atribuída a ‘mamão’ tal qual ‘bom’ é uma propriedade atribuída a ‘homem’ na sentença *O homem é bom*.

⁶⁶ A adjunção de um elemento abaixo de *Mood_{DECL}* imediatamente o tornaria apto para alçamento por puro EPP, contrariamente ao que observamos.

nas sentenças copulares de predicação verbal e adjetival, visto que um advérbio nunca pode ser realizado entre o sujeito e a cópula.⁶⁷

- (112) a. taso $\emptyset$ -na-aka-j [gijo tak<a>]-pa-t **dibm**
 homem 3-DECL-COP-FUT milho pilar<v.e.>-NMLZ-ADVZR **amanhã**
 ‘O homem será o pilador de milho amanhã’
 b. taso naakaj **dibm** [gijo takapat]
 c. * taso **dibm** naakaj [gijo takapat]
- (113) a. [gijo tak<a>]-pa $\emptyset$ -na-aka-j taso-t **dibm**
 milho pilar<v.e.>-NMLZ 3-DECL-COP-FUT homem-ADVZR **amanhã**
 ‘O homem será o pilador de milho amanhã.’
 b. [gijo takapat] naakaj **dibm** tasot
 c. * [gijo takapat] **dibm** naakaj tasot

Por fim, o elemento nominal restante na numeração será adjungido à projeção mais alta da sentença conforme a derivação completa em 114.⁶⁸

- (114) *byyty naakat kinda‘ot*

Aqui retomamos a análise de Adger & Ramchand (2003) discutida brevemente na subseção 2.5.1. Os autores argumentam que o DP *Calum* em 115 corresponde a um adjunto de TP.

- (115) ‘S e Calum
 COP.PRES AUG Calum
 ‘It’s Calum.’

⁶⁷ O nominalizador *-pa* opera sobre o complexo verbal V+O (i.e. *gijo tak*), dando a ele uma semântica “instrumental”. Assim, ‘pilar milho’ vira ‘pilador de milho’.

⁶⁸ Isto difere dos predicados adjuntos vistos até então, que se adjungiam a uma posição mais baixa em razão de serem concebidos como parte da estrutura argumental, ou seja, como participantes da relação de predicação.

(ADGER; RAMCHAND, 2003) (p.26)

Segundo os autores o pronome (AUG) é gerado como um complemento do núcleo Pred (COP), e o DP que aparece ao final é um adjunto à direita da estrutura, precisamente o que estamos propondo para o karitiana. Eles propõem que tal DP de adjunção alta possui a função de identificar o indivíduo dado contextualmente através de uma operação puramente semântica sobre o pronome em questão.⁶⁹

Baseada nesta proposta, Citko (2008) argumenta que as construções de cópula dual do polonês exibem uma estrutura na qual o DP pós-copular na sentença em 116 encontra-se adjungido a TP (117).

- (116) Jan to jest mój najlepszy przyjaciel
 Jan PRON is my best friend
 ‘Jan is my best friend.’

(CITKO, 2008) (p.281)

(CITKO, 2008) (p.281)

As sentenças copulares de tipo dual do polonês assemelham-se às do karitiana pelo fato de ambas exibirem um elemento copular verbal e um pronome em sua estrutura. As nossas análises, contudo, não se sobrepõem. Citko (2008) analisa o pronome como um complemento do núcleo predicador π e a cópula verbal como a realização de T. Embora a nossa análise também considere o pronome como um complemento do núcleo predicador (i.e. RELATOR), tal núcleo corresponde à própria cópula verbal *aka* em nossa análise, visto que T é realizado por um sufixo independente em karitiana. O paralelo crucial a ser estabelecido diz respeito ao DP adjungido à direita na estrutura em 117, o que propomos que ocorra em karitiana da maneira vista em 114. Adger & Ramchand (2003) propõem que o adjunto seja construído semanticamente “solto” com o sujeito. Isto poderia estar na base da explicação de por que relações semânticas diversas entre NPs (i.e. *identificação*,

⁶⁹ “The right adjoined DP’s function is to explicitly identify the ‘contextually given individual’ in the semantics of the pronominal augment with overt linguistic material.” (ADGER; RAMCHAND, 2003) (p.26)

igualdade e *especificação*; ver Higgins (2015)) parecem ser capturadas sintaticamente da mesma maneira em karitiana. A impossibilidade de inversão nestas construções decorreria naturalmente do fato de o NP ser concatenado em uma posição tal que ele seja adjunto de toda a sentença.

Storto (1999) (p.146) mostra que advérbios em karitiana podem se adjungir à direita de um CP, aparecendo em posição final e tendo escopo sobre a sentença matriz, o que tomamos como compatível com a análise em 114, na medida em que adjunção alta e à direita é uma posição prevista para adjuntos na língua.

- (118) y-py-so‘oot-on yn [sosy ajxa ti-oky] -ty mynda
 1-ASSERT-see-NFUT eu tatu 2.PL CFO-matar -OBL devagar
 ‘Eu vi vocês matarem o tatu devagar.’
 ‘Eu vi devagar vocês matarem o tatu.’

(STORTO, 1999) (p.146)

Predicados nominais complexos. Dizer que construções de cópula do tipo *NP – cópula – NP* não codificam, necessariamente, relações de predicação, não significa que elas não o façam. A mesma relação predicativa presente na sentença *O João é legal* pode ser observada em *O João é um cara legal*, com a diferença de que na primeira temos um predicado adjetival e na segunda um predicado nominal complexo (PNC) (i.e. [_{DP} um cara legal]). A pergunta que se coloca é se tais construções possuem as mesmas propriedades sintáticas no que se refere à codificação estrutural da predicação.

No caso do karitiana, perguntamo-nos se um PNC terá um comportamento emparelhado ao dos adjetivos/verbos das construções de cópula, ou ao dos nomes. Observemos os dados em 119.

- (119) a. João $\emptyset$ -na-aka-t taso hãraj- $\emptyset$
 João 3-DECL-COP-NFUT homem legal-ADVZR
 ‘João é um homem legal.’
 b. taso hãraj $\emptyset$ -na-aka-t João-t
 homem legal 3-DECL-COP-NFUT João-ADVZR
 ‘João é um homem legal.’
 c. byyty $\emptyset$ -na-aka-t kinda‘o kowo-t
 mamão 3-DECL-COP-NFUT fruta doce-ADVZR
 ‘Mamão é uma fruta doce.’
 d. kinda‘o kowo $\emptyset$ -na-aka-t byyty-t
 fruta doce 3-DECL-COP-NFUT mamão-ADVZR
 ‘Mamão é uma fruta doce.’
 e. João $\emptyset$ -na-aka-t õwã se‘a pita-t
 João 3-DECL-COP-NFUT criança legal muito-ADVZR
 ‘João é uma criança muito legal.’

- f. ãwã se'a pita ø-na-aka-t João-t
 criança legal muito 3-DECL-COP-NFUT João-ADVZR
 'João é uma criança muito legal.'

Em vista da propriedade de C-seleção do verbo copular *aka*, podemos pensar na possibilidade de que a cópula selecione o NP complexo que, na condição de predicado, abriria um especificador, derivando uma estrutura diádica composta tal qual nos casos de predicação adjetival e verbal (120).

(120)

Esta estrutura, no entanto, não pode estar correta. Primeiramente, ela não explica a presença do morfema adverbializador sufixado ao predicado complexo. Em segundo lugar, construções com PNC não exibem o mesmo comportamento das construções de predicado verbal/adjetival. Conforme vemos em 121, é impossível inverter o predicado “carregando” o sufixo adverbializador com ele. Neste sentido, tais construções têm o mesmo comportamento das de “predicação” nominal, visto que tal morfema só pode ocorrer no NP final.⁷⁰

- (121) a. * taso hãraj-t ø-na-aka-t João
 homem legal-ADVZR 3-DECL-COP-NFUT João
 b. * ãwã se'a pita-t ø-na-aka-t João
 criança legal muito-ADVZR 3-DECL-COP-NFUT João

Explicaremos a agramaticalidade de 120 com base nas restrições de localidade da predicação, sugerindo que tal relação deva se dar, estritamente, entre o elemento predador e o seu argumento, mediados por um núcleo RELATOR.

Apesar da já comentada similaridade entre as sentenças *O João é legal* e *O João é um cara legal* do ponto de vista da relação predicativa – *João* será interpretado como *legal* de qualquer maneira – parece-nos correto dizer que *legal* e *um cara legal* não tenham o mesmo estatuto. Para além da evidente diferença do tipo da projeção envolvida (i.e. *legal*_{AP}, *um cara legal*_{DP}), acreditamos que, semanticamente, elas não são exatamente a mesma coisa. Primeiramente, vemos que elas não podem ser intercambiavelmente utilizadas como em 122.

⁷⁰ A ausência do prefixo *i-* nestes casos já seria esperada, visto que justificamos a sua presença com base na propriedade de C-seleção de *aka*.

- (122) a. ? O João é legal, mas ele é chato de vez em quando.
 b. O João é um cara legal, mas ele é chato de vez em quando.

Enquanto 122a parece criar uma contradição, 122b nos soa mais natural. No primeiro caso temos uma oração na qual uma qualidade absoluta é atribuída ao João a ser relativizada na oração coordenada. Já em 122b a contradição parece não ocorrer, de modo que a sentença pode ser parafraseada como “O João costuma fazer coisas que pessoas legais fazem, mas ele é chato de vez em quando”, leitura que não parece disponível em 122a.⁷¹

O nosso ponto é que a relação de predicação estabelecida entre *João* e *legal* em 122a é feita de maneira direta, o que é estruturalmente garantido pela localidade da relação (123).⁷²

Já a relação entre *João* e *legal* em 122b é obtida indiretamente, de modo que ela não estaria submetida às restrições de localidade da predicação. Vejamos 124.

É possível perceber acima que o sujeito e o predicado lexical não estão diretamente conectados via RELATOR, de modo que a relação predicativa estabelecida entre eles deva se dar indiretamente, isto é, entre o sujeito e o DP que contém o item predicator. Neste sentido, sugerimos que a interpretação da relação predicativa para casos com PNC não precisa ser obtida da mesma maneira que com casos de predicados *stricto sensu*, como

⁷¹ Agradeço à Raíssa Santana por ter chamado a minha atenção para este ponto.

⁷² Que a relação de predicação entre o sujeito e o núcleo predicator não é direta em casos de PNC é facilmente observada em xii, em que *legal*₁ não pode modificar *João* diretamente.

- (xii) O João é um médico *legal*₁, mas não é uma pessoa legal.

adjetivos, que são predicadores por natureza.⁷³ Não sendo, portanto, um predicado “de verdade”, o NP *taso hãraj̃* se selecionado pela cópula como em 120 não terá como forçar o verbo *aka* a abrir uma posição de especificador para abrigar o sujeito, levando a derivação ao fracasso (125).

(125) *

Neste sentido, a derivação para construções de cópula com PNC será a mesma da apresentada nesta seção, e a possível relação de predicação nelas obtidas seria calculada por mecanismos que independem de uma sintaxe predicacional.

(126) *João naakat taso hãraj̃*

Acreditamos haver duas vantagens em dizer que construções de predicação nominal não possuem a mesma estrutura das construções de predicação *stricto sensu*. Primeiramente, isto poderia explicar por qual motivo elas permitem um maior *range* de relações semânticas, o que foi capturado pela tipologia de Higgins (2015) (127).

⁷³ A ideia de que o adjetivo em *João é legal* seja um predicado verdadeiro e o sintagma nominal *um cara legal* em *João é um cara legal* não o seja pode ser notada simplesmente pelo fato de que *um cara legal* pode figurar como sujeito em uma sentença, sendo um argumento capaz de saturar um predicado verbal. Se a sua denotação prescindisse de um argumento que o sature a sentença em *xiii* seria impossível.

(xiii) [Um cara legal]_{sujeito} [foi ao cinema]_{predicado}.

- (127) a. João é um médico legal. (relação predicacional)
 b. O médico legal é o João. (relação especificacional)
 c. A estrela da manhã é a estrela da noite. (relação de igualdade)
 d. Aquele cara é o João. (relação identificacional)

Curiosamente, construções de relação de igualdade em karitiana exibem as mesmas propriedades das construções de “predicação” nominal vistas até então, conforme é possível ver em 128.

- (128) a. filme-ty Maria pasadnam ø-na-aka-t filme-ty Vivaldo
 filme-OBL Maria gostar 3-DECL-COP-NFUT filme-OBL Vivaldo
 pasadnam-ø
 gostar-ADVZR
 ‘O filme que a Maria gosta é o (mesmo) filme que o Vivaldo gosta.’

Outra vantagem seria uma possível explicação de por que não é possível ter construções copulares de relação predicativa diretamente entre um sujeito e um item nominal, como em *#João é beleza*, *#João é felicidade*, e *#João é complicação* que, claramente, não têm a mesma leitura de *João é belo*, *João é feliz*, e *João é complicado*. Não sendo predicados *stricto sensu*, uma relação predicativa envolvendo dois NPs é sempre indireta, não submissa à sintaxe da predicação.

Assumimos, portanto, que casos de “predicação” nominal não estão condicionados à configuração exigida pela sintaxe da predicação, de modo que as leituras predicativas daí advindas (ver 127a) seriam obtidas de uma maneira indireta, sendo o predicado nestes casos construído solto com o sujeito.

2.6 Considerações finais

Neste capítulo propusemos uma derivação para as construções de cópula da língua karitiana de modo a capturar a relação de predicação nelas presente. Assumimos que a predicação é obtida através de uma configuração sintática tal que sujeito e predicado estão relacionados via um núcleo RELATOR em um domínio local (i.e. RELP) de modo que o sujeito C-comande o predicado ou vice-versa. Analisamos o pronome de 3^a pessoa *i-* cliticizado aos predicados adjetivais e verbais do karitiana como um elemento *pro-predicate* selecionado pela cópula *aka*, sendo ele um *place holder* de um predicado lexical adjungido à estrutura. Tal elemento entra em uma relação de predicação com um sujeito no especificador da projeção nucleada pelo verbo copular, posição “aberta” por decorrência do fato de a cópula ter como complemento um item predicator (i.e. estrutura diádica composta). Na ausência do *pro-predicate* na numeração, construções de predicação não nominal na ordem invertida são derivadas. Analisamos o adverbializador sufixado ao predicado como um bloqueador de projeção, sendo uma forma pela qual a língua resolve o problema de

projeção advindo de estruturas de adjunção. Com respeito às construções de “predicação” nominal, que exibem propriedades diferentes das de predicação adjetival/verbal, uma derivação diferente foi proposta, de modo que o constituinte marcado pelo adverbializador é um adjunto de toda a sentença. Assim, relações predicativas advindas da relação entre NPs seriam capturadas de uma maneira alheia às restrições da sintaxe da predicação, que diria respeito somente a predicações *stricto sensu*.

Apêndice: uma nota sobre a predicação adposicional

Aqui, iremos brevemente discutir acerca das construções de predicação posposicional em karitiana, mostrando que elas parecem ser, na verdade, predicações verbais em que a cópula pode ser usada como verbo pleno, e o constituinte posposicional é um adjunto na estrutura que modifica o estado do sujeito.⁷⁴ Observemos as sentenças em 129.

- (129) a. yn $\emptyset$ -na-aka-t i-aka-t São Paulo pip
eu 3-DECL-COP-NFUT PRON-COP-ADVZR São Paulo POSP
‘Eu estava em São Paulo.’
- b. taso $\emptyset$ -na-aka-t i-aka-t São Paulo pip
homem 3-DECL-COP-NFUT PRON-COP-ADVZR São Paulo POSP
‘O homem estava em São Paulo.’

Primeiramente, vemos que os dados são compatíveis com a ideia de que a cópula possui uma restrição categorial, de modo que ela não pode selecionar diretamente um constituinte PP (130), selecionando, conforme o esperado, o elemento pronominal *i*-.⁷⁵ Vemos, ainda, que o *pro-predicate* corresponde ao argumento com o qual a cópula concorda, visto que mesmo quando o sujeito é uma 1ª pessoa o verbo copular continua com marca de concordância de 3ª (129a).

- (130) * taso $\emptyset$ -na-aka-t São Paulo pip
homem 3-DECL-COP-NFUT São Paulo POSP

Sugerimos a estrutura em 131 para os casos de predicação com sintagmas posposicionais.⁷⁶ Não nos comprometeremos, aqui, com a real posição de adjunção do sintagma

⁷⁴ O verbo *tat* (‘ir’) também foi atestado presente em tais construção, conforme xiv.

- (xiv) taso $\emptyset$ -na-aka-t i-tat- $\emptyset$ Porto Velho pip
homem 3-DECL-COP-NFUT PRON-ir-ADVZR Porto Velho POSP
‘O homem foi para Porto Velho.’

⁷⁵ Curiosamente, a estrutura diádica básica proposta por H&K (2002) em que um núcleo adposicional lexical seleciona dois argumentos, um na posição de especificador, outro na posição de complemento (ver 35b), não parece ser possível em karitiana. Isto porque se o fosse, uma relação local entre *São Paulo* e o sujeito *taso* seria esperada, o que não ocorre. Ainda, isto parece ser um ponto favorável à proposta de den Dikken (2006), que propõe que somente núcleos funcionais – e não lexicais – podem mediar relações predicativas.

⁷⁶ Uma interpretação mais adequada para a sentença talvez seja “O homem encontra-se em um determinado estado, no caso, no estado de estar em São Paulo”.

posposicional.⁷⁷

(131) *taso naakat iakat São Paulo pip*

A verdadeira relação de predicação, portanto, daria-se entre o sujeito e o verbo copular em seu uso pleno (i.e. ‘ser/estar’) como ocorre nos casos de predicação verbal vistos neste capítulo. O constituinte posposicional, por sua vez, seria um adjunto modificador da relação.

Optamos por discutir estas construções em um apêndice por termos nos debruçado menos sobre elas, e pelos dados obtidos a este respeito não terem sido sistematizados com maior rigor. O estudo sobre as construções de cópula com sintagmas posposicionais ficará para pesquisas futuras, e esperamos que as nossas considerações especulativas sobre elas sejam um bom ponto de partida.

⁷⁷ Diferentemente do adjunto marcado com *-t/ø*, não propomos que o sintagma posposicional seja necessariamente um adjunto da estrutura argumental, visto a sua grande mobilidade.

(xv) *taso ø-na-aka-t São Paulo pip i-aka-t*
 homem 3-DECL-COP-NFUT São Paulo pip PRON-ir-ADVZR

3 Copula drop como uma instância de sluicing

O nosso objetivo aqui é propor uma análise de elipse do tipo *sluicing* para a possibilidade de omissão da cópula em sentenças matrizes declarativas no karitiana. Iremos nos basear na proposta de Merchant (2001; 2005), assumindo uma abordagem derivacional cíclica (CHOMSKY, 2000; 2001) em que elipses são restringidas por domínios de fase (BOŠKOVIĆ, 2014). Argumentaremos que as construções de cópula do karitiana satisfazem condições de licenciamento de *sluicing*, ao passo em que o apagamento da cópula não requer que condições de identidade sejam satisfeitas.

Na próxima seção apresentamos os dados relevantes. Na seção 3.2 apresentaremos o pano de fundo teórico norteador da análise. A seção 3.3 apresentará, efetivamente, a análise, discutindo condições de licenciamento e condições de identidade referentes ao caso de elipse sob estudo. Ainda nesta seção, discutiremos algumas consequências de se conciliar uma proposta derivacional cíclica com os casos mais clássicos de *sluicing*. Por fim, na seção 3.4 concluímos.

3.1 Construções de cópula em karitiana – os dados

Observemos os dados em 1. Conforme é possível perceber, o verbo copular pode ser sempre omitido em contexto de tempo não futuro (NFUT), sendo impossível recuperar uma interpretação de futuro (FUT) em sentenças sem realização da cópula.

- (1) a. byyty ($\emptyset$ -na-aka-t) / * ($\emptyset$ -na-aka -j) kinda'o-t
mamão 3-DECL-COP-NFUT -FUT fruta-ADVZR
'O mamão é uma fruta'
- b. taso ($\emptyset$ -na-aka-t) / * ($\emptyset$ -na-aka -j) i-se'a-t
homem 3-DECL-COP-NFUT -FUT PART-bom-ADVZR
'O homem é bom'
- c. taso ($\emptyset$ -na-aka-t) / * ($\emptyset$ -na-aka -j) i-kat- $\emptyset$
homem 3-DECL-COP-NFUT -FUT PART-dormir-ADVZR
'O homem está dormindo/dormiu'

(STORTO, 2010) (p.206)

Acreditamos que uma análise de elipse para os casos de não realização do verbo copular observados acima tem a vantagem de melhor capturar a sinonímia entre uma sentença copular e a versão sem cópula da mesma sentença. Assumindo uma abordagem

de apagamento em PF (*Phonological Form*) para elipses, sentenças como *byyty naakat kinda‘ot* e *byyty kinda‘ot* conteriam ambas uma cópula ativa na sintaxe, com a diferença de que em um dos casos ela seria silenciada. Desta forma, não vemos razão para propor duas derivações totalmente independentes para ambas as sentenças, tendo-se em vista a intuição dos falantes, que não salientam diferenças significativas de significado entre elas. A única diferença derivacional entre uma construção com cópula realizada e uma construção sem cópula realizada diz respeito à presença de um traço na sintaxe responsável pela elisão do verbo copular.

Um fator que contradiz a ideia de que sentenças em que a cópula não é realizada corresponderiam a *small clauses* nuas/livres está evidenciado a seguir. Os dados em 2 mostram a possibilidade de adjunção adverbial entre o sujeito e o predicado, evidenciando complexidade estrutural nas construções sem cópula realizada.

- (2) a. João kanda-t i-se‘a-t
 João muito-ADVZR PRON-bonito-ADVZR
 ‘João cai muito.’
 b. se‘a-t kanda-t João
 bom/bonito-ADVZR muito-ADVZR João
 ‘João é muito bom/bonito.’
 c. Tarcisio kanda-t i-bory-t
 Tarcisio muito-ADVZR PRON-sair-ADVZR
 ‘Tarcisio sai muito.’

Ainda, vimos no capítulo 2 que a gramática da língua não permite *small clauses* nuas em contexto de complementação a verbos como *achar/considerar* (ver 3 e 4, repetidos abaixo como ?? e ??), o que vai ao encontro da ideia de que tal tipo de constituinte não existe em karitiana.

- (3) * yn pybyrat João (i-)se‘a(-t)
 eu acho João (PRON-)legal(-ADVZR)
 Pretendido: ‘Eu acho o João legal.’
 (4) [se‘a pybyra]-t ø-na-aka-t yn-ty João
 legal considerado-ADVZR 3-DECL-COP-NFUT eu-POSP João
 ‘O João é considerado legal por mim.’

3.2 Pano de fundo teórico

3.2.1 Sluicing

O termo *sluicing* refere-se a um tipo específico de elipse em que o material omitido corresponde a um IP/TP. Tal fenômeno foi primeiramente caracterizado em Ross (1969)

como uma regra de apagamento em que as sentenças em 5 eram convertidas às suas correspondentes em 6. Segundo o autor, a regra de *sluicing* deve seguir uma regra de formação de pergunta (*Question Formation*), sendo os elementos Qu- “encalhados” em 6 itens remanescentes da elisão.

- (5) a. Somebody just left – guess who just left.
- b. Ralph is going to invite somebody from Kankakee to the party, but they don’t know who he’s going to invite to the party.
- (6) a. Somebody just left – guess who.
- b. Ralph is going to invite somebody from Kankakee to the party, but they don’t know who.

(ROSS, 1969) (p.252)

Merchant (2001) propõe que tal fenômeno seja capturado por uma abordagem de apagamento em PF (*Deletion approach*) licenciado por um traço sintático, argumentando em favor de determinadas condições de licenciamento e de identidade para o *sluicing*. O autor argumenta que o *sluicing* pode ser identificado como a elisão da parte sentencial de um CP, tendo em vista dois mecanismos, a saber, (i) o movimento de um elemento Qu- do sítio de elisão para Spec,CP, e (ii) o apagamento de IP em PF licenciado por um núcleo C nas condições estruturais apresentadas em 7.

- (7) $[_{CP} XP_{[+wh]} [_{C'} C_{[+Q]} IP]]$

(MERCHANT, 2001) (p.60)

O autor implementa as ideias acima em termos de um traço [E] em I que será checado em um núcleo C interrogativo. [E] move-se de I para C instruindo PF de que o complemento de C não deverá ser pronunciado, ao passo em que instrui LF (*Logical Form*) de que o constituinte marcado para *sluicing* deverá satisfazer determinadas condições de identidade. A proposta de Merchant (2001) tem como alvo dados em que os itens remanescentes do *sluicing* são elementos Qu-, como em 8.

- (8) a. Jack bought something, but I don’t know what.
- b. Someone called, but I can’t tell you who.
- c. Beth was there, but you’ll never guess who else.

(MERCHANT, 2001) (p.03)

No entanto, os elementos Qu- não seriam os únicos itens capazes de “sobreviver” ao *sluicing*. De acordo com Merchant (2005) fragmentos de resposta também o são, podendo

ser caracterizados como movimento A-barra para a periferia esquerda da sentença seguido de *sluicing*. Para o autor, as respostas em (b) abaixo são sentenças completas assim como (c), visto que elas possuem o mesmo conteúdo proposicional. As respostas em (b), portanto, conteriam movimento de um constituinte para Spec,F (posição de foco) seguido de apagamento de TP (<TP>).

- (9) a. Who did she see?
 b. John.
 c. She saw John.
- (10) a. When did he leave?
 b. After the movie ended.
 c. He left after the movie ended.

(11)

([MERCHANT, 2005](#)) (p.273)

A representação de 9b em 11 permite-nos concluir que não somente núcleos Qu são capazes de checar [E], visto que um núcleo com traços de foco também o é.

3.2.2 A noção de fases

As fases estão associadas à ideia que surge em Chomsky (2000) de que a derivação sintática é restringida por ciclos, em que cada ciclo corresponde a uma fase. De um arranjo lexical (LA, do inglês *Lexical Array*) disponível para uma derivação global, cada estágio derivacional (fase) só pode acessar um subconjunto dele, sendo que um subconjunto contém ou um C ou um *v*. O fato de que cada fase só pode acessar um subconjunto de LA em termos de operações sintáticas garante a ciclicidade da derivação, bem como impede a ocorrência de processos anticíclicos. No sistema de Chomsky (2000; 2001), CPs e *v*Ps são fases.

Conforme Chomsky (2000), em uma fase α de núcleo H, o domínio de H (YP) encontra-se inerte para elementos não contidos em α por ter sido transferido para *spell out* no momento em que a fase é formada.

$$(12) \quad [_{\beta} Z \dots [_{\alpha} [H \text{ YP }]]]$$

Desta forma, o complemento do núcleo de uma fase estará inerte para operações sintáticas assim que o núcleo da fase superior for concatenado.

3.2.2.1 Sítios de elisão como domínios de fase

Conforme aponta Aelbrecht (2016), diversos autores evidenciaram coincidências entre sítios de elisão e domínios de fase. Neste sentido, a elipse seria uma instância de não pronúncia em PF, ou seja, uma contraparte da operação de *spell out*. Bošković (2014) é um desses autores, e argumenta que elipses são restringidas por fases.

Diferentemente da proposta rígida de Chomsky (2000; 2001) no que diz respeito a quais elementos correspondem a fases (CP e *v*P), Bošković (2014) argumenta em favor de uma proposta dinâmico-configuracional, em que as projeções estendidas mais altas das categorias lexicais (N,V,A,P) são domínios de fase. O autor ainda assume, junto a Chomsky (2000; 2001), que o CP é uma fase, dando como exemplo justamente os casos de *sluicing* em que o complemento de C (TP) é elidido. Neste trabalho iremos assumir a proposta de Bošković (2014), de modo que a projeção (estendida) de categorias N/V/A/P sejam definidoras de fase.

3.2.3 Copula drop no português brasileiro e sluicing

Barros (2010) caracteriza a possibilidade de omissão da cópula em sentenças Qu- especificacionais no português brasileiro (PB) como uma instância de *sluicing*, argumentando que o verbo copular é o único elemento presente em TP no momento da elisão.

Fazendo referência à taxonomia de Higgins (2015), construções em que a cópula é flanqueada por dois DPs (i.e. *DP cópula DP*) podem ser tanto do tipo especificacional (e.g. *The teacher of this class is Bill*) quanto do tipo predicacional (e.g. *Bill is the teacher of this class*), sendo que um dos DPs é um sintagma predicativo (e.g. *The teacher of this class*) e o outro DP é um sintagma referencial (e.g. *Bill*).

A diferença entre os dois tipos depende de qual DP é o sujeito sentencial. Quando o DP predicativo possui uma semântica de tópico, ele é o sujeito da sentença (=especificacional). Quando o DP predicativo não estiver saliente no discurso, o DP referencial será o sujeito da sentença (=predicacional). Assim, uma sentença especificacional (SE) funciona melhor como resposta a uma pergunta como em 13, ao passo em que uma sentença predicacional (SP) funciona melhor como resposta a uma pergunta como em 14.

- (13) A: Who is the teacher of this class?
 B: The teacher of this class is Bill. (SE)
 # Bill is the teacher of this class. (SP)

- (14) A: Who is Bill?
 B: Bill is the teacher of this clas. (SP)
 # The teacher of this class is Bill. (SE)

(BARROS, 2010) (p.67)

Barros (2010) argumenta que perguntas Qu- do PB como *Qual (é) o seu sabor de sorvete favorito?* são do tipo especificacional, sendo enunciadas apenas em contextos em que o DP predicativo está saliente no discurso, sendo inaceitáveis em contexto *out-of-the-blue*. O autor ainda argumenta que nestas perguntas o sujeito é o DP predicativo deslocado à direita (*rightward movement*) – o DP₂ em 15.

Sendo flanquada por dois DPs que estão fora do sítio de elisão (TP), o apagamento da cópula pode ser explicado por *sluicing*, visto que tais sentenças Qu- atendem às condições de licenciamento do fenômeno. Deste modo, o efeito *copula drop* nas perguntas Qu- especificacionais do PB decorre de *sluicing* pelo fato de que o único elemento presente em TP no momento da elisão (quando [E] é checado ao se mover de T para C) é o verbo copular. A análise do autor está representada em 15. Segundo ele, o discurso seria rico o suficiente para satisfazer as condições de identidade de tal elipse, sendo capaz de recuperar o conteúdo semântico do material elidido sem a necessidade de um antecedente linguístico.

(15)

(BARROS, 2010) (p.65)

Semelhantemente, iremos propor que o apagamento da cópula em karitiana também seja uma instância de *sluicing*. Diferentemente de Barros (2010), no entanto, não postularemos um deslocamento à direita (adjunção a CP) do predicado da cópula. Iremos, aqui, argumentar em favor de uma restrição de fases para explicar o motivo de o elemento pós-copular em karitiana ser um item remanescente da elisão.

3.3 Copula drop em karitiana: uma instância de sluicing

3.3.1 Condições de licenciamento

3.3.1.1 Elemento pré-copular

Conforme vimos no decorrer deste trabalho, a posição que precede o verbo copular em karitiana refere-se a Spec,Mood_{DECL}P¹ em karitiana, sendo Mood_{DECL} um núcleo dedicado ao modo sentencial acima de TP. Vimos também que não somente traços associados a pergunta Qu- são capazes de checar o traço [E], visto que traços de foco também o fazem. Assim, propomos que o núcleo de modo declarativo em karitiana herda a propriedade de C de licenciar elipse,² de modo que o elemento pré-copular não precise ser um constituinte Qu- ou estar focalizado para que o apagamento da cópula seja liberado. A sugestão aqui é que o núcleo responsável por licenciar *sluicing* seja o que toma TP como complemento.

3.3.1.2 Domínios de fase como restrição a elipses

Iremos, aqui, nos valer da ideia em Bošković (2014) de que as projeções estendidas de núcleos lexicais (V,N,A,P) correspondam a fases, para além de C e *v* tal qual em Chomsky (2000; 2001). Em sentenças com o núcleo *v*, ele passa a definir a fase, visto que estende a projeção VP. Na ausência de *v*, a própria projeção de V corresponde à fase, de modo que na proposta boskovićiana até mesmo o domínio verbal de uma oração passiva é uma fase. Neste sentido, o constituinte que tem como núcleo a cópula (i.e. RELP), um núcleo verbal, será, portanto, uma fase.³

Implementando a proposta de Merchant (2001; 2005) propomos que o traço [E] em Mood_{DECL} terá sua atuação restrita ao domínio da fase diretamente C-comandado por ele (TP). Uma vez que o elemento pós-copular em karitiana está na fase VP, seu domínio estará inerte para quaisquer operações sintáticas provenientes de elementos da fase superior. Desta forma, [E] só terá escopo sobre os elementos ainda não transferidos para *spell out*, ou seja, todos aqueles presentes no domínio de Mood_{DECL}P, mas fora do domínio de VP. Estando o sujeito da cópula em Mood_{DECL}P e o predicado inerte na fase de núcleo V, o verbo copular em T (após movimento de núcleo V–T) será o único elemento presente no sítio de elisão.⁴

$$(16) \quad [\text{Mood}_{\text{DECL}}\text{P } \text{tasoi} [\text{Mood}_{\text{DECL}}[\text{E}] [\text{TP-} \text{naakat} [\text{VP-} \text{t}_i [\text{V } \text{ise'at/ikat}]]]]]]$$

¹ Spec,CP em Storto (1999).

² No capítulo 1 também sugerimos que Mood_{DECL} herde o EPP de C a fim de manter a ideia de que tal traço esteja associado a núcleos de fase; ver Chomsky (2008).

³ Segundo Bošković (2014), sítios de elipse restringem-se a domínios de fase, de modo que apenas fases (inteiras) e complementos de núcleos de fase podem ser elididos.

⁴ Sentenças de “predicação” nominal são menos problemáticas de serem explicadas em vista da análise a elas oferecida no capítulo 2. Uma vez que o NP final encontra-se adjungido a Mood_{DECL}P, a cópula será o único elemento afetado por *sluicing* pelo fato de o NP não estar sob o escopo de [E] na estrutura.

3.3.1.3 V2 em karitiana e movimento de núcleo

Storto (1999) argumenta que o karitiana possui propriedades V2, um fenômeno tipicamente associado a línguas germânicas, nas quais é possível notar que o verbo finito sempre ocupa a segunda posição estrutural da oração. Uma outra característica V2 é a presença de um constituinte na posição de especificador da projeção para a qual o verbo se move. Segundo a autora, a segunda posição é C e o verbo é levado para lá via movimentos de núcleo V-T-(Asp-)C. Sendo assim, se há movimentos de núcleo que levam o verbo para C, o que aqui propusemos ser, na verdade, Mood_{DECL},⁵ como é possível dizer que a cópula em karitiana é apagada sob *sluicing*?

Merchant (2001) atenta-se para uma questão parecida quando discute *sluicing* em línguas com propriedades V2, em que o elemento auxiliar supostamente em C não sobrevive à elipse (MERCHANT, 2001) (p.63). Observemos 17.

(17) a. *Inglês*

A: Max has invited someone.

B: Really? Who (*has)?

b. *Alemão*

A: Max hat jemand eingeladen.

B: Echt? Wen (*hat)?

c. *Holandês*

A: Max heeft iemand uitgenodigd.

B: Ja? Wie (*heeft)?

d. *Dinamarquês*

A: Max har inviteret en eller anden.

B: Ja? Hvem (*har)?

(MERCHANT, 2001) (p.63)

O autor irá propor, portanto, que tais elementos não estão em C no momento da elisão. Ele argumenta que, nestes casos, a aplicação da operação de *sluicing* se dá antes do movimento de núcleo de I para C. Desta forma, não haverá o que ser movido para C uma vez que o traço [E] marcou o elemento presente em I para elipse.⁶

Em termos de economia, a elipse seria mais econômica do que o movimento aberto, o que vai ao encontro da proposta acima de ordenação das operações de elipse e de movimento (aberto) de núcleo. Uma das formas que Merchant (2001) encontrou de implementar

⁵ Ver capítulo 1.

⁶ O movimento de núcleo tem como motivação a checagem de traços fortes que precisam ser eliminados. De acordo com o autor, a marcação para elipse desfaz a necessidade de checagem, visto que a operação de elipse seria capaz de eliminá-los.

tal ideia é dizer que é um traço forte em I que desencadeia movimento aberto de I para C em línguas V2. Como a elipse de IP ocorre antes do movimento de núcleo, a derivação será “salva” pelo fato de os traços fortes em I não chegarem em PF, descartando a necessidade de seu movimento para checagem em C. O autor ainda sugere, em uma outra possibilidade de implementação, que sob *sluicing* seria possível mover o traço [E] de I para C sem fazer *pied-piping* dos demais traços em I. Desta forma, o conjunto dos traços que não foram arrastados para C – e, portanto, não foram checados – não irá causar o *crash* da derivação, visto que eles serão elididos.

No caso das construções de cópula do karitiana, o movimento (aberto) de núcleo de T para Mood_{DECL} só seria verificado nos casos em que a cópula é realizada, já que tal movimento irá garantir que os traços fortes sejam devidamente checados caso *sluicing* não se aplique. Concluímos, assim, que a única diferença derivacional entre as sentenças copulares com cópula realizada e as sentenças copulares sem cópula realizada está na numeração, em que um traço [E] está ou não está presente. Quando [E] entra na derivação, ele tem de ser checado por um Mood_{DECL}, marcando o TP para elipse e inviabilizando o movimento de núcleo de T para Mood_{DECL}. O elemento pós-copular, por sua vez, não será marcado para *sluicing* por estar sintaticamente inerte para os elementos da fase superior.

3.3.2 Condições de identidade

Conforme aponta Merchant (2016), abordagens do fenômeno Elipse lidam com ao menos duas questões, a saber, condições de licenciamento e condições de identidade. A questão do licenciamento, discutida na seção anterior, diz respeito à configuração estrutural na qual um determinado elemento tem de estar contido para que sua elisão seja permitida, ou seja, refere-se aos núcleos e às posições sintáticas capazes de disparar elipse (MERCHANT, 2016) (p.03). A questão da identidade, por sua vez, refere-se à relação entre o conteúdo do sítio de elisão e o seu antecedente. Desta forma, tal questão diz respeito à recuperabilidade semântica do material elidido.

Em Merchant (2001), a elipse de IP deve suprir a condição *e-GIVENness* que, em termos muito gerais, identifica o material elidido com um antecedente linguístico que implique uma pressuposição da questão sob *sluicing*. Merchant (2005), por sua vez, salienta que quando o discurso é rico o suficiente para recuperar o que foi apagado não há necessidade de antecedente linguístico.

Vimos que a possibilidade de omissão da cópula em perguntas Qu- especificacionais do PB é, segundo Barros (2010), uma instância de *sluicing* sem antecedente, devendo satisfazer condições de identidade dependentes do discurso. O autor argumenta que o apagamento da cópula só é permitido quando o remanescente Qu- é D-ligado (*D-linked*), ou seja, identificado com algum elemento presente em um conjunto saliente no discurso. No PB, apenas o elemento *Qual* parece ser D-ligado, o que explicaria o fato de que só

sentenças como 18a permitem uma cópula nula, ao passo que 18b não permite. *Quem*, portanto, não seria D-ligado.

- (18) a. Qual (é) o seu cachorro?
b. Quem *(é) a sua mãe?

De acordo com o autor, 18a só é aceitável em um contexto em que há um conjunto saliente de cachorros que seja familiar ao falante e ao ouvinte. Tal contexto será requerido para elementos Qu- D-ligados (i.e. *qual*). Uma vez que não possui antecedente, o apagamento da cópula requer que o remanescente Qu- seja D-ligado a fim de que condições de identidade sejam satisfeitas.

Uma vez que a omissão do verbo copular em karitiana não parece requerer condições discursivas especiais, visto que funciona com diversos tipo de relações predicativas, independentemente da ordem,⁷ iremos propor que, simplesmente, não há a necessidade de o material elidido ser semanticamente recuperado: tratando-se de uma cópula, não há propriedades semânticas codificadas no elemento silenciado, ou seja, satisfazer condições de identidade neste contexto seria vácuo.

Rothstein (1995) caracteriza o verbo *be* do inglês em construções do tipo *Bill is silly* como um mero suporte de marcas flexionais. Neste sentido, a cópula conteria apenas traços gramaticais, e o seu apagamento não demandaria mecanismos de recuperabilidade semântica em LF, bastando que ele atenda a condições de licenciamento.

O fato de que o verbo copular só pode ser omitido no tempo não marcado do karitiana (não futuro) parece reforçar a ideia de que a aplicação de condições de identidade no que se refere ao apagamento da cópula seria improfícua. A elipse da cópula em contextos de tempo futuro demandaria, por sua vez, condições de identidade que não podem ser satisfeitas na ausência de um antecedente linguístico.

Mesmo nos dados do PB parece haver uma restrição temporal em direção ao tempo não marcado da língua, fato não considerado por Barros (2010), visto que a omissão da cópula não é capaz de recuperar traços de passado ou de futuro.

- (19) a. Qual (é) o seu tipo de sorvete favorito?
b. Qual *(foi) o seu tipo de sorvete favorito?
c. Qual *(será) o seu tipo de sorvete favorito?

Entendendo as condições de identidade como mecanismos de recuperabilidade semântica do material elidido, parece-nos estranho que o apagamento da cópula nas sentenças Qu- do PB analisadas por Barros (2010) esteja condicionado pela natureza do

⁷ Basicamente, a cópula *naakat* pode ser livremente apagada, à exceção dos casos de inversão de predicado verbal, o que foi discutido no capítulo 2, em que sugerimos que neste caso específico ela não poderia ser elidida por sinalizar uma relação semântica envolvida entre o núcleo T e o predicado invertido.

elemento Qu- remanescente, no caso, um item D-ligado (*Qual*). De que modo um determinado tipo de elemento Qu- que requer condições discursivas específicas poderia recuperar o conteúdo semântico da cópula apagada? E qual seria tal conteúdo? De acordo com a nossa proposta para o apagamento da cópula em karitiana, que seria possível por ela ser um elemento semanticamente vazio, talvez seja o caso de que exista alguma distinção entre as cópulas das sentenças em 18. Neste sentido, o verbo copular em *Quem *(é) a sua mãe?* não poderia ser deletado por veicular algum tipo de conteúdo semântico, ao passo em que a cópula em *Qual (é) o seu cachorro?*, paralelamente ao karitiana, só conteria traços puramente gramaticais, de modo que o seu apagamento não demandaria mecanismos de recuperabilidade. Entretanto, para que não fiquemos no campo das especulações, é necessário mostrar evidências de que se tratam de cópulas distintas, buscando explicar por qual motivo construções interrogativas com Qu- D-ligado permitem cópulas puramente gramaticais e construções sem Qu- D-ligados não.

3.3.3 Conciliando derivações cíclicas com casos clássicos de sluicing

Müller (2011) já havia se atentado para o problema de se conciliar uma derivação cíclica com a proposta de que elipses são restringidas por fases. Tal problema é bastante saliente em casos clássicos de *sluicing*. Conforme o autor observa, se uma subparte de um TP marcado para elipse já tiver sido enviado para PF via *spell out* cíclico, então o subsequente apagamento de TP não poderá afetar todo o material originalmente presente em TP. No entanto, nos casos clássicos de *sluicing*, verifica-se o apagamento de todo o TP, conforme vemos em 20 (ver também 6, 8, 9 e 10).

- (20) Ralph is going to invite somebody from Kankakee to the party, but they don't know who ~~he's going to invite to the party~~.

(ROSS, 1969) (p.252)

O autor assume que operações de apagamento são cíclicas (fase a fase), sendo elas uma instância especial de *spell out* – uma não pronúncia em PF. Para lidar com os casos de *sluicing* como em 20, ele propõe que todos os núcleos de fase dominados pelo sítio de elisão (TP) possuem um traço [$\dagger$] que se espalha até um C interrogativo. Tal traço irá garantir que a elipse tenha escopo sobre todos os elementos $\dagger$ -marcados, mesmo que eles já tenham sido transferidos para *spell out*. Müller (2011) irá assumir que [$\dagger$] poderá ser opcionalmente inserido em um item lexical na numeração. O espalhamento do traço se dá “de baixo para cima” a partir do item lexical $\dagger$ -marcado, cessando no domínio imediatamente C-comandado pelo núcleo C.

No caso do karitiana, iremos propor, simplesmente, não haver itens $\dagger$ -marcados nas construções de cópula, de modo que a elipse só tenha escopo sobre o domínio de

fase que ela imediatamente C-comanda, excluindo partes da estrutura que tenham sido transferidas para *spell out*.

3.4 Considerações finais

Neste capítulo buscamos mostrar que a omissão da cópula em karitiana decorre de *sluicing*, uma operação de apagamento de TP em PF, sendo ela restrita a domínios de fase, de modo que o traço [E] em Mood_{DECL} só terá escopo sobre os elementos presentes em seu domínio, excluindo o domínio da fase inferior. Uma vez que o elemento que ocupa a primeira posição nas sentenças copulares está em Spec,Mood_{DECL}P, e o elemento que flanqueia a cópula à direita (o predicado) está inerte para operações sintáticas quando Mood_{DECL} é concatenado, ou fora de seu alcance (quando adjungido a Mood_{DECL}P no casos de “predicação” nominal), a elipse só irá ter efeito sobre o verbo copular, sendo ele o único item silenciado. Argumentamos também que o movimento aberto de T para Mood_{DECL}, típico das construções matrizes do karitiana, não ocorre sob *sluicing*, o que garante que a cópula esteja contida no sítio da elisão.

Ainda, ao assumirmos que a cópula é um item puramente gramatical, sendo um elemento semanticamente vazio, argumentamos que o seu apagamento, possível na ausência de um antecedente, não requer a satisfação de condições de identidade, visto que não há conteúdo a ser recuperado. Assim, a nossa ideia é que a elipse de cópula no karitiana, para ocorrer, necessita de, unicamente, satisfazer as condições de licenciamento de *sluicing*. Por fim, falamos sobre as consequências de uma abordagem derivacional cíclica para as análises dos casos mais clássicos do fenômeno.

Resumo da dissertação e considerações finais

No capítulo 1 propusemos uma análise para as relações de Caso e concordância em karitiana tendo em vista padrões ergativo-absolutivos observados na língua, bem como ordem de palavras. A maior dificuldade relacionada ao estudo de relações de Caso em karitiana deve-se ao fato de que a língua não exibe morfologia casual em seus sintagmas nominais para além da marca de oblíquo. Por este motivo, a proposta chomskyana que unifica os sistemas de Caso e concordância através da operação *Agree* torna-se bastante conveniente para o nosso trabalho, visto que conclusões acerca das relações de Caso na língua podem ser feitas a partir da observação das relações de concordância. Com base, portanto, na operação *Agree* (CHOMSKY, 2000; 2001), bem como na proposta minimalista de Aldridge (2004; 2008; 2008) para a ergatividade, propusemos que Caso absolutivo em karitiana é valorado por T e que ergativo é atribuído por *v* transitivo como um Caso inerente, explicando o padrão de concordância ergativo-absolutivo no qual o verbo concorda com o sujeito em sentenças intransitivas e com o objeto em sentenças transitivas. Ainda, *v* transitivo carrega um traço EPP responsável por uma configuração *object shift* na qual o objeto é alçado para uma posição de especificador extra de *vP* (de onde entra em relação de *Agree* com T), derivando as ordens de palavra nas quais o objeto precede o sujeito (i.e. assertivas VOS, subordinadas OSV). O argumento crucial referente à nossa proposta de que o objeto tem seu Caso estrutural valorado por T deve-se à ausência de marcas de concordância em contextos subordinados que, em karitiana, são constituintes desprovidos de T. De acordo com o sistema de Caso/concordância assumido, a valoração de Caso ocorre como consequência da relação de *Agree*, de modo que se *v* fosse responsável por valorar Caso no objeto, a ausência de marcas de concordância em subordinadas seria um mistério. À respeito da derivação das sentenças declarativas SVO, mesmo estando abaixo do objeto na estrutura de *vP*, é o sujeito que se move para checar o traço EPP em Mood_{DECL}, núcleo que seleciona TP, derivando a ordem SVO nestes casos. Sugerimos, aqui, que a Condição de Atividade (CdA) (CHOMSKY, 2000) entra em jogo proibindo o alçamento do objeto para checagem de EPP por ele já ter se engajado em uma relação de *Agree*, encontrando-se desativado por CdA no passo da derivação em que o movimento é requerido. Por fim, admitindo que subordinadas em karitiana sejam nominalizadas (VIVANCO, 2018), propusemos que nestes contextos o objeto tem seu Caso valorado como genitivo pelo núcleo *n*.

Acreditamos que a contribuição principal do capítulo diga respeito à nossa proposta de que o argumento absolutivo em karitiana tenha seu Caso valorado por T (e não por *v* como em línguas nominativo-acusativas) em contextos principais, o que a aproxima de línguas sintaticamente ergativas ao passo em que explica a ausência de marcas

de concordância em contextos subordinados. Ainda, a postulação de um traço EPP no *v* transitivo como responsável pela estrutura de *object shift* é capaz de derivar naturalmente as ordens de palavra VOS e OSV. No entanto, as consequências desta proposição ainda não foram completamente exploradas, já que a língua não parece se equiparar integralmente às línguas sintaticamente ergativas, tanto no concernente às propriedades que o objeto costuma apresentar em tais línguas, como no referente à restrição à extração A-barras de argumentos ergativos, algo que não foi explorado com profundidade em karitiana. Ainda, esperamos que nosso trabalho tenha auxiliado em alguma medida no avanço da discussão acerca da natureza do movimento formal, isto é, por razões de puro EPP. Mesmo que a motivação de tal tipo de deslocamento ainda seja misteriosa, acreditamos que a ideia de que ele ocorra na Sintaxe (e não no componente fonológico, por exemplo) tem aqui algum suporte, em vista de que uma condição eminentemente sintática (i.e. CdA) pode ser usada para explicar a disposição SVO em declarativas, inesperada dada a estrutura *object shift* aqui proposta.

No capítulo 2 discutimos como as construções de cópula da língua capturam relações predicativas. Assumimos a proposta de sintaxe da predicação de den Dikken (2006) na qual a relação de predicação entre sujeito e predicado é assimétrica e não direcional, isto é, tanto o sujeito pode C-comandar o predicado, como o predicado pode C-comandar o sujeito. Tal relação ocorre em um domínio mínimo, delimitado pela projeção de um núcleo RELATOR, um núcleo funcional abstrato geralmente instanciado pela cópula que serve para mediar a relação em questão. Também lançamos mão da ideia presente em Hale & Keyser (2002) de que quando elementos predadores são selecionados por núcleos verbais, um especificador é projetado para que o requerimento argumental do predicado seja satisfeito. Também adotamos a ideia de que adjuntos podem predicar, desde que a configuração sintática adequada seja respeitada.

Propusemos uma derivação sintática para três tipos de construções de cópula. Sugerimos haver uma restrição de natureza categorial com relação ao verbo copular *aka*, de modo que ele C-seleciona, exclusivamente, nomes. Para os casos de predicação verbal/adjetival na ordem canônica (i.e. [NP cópula *i*-Pred-*t*/∅]), dissemos que *aka* seleciona o item pronominal *i*- como um complemento. Tal item foi analisado como um *pro-predicate* (MORO, 1997), um elemento que funciona como *place holder* de um predicado lexical. Na condição de predador “sintático”, ele entra em uma relação de predicação com o sujeito na posição de especificador da cópula. O predicado lexical, por sua vez, encontra-se adjungido à estrutura, o que está sinalizado pelo sufixo adverbializador *-t/∅*. Para os casos de predicação verbal/adjetival na ordem invertida (i.e. [Pred-*t*/∅ cópula NP]), argumentamos que o elemento *pro-predicate i*- encontra-se ausente da numeração, de modo que *aka* seleciona o NP lexical, e o predicado adjunge-se a esta estrutura. Nestes casos a predicação dá-se através do predicado C-comandando o NP complemento da cópula, o que é permitido devido à proposta de não direcionalidade da relação predicativa assumida neste

trabalho. Por fim, analisamos as construções de “predicação” nominal (i.e. [NP cópula NP-t/ $\emptyset$]), as quais mostramos não exibir inversão. Propusemos que nestes casos o NP final é um adjunto de toda a sentença. Uma vez que tais sentenças não seriam predicativas *stricto sensu*, a relação entre os NPs não precisa ser, necessariamente, capturada pelas exigências da sintaxe da predicação.

Acreditamos que a discussão apresentada neste capítulo seja interessante por sugerir fortemente que a relação de predicação deva ser definida já no componente sintático, tendo-se em vista a configuração estrutural que ela exige. Isto porque tal relação pode ser satisfeita através de um elemento sem conteúdo lexical, o *pro-predicate*, a ser associado com um predicado lexical adjunto. Ainda, a possibilidade de que um predicado lexical esteja adjungido na estrutura parece aproximar a noção de *predicação* da noção de *modificação*, visto que aquela é normalmente atribuída a núcleos lexicais que tomam argumentos em posições de especificador e complemento, e esta a elementos “dispensáveis” adjungidos à estrutura. Entretanto, acreditamos que as relações de predicação que envolvam predicados nominais ainda têm de ser melhor exploradas. Em especial, verificar por qual motivo sintagmas nominais complexos não teriam a “força predicacional” de forçar o núcleo para o qual serve de complemento a abrir um especificador que abriga o seu sujeito em karitiana.

Finalmente, no capítulo 3 propusemos que a possibilidade de omissão da cópula em sentenças matrizes declarativas de tempo não futuro na língua karitiana é uma decorrência de *sluicing* (elipse de TP). Analisamos tal elipse como um apagamento em PF licenciado por um traço na sintaxe, argumentando que ela não requer condições de identidade para ocorrer por ser um elemento semanticamente vazio. O nosso estudo teve como base a proposta de Merchant (2001; 2005) para o fenômeno *sluicing*, bem como assumiu uma abordagem derivacional de *spell out* cíclico (CHOMSKY, 2000; 2001) em que elipses são restringidas por domínios de fase (BOŠKOVIĆ, 2014). Também fizemos referência à análise de Barros (2010) para o apagamento da cópula em sentenças Qu- especificacionais do português brasileiro, traçando alguns paralelos com o karitiana. Ainda, discorreremos sobre as consequências de nossa proposta para a caracterização do karitiana como uma língua V2, bem como sobre um problema que o tratamento de *sluicing* como sendo restrito a domínios de fase pode trazer para os casos mais clássicos do fenômeno.

Acreditamos que a consequência desta proposta a ser explorada no âmbito das teorias de Elipse seja a seguinte: se condições de identidade, entendidas, aqui, como condições de recuperabilidade semântica, não precisarem ser satisfeitas, tudo que é necessário para que um constituinte seja elidido é que as condições de licenciamento sejam atendidas. Ainda, acreditamos que a concepção de que elipses sejam licenciadas no curso da derivação sintática traz problemas para uma concepção de derivação cíclica, visto que em diversos casos de elipse, como no de *sluicing*, o constituinte elidido extrapola um domínio de fase.

Bibliografia

- ADGER, David; RAMCHAND, Gillian. Predication and Equation. **Linguistic Inquiry**, MIT Press, v. 34, n. 3, p. 325–359, 2003.
- AELBRECHT, Lobke. What ellipsis can do for phases and what it can't, but not how. **The Linguistic Review**, v. 33, n. 4, p. 453–482, 2016.
- ALDRIDGE, Edith. Antipassive and Ergativity in Tagalog. **Lingua**, Elsevier, v. 122, n. 3, p. 192–203, 2012.
- _____. Case in ergative languages and NP split-ergativity. **Texas Linguistics Society**, v. 9, 2007.
- _____. **Ergativity and Word Order in Austronesian Languages**. 2004. Tese (Doutorado) – Cornell University.
- _____. Generative approaches to Ergativity. **Language and Linguistics Compass**, Wiley Online Library, v. 2, n. 5, p. 966–995, 2008.
- ALVES, Ana Carolina Ferreira. **Morfofonologia, morfossintaxe e o sistema de tempo, aspecto e modo em Arara (Karib)**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- ASARINA, Alevtina. **Case in Uyghur and beyond**. 2011. Tese (Doutorado) – Massachusetts Institute of Technology.
- BAILYN, John Frederick. **The syntax of Slavic predicate case**. [S.l.]: Universitätsbibliothek Johann Christian Senckenberg, 2013.
- BAKER, Mark C. Thematic roles and syntactic structure. In: **ELEMENTS of grammar**. [S.l.]: Springer, 1997. p. 73–137.
- BARROS, Matthew. Sluicing and the Brazilian Portuguese Null Copula. **Rutgers working papers in Linguistics**, ed. P. Starovevov, D. Altshuler, A. Braver, C. Fasola, and S. Murray., v. 3, p. 64–91, 2010.
- BITTNER, Maria; HALE, Ken. Ergativity: Toward a Theory of a Heterogeneous Class. **Linguistic Inquiry**, JSTOR, p. 531–604, 1996.
- _____. The Structural Determination of Case and Agreement. **Linguistic Inquiry** 27, JSTOR, p. 1–68, 1996.
- BOECKX, Cedric; HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo. **Control as movement**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2010. v. 126.

- BOŠKOVIĆ, Željko. Now I'm a phase, now I'm not a phase: On the variability of phases with extraction and ellipsis. **Linguistic Inquiry**, MIT Press, v. 45, n. 1, p. 27–89, 2014.
- BOWERS, John. The Syntax of Predication. **Linguistic Inquiry**, JSTOR, v. 24, n. 4, p. 591–656, 1993.
- CARNIE, Andrew Hay. **Non-verbal predication and head-movement**. 1995. Tese (Doutorado) – Massachusetts Institute of Technology.
- CARSTENS, Vicki. Hyperactivity and Hyperagreement in Bantu. **Lingua**, Elsevier, v. 121, n. 5, p. 721–741, 2011.
- CHOCANO, Gema. Musings on the left periphery in West Germanic. **Towards a Derivational Syntax: Survive-minimalism**, John Benjamins Publishing, v. 144, p. 57, 2009.
- CHOMSKY, Noam. A Minimalist Program for Linguistic Theory. **The View from Building**, v. 20, p. 1–52, 1993.
- _____. **Bare phrase structure**. [S.l.]: MIT Press, 1994. v. 8.
- _____. Derivation by Phase (MITOPL 18). **Ken Hale: A Life in Language**, MIT Press, p. 1–52, 2001.
- _____. **Knowledge of language: Its nature, origin, and use**. [S.l.]: Greenwood Publishing Group, 1986.
- _____. **Lectures on Government and Binding**. [S.l.]: Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. Minimalist Inquiries: The Framework (MITOPL 15). **Step by step: Essays on Minimalist Syntax in honor of Howard Lasnik**, MIT press, p. 89–155, 2000.
- _____. On phases. **Current Studies in Linguistics Series**, MIT press, v. 45, p. 133, 2008.
- _____. Problems of projection. **Lingua**, Elsevier, v. 130, p. 33–49, 2013.
- _____. **Syntactic Structures**. [S.l.]: Walter de Gruyter, 1957.
- _____. **The Minimalist Program**. [S.l.]: MIT press, 1995.
- CITKO, Barbara. Small Clauses Reconsidered: not so small and not all alike. **Lingua**, Elsevier, v. 118, n. 3, p. 261–295, 2008.
- CONTRERAS, Heles. Small Clauses and Complex Predicates. **Syntax and semantics**, v. 28, p. 135–152, 1995.
- DEAL, Amy Rose. Syntactic Ergativity: Analysis and Identification. **Annual Review of Linguistics**, Annual Reviews, v. 2, p. 165–185, 2016.
- DIESING, Molly. **Indefinites: Linguistic inquiry monographs**. [S.l.]: Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1992.

- DIESING, Molly; JELINEK, Eloise. Distributing arguments. **Natural Language Semantics**, Springer, v. 3, n. 2, p. 123–176, 1995.
- DIKKEN, Marcel den. **Relators and Linkers: The Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas**. [S.l.]: MIT press, 2006. v. 47.
- DORON, Edit. **Verbless predicates in Hebrew**. 1983. Tese (Doutorado) – University of Texas at Austin.
- EID, Mushira. The Copula Function of Pronouns. **Lingua**, Elsevier, v. 59, n. 2-3, p. 197–207, 1983.
- GUÉRON, Jacqueline; LECARME, Jacqueline. **The Syntax of Time**. [S.l.]: MIT Press, 2004.
- HALE, Ken; KEYSER, Samuel. On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. **The View from Building 20: Essays in Linguistics in honor of Sylvain Bromberger**, MIT Press, p. 53–109, 1993.
- _____. **Prolegomenon to a Theory of Argument Structure**. [S.l.]: MIT press, 2002. v. 39.
- HARVES, Stephanie. Where have all the Phases gone? (Non-)defective categories and Case alternations in Russian. In: PROCEEDINGS of FASL. [S.l.: s.n.], 2002. v. 10.
- HEYCOCK, Caroline; KROCH, Anthony. Pseudocleft Connectedness: Implications for the LF interface level. **Linguistic Inquiry**, MIT Press, v. 30, n. 3, p. 365–397, 1999.
- HIGGINS, Francis Roger. **The pseudo-cleft construction in English**. [S.l.]: Routledge, 2015.
- HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo. Adjunction, labeling, and bare phrase structure. **Biolinguistics**, v. 2, n. 1, p. 057–086, 2008.
- KAYNE, Richard S. **The Antisymmetry of Syntax**. [S.l.]: mit Press, 1994.
- LANDIN, David. **An outline of the syntactic structure of Karitiana sentences**. [S.l.]: Citeseer, 1984.
- LASNIK, Howard. Restricting the theory of transformations: A case study. In: ESSAYS on restrictiveness and learnability. [S.l.]: Springer, 1990. p. 125–145.
- MEIRA, Sérgio. **A grammar of Tiriyó**. 1999. Tese (Doutorado) – Rice University.
- MERCHANT, Jason. Ellipsis: A survey of analytical approaches. **Handbook of ellipsis**. Oxford: Oxford University Press. Ms. University of Chicago, 2016.
- _____. Fragments and ellipsis. **Linguistics and philosophy**, Springer, v. 27, n. 6, p. 661–738, 2005.
- _____. **The syntax of silence: Sluicing, islands, and the theory of ellipsis**. [S.l.]: Oxford University Press on Demand, 2001.

- MIYAGAWA, Shigeru; WU, Danfeng; KOIZUMI, Masatoshi. A Revised Labeling Approach to Long-Distance Agreement. **IEICE Tech. Rep.**, 118, no.163, p. 87–92, 2018.
- _____. Deriving Case Theory. **Ms**, 2018.
- MORO, Andrea. **Dynamic Antisymmetry**. [S.l.]: MIT press, 2000.
- _____. **The Raising of Predicates: Predicative Noun Phrases and the Theory of Clause Structure**. [S.l.]: Cambridge University Press, 1997. v. 80.
- MULLER, Ana; STORTO, Luciana; COUTINHO-SILVA, Thiago. Number and the Count-Mass Distinction in Karitiana. **WSCLA Proceedings 11**, Vancouver: University of British Columbia, 2006.
- MÜLLER, Gereon. **Constraints on displacement: A phase-based approach**. [S.l.]: John Benjamins Publishing, 2011. v. 7.
- OBATA, Miki; EPSTEIN, Samuel David. Feature-Splitting Internal Merge: Improper Movement, Intervention, and the A/A' Distinction. **Syntax**, Wiley Online Library, v. 14, n. 2, p. 122–147, 2011.
- PERELTSVAIG, Asya. **On the nature of intra-clausal relations: A study of copular sentences in Russian and Italian**. 2001. Tese (Doutorado) – McGill University.
- RAPOPORT, Tova R. **Copular, nominal, and small clauses: A study of Israeli Hebrew**. 1987. Tese (Doutorado) – Massachusetts Institute of Technology.
- ROCHA, Ivan. A Estrutura Argumental da Língua Karitiana: desafios descritivos e teóricos. **São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (Dissertação de mestrado em linguística)**, 2011.
- _____. **Não-finitude em Karitiana: subordinação versus nominalização**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- ROCHA, Ivan; VIVANCO, Karin. **O nominalizador {-pa} em Karitiana: o caso das sentenças de cópula**. [S.l.]: Celsul, 2012.
- ROSS, John Robert. Guess who? In: FIFTH regional meeting of the Chicago Linguistic Society. [S.l.: s.n.], 1969.
- ROTHSTEIN, Robert. Equation vs. Ascription: The nominative/instrumental opposition in West Slavic. **Case in Slavic**, p. 312–322, 1986.
- ROTHSTEIN, Susan. **Predicates and their subjects**. [S.l.]: Springer Science & Business Media, 2012. v. 74.
- _____. Small clauses and copular constructions. **Small clauses**, p. 27–48, 1995.
- _____. **The syntactic forms of predication**. 1983. Tese (Doutorado) – Massachusetts Institute of Technology.

- SAITO, Mamoru. (A) Case for Labeling: Labeling in Languages without ϕ -feature Agreement. **The Linguistic Review**, De Gruyter, v. 33, n. 1, p. 129–175, 2016.
- SANCHEZ-MENDES, Luciana. **A modificação de grau em Karitiana**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- _____. **A quantificação adverbial em Karitiana**. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- SANTOS, Mara; FRANCHETTO, Bruna. Nominalização dos argumentos interno e externo em Kuikuro. IN: *Sintaxe e Semântica do Verbo em Línguas Indígenas no Brasil*. Storto, L, Franchetto, B e Lima, S. (orgs.). Mercado de Letras., p. 43–63, 2015.
- STORTO, Luciana. Algumas categorias funcionais em Karitiana. **Linguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história**, v. 1, 2002.
- _____. Arguments for and against Verb Second in Karitiana, No prelo.
- _____. **Aspects of a Karitiana grammar**. 1999. Tese (Doutorado) – Massachusetts Institute of Technology.
- _____. Constituent order and information structure in Karitiana. **Information Structure and Reference Tracking in Complex Sentences**, John Benjamins Publishing Company, v. 105, p. 163, 2014.
- _____. Copular constructions in Karitiana: a case against Case movement. **University of Massachusetts Occasional Papers**, v. 41, p. 205–226, 2010.
- _____. Marcação de concordância absolutiva em algumas construções sintáticas em Karitiana. **Paris: Amerindia**, v. 32, 2008.
- _____. Paralelos estruturais entre a quantificação universal e as orações adverbiais em Karitiana. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 42, n. 1, p. 174–181, 2016.
- _____. Subordination in Karitiana. **Subordination in Amazonian Languages**, eds. Frantomé Pacheco, Francisco Queixalos, Leo Wetselz & Stella Telles. **Brill's Studies in the Indigenous Languages of the Americas**, 2012.
- STORTO, Luciana; ROCHA, Ivan. Estrutura Argumental na Língua Karitiana. **Sintaxe e semântica do verbo em línguas indígenas do Brasil (1st ed., pp. 17–42)**. Mercado de Letras, 2015.
- STORTO, Luciana; THOMAS, Guillaume. The Clausal Nature of Universally Quantified Phrases in Karitiana. **Proceedings of Semantics of Under-represented Languages in the Americas 6**, GLSA/University of Massachusetts at Amherst, 2012.
- VIVANCO, Karin. **Orações relativas em Karitiana: um estudo experimental**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- _____. **Perguntas QU-, orações subordinadas e ordem de palavras em Karitiana**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.

WILLIAMS, Edwin. Predication. **Linguistic Inquiry**, JSTOR, v. 11, n. 1, p. 203–238, 1980.

_____. There-insertion. **Linguistic inquiry**, JSTOR, v. 15, n. 1, p. 131–153, 1984.

WOOLFORD, Ellen. Ergativity and transitivity. **Linguistic Inquiry**, MIT Press, v. 46, n. 3, p. 489–531, 2015.

ZEIJLSTRA, Hedde. Labeling, selection, and feature checking, No prelo.